



Zina Maria de Teive e Argollo Valdetaro

“Lições da Ciência do Belo”:
Os Saquaremas e a Conformação dos Brasileiros

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Professor Ilmar Rohloff de Mattos

Rio de Janeiro
Abril de 2008

Zina Maria de Teive e Argollo Valdetaro

“Lições da Ciência do Belo”:
Os Saquaremas e a Conformação dos Brasileiros

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profº Ilmar Rohloff de Mattos

Orientador
Departamento de História
PUC-Rio

Profª Marcia de Almeida Gonçalves

Departamento de História
PUC-Rio

Profª Adriana Barreto de Souza

Departamento de Ciências Sociais
UFRRJ

Profº Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2008.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Zina Maria de Teive e Argollo Valdetaro

Graduou-se em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1975 e concluiu o Bacharelado em 1976. É professora de Ensino Médio e coordenadora de História em uma das instituições em que trabalha.

Ficha Catalográfica

Argollo Valdetaro, Zina Maria de Teive e

Lições da ciência do belo: os Saquaremas e a conformação dos brasileiros / Zina Maria de Teive e Argollo Valdetaro ; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – 2008.

151 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Expansão para dentro. 4. Estátua equestre de D. Pedro I. 5. Tela de Pedro Américo. 6. Direção Saquarema. 7. Conformação dos brasileiros. 8. Identidade nacional. I. Mattos, Ilmar Rohloff de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para meus pais, grandes e queridos amigos.

Para Edson, a grande presença.

Para Rodrigo e Ana Clara, as minhas razões
maiores

Agradecimentos

Em vias de terminar esta intensa e rica travessia, lembro-me de Miguilim, o pequeno grande personagem de Guimarães Rosa, do qual sempre me recordo em momentos especialmente significativos e de cuja sabedoria apreendi uma simples e bela lição que diz que “o real não está nem na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

Volto, então, os olhos para o início da minha marcha, repasso o meu percurso, revejo as dificuldades e revivo as alegrias e, ao divisar o que para mim se tornou o real, me certifico que não a fiz sozinha; muitos estiveram ao meu lado, generosamente, e cada um me legou um pouco da sua atenção, do seu carinho, do conhecimento acumulado ao longo das respectivas travessias, uma palavra de apoio, parte do seu tempo, uma orientação. Todos foram presenças essenciais.

A todos, eu preciso e faço questão de agradecer.

Aproveito a oportunidade para expressar aos Professores do Departamento de História da PUC-Rio, onde me graduei há muitos anos, o meu reconhecimento e o meu respeito. Agradeço, de forma especial, aos Professores Doutores Antônio Edmilson Martins Rodrigues, Flávia Schlee Eyler, Luís Reznik, Marcelo Gantus Jasmin e Ricardo Benzaquem de Araújo, pelas belíssimas aulas e pela constante e generosa atenção.

Não posso deixar e externar o meu reconhecimento e a minha enorme gratidão ao Professor Doutor Marco Antônio Villela Pamplona, à frente da Coordenação deste Programa em 2004, momento da minha admissão.

Externo a minha gratidão às Professoras Doutoras Márcia de Almeida Gonçalves e Margarida de Souza Neves, que muito contribuíram para o enriquecimento deste trabalho, com ricas sugestões no momento da defesa do Projeto.

Faço questão de ressaltar a pontualidade das atenções da Anair de Oliveira, Cleuza Ventura, Cláudio Santiago de Araújo, Edna Timbó e Moisés Sant’anna de Paiva.

Aos meus grandes e queridos amigos Denize Faulhaber e Roberto Luiz Souza Correa, Cláudia e Maurício Ferrão e Maria Belaniza Barreto de Campos, o meu muito obrigada por sempre terem acreditado e me incentivado carinhosamente.

Aos amigos Elda Marques Antunes e Hélio Yoshinori Taguchi, a minha gratidão, porque com seus saberes, dedicação e apreço preservaram a minha energia.

Aos Professores João Francisco Lopes de Lima e Everton Augustin, diretores do Colégio Cruzeiro – Unidade Centro, e às Professoras Lygia Christina Aleksandrowicz e Yvone de Lima e Silva, minhas Coordenadoras, agradeço não apenas por me terem dispensado de alguns dos meus afazeres nos momentos finais, mas sobretudo por o terem feito tão generosamente.

Fundamental o auxílio de minha mãe, que inúmeras vezes assumiu minhas tarefas domésticas, liberando meu tempo para a produção intelectual; essencial a participação de meu marido, em especial nos momentos de maiores exigências. Preciosa a colaboração do Rodrigo e da Ana Clara, disponíveis em horas cruciais.

Não posso deixar de destacar o carinho, a disponibilidade, as palavras de estímulo e de confiança e o auxílio imprescindível em muitos momentos, mas de forma especial na fase final, de dois grandes e preciosos amigos, André Marques Roseira e Leandro Macedo Janke, este, filho pelo coração que há muito tempo caminha ao meu lado.

Agradeço ao João Eduardo Lima Lopes pela disponibilidade para as tão necessárias fotos do monumento equestre de D.Pedro I.

Agradeço à Vice Reitoria Acadêmica da PUC- Rio pela bolsa que me permitiu fazer este curso.

Sou muito grata à Professora Doutora Lúcia Maria Bastos Pereira da Neves, que gentil e atenciosamente me disponibilizou material para o segundo capítulo.

Faço questão de registrar a minha gratidão às Professoras Doutoras Adriana Barreto de Souza, Márcia de Almeida Gonçalves e Selma Rinaldi de Mattos, por terem aceito compor a banca da defesa desta Dissertação, disponibilizando-me parte de seu precioso tempo e enriquecendo o meu trabalho.

Voltando os meus olhos para o início da minha travessia, para os anos da minha graduação, encontro a figura maior, aquela que se tornou a minha grande referência, o exemplo de dedicação a um ofício tão importante e tão sutil, o de formar pessoas. Professor exemplar, grande mestre, que despertou em mim o encanto pela sala de aula. Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Ilmar Rohloff de Mattos, a dedicação e as atenções em todos os momentos, o empenho em me transmitir os conhecimentos com os quais construí o meu trabalho, a delicadeza e a eficiência com que fez as correções necessárias, a integral disponibilidade, a confiança e o respeito com que sempre me acolheu.

Resumo

Valdetaro, Zina Maria de Teive e Argollo. Mattos; Ilmar Rholoff de **“Lições da Ciência do Belo”: Os Saquaremas e a Conformação dos Brasileiros**. Rio de Janeiro, 2008. 151p. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo deste trabalho é estudar a experiência imperial brasileira sob uma premissa original, a expansão para dentro, conjunto de práticas composto por elementos simbólicos, implantado e desenvolvido pelos dirigentes do Estado imperial, sob a direção saquarema, para inscrever a Ordem imperial nas almas dos súditos-cidadãos brasileiros. Estabeleceu-se, então, uma seleção de práticas simbólicas concernentes ao domínio do convencimento, para que os brasileiros fossem conformados e a identidade nacional, constituída, o que garantiria a inscrição da Ordem imperial nas almas dos brasileiros. Essa premissa é desenvolvida ao mesmo tempo em que também se demonstra que os dirigentes do Estado imperial empreenderam, concomitantemente, a constituição da Nação e a sua própria, enquanto camada dirigente. O trabalho se desenvolve ao longo de dois recortes cronológicos: a década de 1860, momento do apogeu da direção saquarema, e os anos de 1880, quando essa direção já sofria questionamentos diversos. No primeiro momento, o veículo escolhido para trabalhar a efetivação da expansão para dentro, em meio a severos debates e intensas contraposições, foi a estátua equestre de D. Pedro I, persona ressignificada pelo Partido Conservador como o arauto da liberdade e o garantidor da Ordem. A segunda temporalidade tem como eixo a tela de Pedro Américo, “Independência ou Morte”, no entorno da qual a expansão para dentro foi disputada pelos Conservadores das Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, pelos monarquistas e pelos republicanos, todos com o objetivo de, ligando-se à obra e ao que dela emana, resgatar a concepção de liberdade associada, por uns, à Monarquia, procurando restaurar o caráter modernizador do regime em meio às severas críticas dirigidas ao mesmo e, por outros, à República, regime que descortinaria para o Brasil outros horizontes, relacionados à mesma e ao Progresso.

Palavras-chave

Expansão para dentro, estátua equestre de D. Pedro I, tela de Pedro Américo, direção saquarema, conformação dos brasileiros, identidade nacional.

Abstract

Valdetaro, Zina Maria de Teive e Argollo. Mattos; Ilmar Rohloff de “**Lessons on the Science of Beauty**”. **The Saquaremas and the Conformation of the Brazilian People**. Rio de Janeiro, 2008. 151p. MSc. Dissertation - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The purpose of this dissertation is to study the Brazilian imperial experience under an original premise, the inland expansion, a set of practices composed by symbolic elements, to inscribe the imperial Order in the souls of the Brazilian citizens. Then a group of selected symbolic practices concerning the field of belief was established, so that the Brazilian people would be conformed and the national identity constituted, which would ensure the engraving of the imperial Order on the Brazilian souls. Concurrently with the development of this premise, it is displayed that the leaders of the imperial state had also carried out the establishment of the nation and their own establishment as statesmen. The dissertation is developed through two chronological backgrounds: the decade of 1860, during which the Saquarema direction has experienced its golden moment, and the 1880's, when the Saquarema direction was already suffering severe criticism. In the first moment, the vehicle chosen to work the effectiveness of the inland expansion, in the midst of harsh debates and intense differences, was the equestrian statue of D. Pedro I, *persona* reinterpreted by the Conservative Party as the freedom's herald and the Order's guarantor. The second period of time features as centerpiece Pedro Américo's "*Independência ou Morte*" painting, around which the inland expansion was claimed by the members of the Conservative Party on the Provinces of Rio de Janeiro and São Paulo, by monarchists and republicans, all of them aiming to, by connecting themselves to the painting and its meaning, reinstate the concept of freedom associated by some to monarchy – seeking to restore the regimen's modernizing nature, among severe criticism the regimen was suffering – and, by others, to the republic – the regimen that would open up for Brazil, new horizons, associated with the republic itself and with Progress.

Keywords

Inland expansion, equestrian statue of D. Pedro I, Pedro Américo's painting, saquarema direction, national identity.

Sumário

Introdução	12
1. Pelas veredas de uma teia	16
1.1. Civilizar: uma palavra de Ordem	16
1.2. Consolidando o legado: uma questão de identidade	28
2. Forjando em bronze a vitória da Ordem	45
2.1. Toda imagem conta uma história	45
2.2. Os Conservadores e a majestade ausente	47
2.3. A restauração inconveniente	74
3. A expansão em disputa	92
3.1. O brado, o eco e o silêncio	92
3.2. A tecitura da memória	107
3.3. O ocaso da Ordem: o lugar e a razão da tela	122
5. Conclusão	133
6. Referências bibliográficas	136
7. Anexos	140

Lista de figuras

Figura 1: Estátua Equestre de D. Pedro I. Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes	141
Figura 2: Estátua Equestre, detalhe: o Imperador legando a Constituição ao Império do Brasi	142
Figura 3: Estátua Equestre de Dom Pedro I, detalhe: as armas do Império	143
Figura 4: Estátua Equestre de Dom Pedro I, detalhes do gradil e de dois dos grupos indígenas	144
Figura 5: Detalhe do piso da praça onde foi erguida a estátua	145
Figura 6: Detalhe do gradil	145
Figura 7: Detalhes das datas relevantes também registradas para a Posteridade	146
Figura 8: Detalhe das datas relevantes também registradas para a Posteridade	146
Figura 9: Detalhe das datas relevantes também registradas para a Posteridade	147
Figura 10: Estátua Equestre: o grupo indígena que representa o Rio Amazonas	147
Figura 11: Estátua Equestre: detalhe do grupo que representa o Rio São Francisco	148
Figura 12: Estátua Equestre: detalhe do grupo que representa o Rio Paraná	149
Figura 13: Estátua Equestre, detalhe do grupo que representa o Rio Madeira	150
Figura 14: Grito do Ypiranga – Independência ou Morte	151

“Uma imagem vale mais que mil palavras”
Kurt Tucholsky
(apud Burke. 2004)

Introdução

O meu espaço de experiência profissional tem sido, há muito tempo, a sala de aula. Algumas observações nele efetivadas, muitas das indagações surgidas e a contínua busca de recursos compatibilizados com um fazer docente pautado pela seriedade me conduziram em direção ao Programa de Pós Graduação em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde me graduei e com o qual mantive contato indireto por meio de muitos de meus ex-alunos que a ele se dirigiam.

O exercício do meu ofício me sensibilizou para a necessidade de um aprofundamento de matriz metodológico-conceitual, para a atualização historiográfica e para o desenvolvimento apropriado de novas habilidades, como a da leitura de imagens articuladas ao respectivo contexto político, o que me daria mobilidade para realizar uma ampla gama de trabalhos.

As minhas atenções e preferências sempre estiveram centradas no estudo do Império do Brasil, em especial nos mecanismos de construção do Estado imperial e nos recursos diversos dos quais os dirigentes do Partido Conservador - à frente dos quais estava a Trindade Saquarema - se valeram para se constituir como dirigentes desse Estado e, em concomitância, dedicar-se à conformação dos brasileiros.

O trabalho desenvolveu-se sob duas temporalidades, a década de 1860, período de apogeu da direção saquarema, momento em que o Império do Brasil comemorava o triunfo da Ordem imperial: os tensos tempos das décadas de 1830 e de 1840 ficaram para trás, os exaltados foram vencidos, os levantes estavam debelados e o Império do Brasil testemunhava os benefícios do Progresso material, que sob os auspícios da Ordem efetivava as condições necessárias para que os que o dirigiam pudessem implementar os meios para que o Império vivenciasse, com plenitude, a condição da Civilização.

Vinte anos mais tarde, sob outras condições políticas, em um momento em que a Ordem imperial recebia intensas críticas, passando a ser associada ao comprometimento das liberdades e do Progresso, o que asfixiava a evolução do Brasil no sentido de se civilizar, levantaram-se as vozes abolicionistas, federalistas e republicanas, associando o regime monárquico ao passado, ao centralismo, ao escravismo, ao atraso.

Dentro desse recorte temático-cronológico debruicei-me sobre as razões elencadas pelos dirigentes do Estado imperial para, enquanto debelavam as diversas rebeliões que ameaçavam os padrões por eles definidos para a constituição e a afirmação da Ordem imperial, conformar os brasileiros e construir a identidade nacional. Era prioritário homogeneizar os súditos-cidadãos brasileiros e fidelizá-los à Ordem que se afirmava.

A preservação da integridade territorial do Império pressupunha medidas coercitivas e outras, de caráter civilizatório, tornando-se necessário que houvesse recursos mais sutis e de maior e mais profundo alcance, e esses recursos foram encontrados na difusão da instrução pública e da educação, na construção de escolas e no apoio e na proteção às belas artes, colocadas a serviço da construção da identidade nacional por meio do patrocínio a obras grandiosas nas quais estivessem registrados momentos significativos da vida do Império, bem como fossem destacados os personagens por eles responsáveis, homens que deveriam ser erigidos como exemplos para os brasileiros das presente e futuras gerações por meio da produção de biografias, pela escrita de livros relativos à História do Brasil, através da criação do IHGB e pela ampliação da atuação da AIBA, vinculada diretamente ao Imperador.

Percorrendo esse caminho, escolhi a estátua equestre de D. Pedro I e o intenso debate político que se instalou como desdobramento desse projeto, grandiosa obra em bronze sobreposta a um pedestal de granito e colocada no centro da Praça da Constituição, em meio a intensas discussões que contrapunham duas memórias antagônicas. A dos Liberais, para os quais o vulto a ser homenageado com propriedade era José Bonifácio, o dia a ser comemorado como aquele em que a liberdade realmente havia raiado para os brasileiros, o 7 de abril e que se referiam ao projeto conservador com sendo uma restauração indevida. E a outra, dos Conservadores, que buscavam lançar novas luzes sobre a figura do primeiro imperador, efetivamente para desconstruir a persona associada aos atos pautados pelo autoritarismo - o que muito o comprometeu - e projetá-lo como aquele que legou aos brasileiros a liberdade respaldada pela Ordem, o que preservou o novo império dos graves problemas de matriz política vividos pelos vizinhos latino-americanos, novos Estados também em fase de constituição.

Na verdade, ao erigir a estátua do primeiro imperador, ao impô-la aos brasileiros, os Conservadores inscreviam, na praça pública, o vitorioso princípio da Ordem.

A inauguração da estátua, em meio a uma cerimônia marcada pela pompa, também assegurou a exposição da obra saquarema à contemplação dos brasileiros, ao inscrevê-la nas almas deles, impregnando-as, garantindo, dessa forma, o território alvo da expansão para dentro. Fatores de ordem externa – as pressões da política externa do Império britânico e os vizinhos Estados latino-americanos – fizeram com que o Império do Brasil nascesse condenado à impossibilidade de uma expansão nos moldes tradicionais.

O estudo dessa questão foi respaldado pelos escritos de muitos de seus protagonistas, obtidos em diversas edições dos jornais *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio*.

Para dar continuidade ao estudo, o objeto por mim escolhido para trabalhar essa singular expansão foi a tela de Pedro Américo, o belo trabalho intitulado “Independência ou Morte”, que ocupa o salão nobre do Museu Paulista, espaço dedicado à rememoração da independência, cravado no sítio histórico em que ela teve lugar. Nesse complexo momento o regime monárquico e a Ordem imperial eram alvejados por muitas e rigorosas críticas que os associavam ao passado, ao atraso, à asfixia da liberdade.

O recurso de que os Conservadores lançaram mão estava, mais uma vez, no campo das representações simbólicas. Tornara-se novamente necessário homogeneizar os brasileiros: rememorar o 7 de setembro através da mais expressiva obra sobre ele produzida significava, pensavam os dirigentes imperiais, - por meio de lições ministradas pela “ciência do belo”, expressão registrada por Pedro Américo em um texto escrito em Florença, em 31 de Janeiro de 1888 - , reinscrever nas almas dos brasileiros o momento maior da História do Brasil e redespertá-los para o legado do regime monárquico, a liberdade e a ordem, mais uma vez reafirmando a vinculação dos brasileiros à Ordem imperial.

Debrucei-me sobre a atuação da AIBA, a verdadeira missão que seus membros chamaram a si, impregnando-se sincera e enfaticamente da responsabilidade de instruir e de promover o esclarecimento dos brasileiros. A Academia teceu o seu próprio projeto com os fios usados pelos dirigentes imperiais para a tecitura dos brasileiros, o que facilmente se explica por também

serem seus membros convictos componentes da direção saquarema. Para respaldar o meu texto, apoiei-me em especial em dois dos mais significativos vultos da Academia, Porto Alegre e Pedro Américo, dando-lhes espaço e voz.

1. Pelas veredas de uma teia

1.1. Civilizar: uma palavra de ordem

“[...] enquanto certas idéias não penetrarem a massa da população, enquanto não se tornarem populares, muito difícil é que se estabeleçam e adquiram o desenvolvimento de que são suscetíveis. Quando elas se identificam porém com o modo geral de sentir, as coisas com facilidade se conseguem e caminham quase por si mesmas.”¹

O futuro Visconde do Uruguai, componente da chamada Trindade Saquarema, a consagrada liderança do Partido Conservador que desde meados dos anos de 1830 conduzia o Estado imperial, já enunciava a necessidade de que determinadas idéias impregnassem a população para que “as coisas caminhassem por si mesmas”. Mais claramente, pode-se entender que Paulino se referia à necessidade de que “as coisas”, ou seja, a administração, a economia, a justiça, a instrução pública, as instituições, a educação, a cultura, a organização da sociedade, o processo de formação da classe senhorial sob a regência de um conjunto de princípios selecionados pelas lideranças políticas que assumiram a condução do Império, atingissem um padrão por ela definido como ideal, estágio que atingido na metade do século XIX, significava a afirmação da Ordem imperial, condição fundamental para que o Império do Brasil se consolidasse como uma nação civilizada que vivenciava o progresso, meta desses dirigentes, mais apropriadamente dizendo, seu horizonte de expectativa².

A concepção de progresso professada pelos dirigentes da sociedade imperial se pautava na idéia de que “o curso da civilização contava, desde o início, com um gradual crescimento do bem estar ou felicidade, com a melhora do indivíduo e da humanidade, constituindo um movimento em direção a um objetivo desejável” (Binetti, apud Bobbio, Matteuti e Pasquino, 2004, p.1009).

¹ PAULINO José Soares de Sousa. 1838. (apud Mattos, 1994, p.238).

² KOSELLECK (2006, p. 305-327) apresenta as categorias “experiência” e “expectativa”, que se relacionam, respectivamente, às categorias de espaço e de tempo, como um par de conceitos tão vinculados entre si que inexiste a possibilidade de uma alternativa. Todas as categorias que trabalham com a idéia de possibilidade têm que se constituir por experiência e expectativa.

Ressalte-se que para que se formasse e se afirmasse essa concepção, originária do século XVIII, era necessário que houvesse uma finalidade, na concretização da qual se achava a medida do Progresso. Binetti prossegue em seu trabalho e relata que essa concepção de progresso está vinculada ao desenvolvimento das ciências e à potencialização da racionalidade humana por meio da difusão da cultura, de uma evolução dos costumes e do caráter dos homens. Sob essa perspectiva o Progresso conduziria à Civilização pelos desdobramentos dele decorrentes.

Está evidenciada a indissociável relação entre Progresso e Civilização, concepções que trazem em si a idéia de evolução, referem-se ao desenvolvimento da atividade social e da atividade individual, ao progresso da sociedade e ao progresso da humanidade e se reportam ao

“[...] abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do luxo. Para os indivíduos, os povos, a humanidade inteira, ela designa em primeiro lugar o processo que faz deles civilizados, e depois o resultado cumulativo desse processo”³.

Concepções que perpassaram o século XIX e cujo domínio se ampliava acentuadamente em função da evolução do sistema capitalista, que ao passar do estágio industrial ou liberal para a fase monopolista deflagrara inúmeras, profundas e expressivas transformações de matrizes diversas e em ritmo acelerado, marcando o tempo com a velocidade e com a voracidade do novo. É necessário que se considere que também o Império do Brasil vivenciou, no decorrer dos anos situados na metade desse século, um tempo - sob ângulos diversos - verdadeiramente privilegiado.

O ano de 1850 não assinalou no Brasil apenas a metade do século (Fausto, 1996, pp. 197-200); foi o ano em que foram implantadas várias medidas que procuraram acelerar a marcha do Império em direção à modernidade.

O Império exultava com os recursos provenientes da produção de café no Vale do Paraíba: o ouro verde tornara-se o agente da prosperidade nacional, o maior gerador de riquezas para a economia brasileira. Os tempos de parcos recursos e de grandes dificuldades ficaram circunscritos ao passado, aos idos de

³ STAROBINSKI, (2001, p.14). É sob essa ótica que trabalharei, ao longo dessa dissertação, com as duas concepções acima apresentadas, associando-as sempre às mais elevadas preocupações dos dirigentes saquaremas que tomaram para si a responsabilidade de conduzir o Império a esse horizonte. Portanto, está implícita a concepção de um lento processo de educação e de depuração de costumes.

1820, 1830 e a alguns anos da década de 1840, momento em que as nossas tradicionais lavouras de exportação haviam perdido espaço no mercado internacional, o que acentuou o desequilíbrio de nossas balanças comercial e de pagamentos; houve também um acentuado aumento da dívida externa do Império, para o que em muito contribuíram os subseqüentes empréstimos contratados junto aos banqueiros ingleses, devido às fortes tensões que eclodiam quase ininterruptamente ao longo do Período Regencial e que colocaram em risco a Ordem.

Mas houve muito mais! Os recursos disponibilizados pela exportação de café provinham não mais maciçamente da Inglaterra, mas - e em escala expressiva - dos Estados Unidos, da França, da Alemanha, da Bélgica e de outros países que estavam imersos em um significativo desenvolvimento econômico. Esses recursos, acrescidos aos que foram disponibilizados pelo fim do tráfico intercontinental de escravos determinado pela Lei Eusébio de Queirós e pela Tarifa Alves Branco - que multiplicara a receita do governo em meados da década anterior - possibilitaram a ocorrência de uma intensa atividade urbana: surgiram bancos e caixas econômicas, casas comerciais importadoras e pequenas indústrias, cafés e confeitarias; as casas comissárias se multiplicaram, bem como empresas de navegação a vapor e as estradas de ferro, que serviam principalmente ao transporte do café. Os negócios floresciam rapidamente; o Império atravessava um tempo marcado pela prosperidade.

A Lei Eusébio de Queirós, a aprovação da Lei de Terras, o início da imigração, o incremento do contingente de brancos livres e pobres, o aumento do trabalho assalariado e do mercado interno e a ampliação das camadas médias foram elementos constitutivos e, ao mesmo tempo, desdobramentos do crescimento econômico de meados do século.

O país estava imerso no processo de modernização capitalista, especialmente notado nas suas áreas mais dinâmicas.

Mas os dirigentes do Estado imperial tinham muito mais do que se regozijar. O fim dos transtornos das décadas de 1830 e 1840, que trouxeram em si múltiplas e graves ameaças à integridade do território, ao centralismo, ao próprio regime monárquico, à preservação da escravidão e dos monopólios da camada dominante, ao modelo de organização da sociedade pautado por hierarquias rígidas e diversas; houve também a derrota dos elementos exaltados e as

divergências que se estabeleceram no seio dos conservadores, condições que permitiram que os liberais aderissem à proposta do Marquês de Paraná, da qual decorreu o gabinete da Conciliação, que se estendeu de 1853 a 1856, clima que se renovou no início dos anos de 1860.

Em 1855 Justiniano José da Rocha escreveu - para servir ao país, como foi por ele registrado - um folheto, um trabalho meditado e amplamente desenvolvido, de caráter pedagógico, paradigmático e pragmático, voltado para os que estavam à frente do governo, alertando-os sobre a fase a que o Império havia chegado, o estágio ideal, o período da Transação, momento em que

“[...] se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização [...] fase [...] que exige mais prudência, mais tino, mais devoção dos estadistas a quem é confiada a força governamental e a alta direção dos públicos negócios”.⁴

J.J. da Rocha voltou seus olhos para o passado recente, tempo marcado por tensões decorrentes de lutas que refletiam tanto o elemento democrático em conflito deflagrado com o elemento monárquico - de 1822 a 1831 – quanto uma ação democrática triunfante entre 1831 a 1836, quando se iniciou a reação monárquica cujo triunfo ocorreu entre 1840 e 1852, escudado no centralismo, viga mestra do conservadorismo que se impôs para dar combate à descentralização dos anos anteriores; nesse momento havia um dever a ser cumprido, “acudir a nossos irmãos da extrema setentrional do império, salvar a unidade brasileira, e comprimir a bárbara selvageria que ameaçava a civilização” (apud, Magalhães Junior, 1956, p.189).

Tal foi realizado, a Ordem foi reafirmada e “a grande lei do progresso achou-se cumprida”⁵; a evolução se efetivava e o Império, pelos caminhos do triunfo monárquico caminhava para a Transação, que se iniciou em 1852, tempo de extinção de paixões e de ódios, sintomas eloqüentes “de que a sociedade havia chegado a um período de calma e de reflexão”⁶ que, uma vez consolidado, testemunharia um tempo em que emergiriam as altas questões, “as questões de política, de governo, de alta administração” de tal forma que realizados esses

⁴ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. **Três panfletários do segundo reinado**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, Coleção brasileira, 1956. p. 163-164.

⁵ Ibidem, p.199.

⁶ Ibidem, p. 216.

assuntos, “poderá a nação brasileira caminhar segura para os grandes destinos que a esperam”⁷.

O triunfo monárquico consolidara a Ordem imperial, obra da “geração de 1800-1833” (Mattos, 1994, p.118), composta por todos aqueles que formavam a direção saquarema, e pelos que com ela estivessem envolvidos, como Nabuco de Araújo, Saraiva, Zacarias, Cotegipe, José de Alencar, Paranhos, Varnhagen, Gonçalves de Magalhães, Manoel de Araújo Porto Alegre, Vitor Meirelles e Pedro Américo entre outros que, construtores e consolidadores do Império, tinham seus olhos voltados para a Europa, de onde chegavam ao Brasil as grandes referências a serem seguidas, em especial os paradigmas de Ordem, Progresso e Civilização.

Por Saquaremas, entenda-se o conjunto formado pelos conservadores fluminenses, organizados ao redor de Joaquim José Rodrigues Torres – futuro Visconde de Itaboraí, Paulino José Soares de Souza – futuro Visconde do Uruguai e Eusébio de Queirós, os homens que dirigiam o Partido Conservador, respaldados pelos que pontificavam no Senado: Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão. Contavam, ainda, com o precioso apoio de José da Costa Carvalho, na Província de São Paulo. Os três primeiros, conhecidos como a Trindade Saquarema, configuraram o Estado imperial, tendo-lhe imprimido uma direção moral e intelectual. Há a acrescentar que esse processo de direção do Estado imperial se estendeu de fins dos anos 30 ao início dos anos 60, tendo atingido seu apogeu em meados do século (apud Mattos, 1994, p. 102).

Para que se tenha a real dimensão desse momento, a expressividade de que ele foi revestido pelos conservadores, deve-se trazer ao texto a contribuição de Capistrano de Abreu que, em 1850, afirmou que “o Imperador sentir-se-ia bem” (apud Mattos, 1994, p.13), evidenciando a tendência de se reduzir o Império à pessoa do Imperador, sentimento comum aos dirigentes do Estado imperial e àqueles que com eles interagiam, para os quais a Coroa se tornara o verdadeiro Partido.

A monarquia constitucional e o centralismo tornavam-se, então, poderosos agentes mantenedores da Ordem sob a perspectiva da fração da boa sociedade que

⁷ Ibidem, p. 217.

se colocou à frente da construção do Estado imperial. O Visconde do Uruguai evidenciou, em 1862, a relevância do centralismo associando a ele a unidade da Nação e a unidade do poder, sendo ele o elemento que transporta “às extremidades do corpo social aquela ação que, partindo de seu coração e voltando a ele, dá vida ao mesmo corpo” (apud Mattos, 2006, p. 11).

Contrapor-se a toda e qualquer agitação de teor revolucionário, agir com prontidão e com energia, “parar o carro da revolução”, no dizer de Bernardo Vasconcelos (apud Mattos, 2006, p.8), sempre que ele se pusesse em movimento, valendo-se, de acordo com a recomendação de Paulino, de “ todos os meios para salvar o país do espírito revolucionário, porque este produz a anarquia e a anarquia destrói, mata a liberdade a qual somente pode prosperar com a ordem” (apud Mattos, 1994, p.146).

Para que a Ordem se afirmasse era necessário, indissociável, que aqueles que estavam à frente do Estado imperial difundissem a Civilização, pela preservação de um padrão cujas origens se encontravam no período colonial e cujas bases se assentavam sobre as relações escravistas.

Nesse ponto cabe elucidar o que significava, em meados do oitocentos, no Império do Brasil, manter a Ordem: tratava-se de preservar o perfil de uma sociedade pautada nas relações entre senhores e escravos⁸ - padrão já instalado no período colonial – e na propriedade da terra por um grupo minoritário e privilegiado, manter as condições que garantiam tanto a existência de uma massa de homens livres e pobres quanto a hierarquia em que se pautava essa sociedade, preservar a existência dos “três mundos” do Império do Brasil, resguardando a rígida e imprescindível hierarquia entre eles e no interior de cada um deles, manter o modelo primário exportador, zelar e garantir a integridade territorial do Império, preservar as relações com os países civilizados e capitalistas, manter a indiscutível autoridade da Coroa, tudo isso sob o símbolo maior do regime monárquico, o próprio Soberano. Manter a Ordem era essencial para a difusão da Civilização, elemento básico na formação do Povo e por isso, condição garantidora da vinculação desse Povo à ordem.

⁸ É pertinente trazer ao texto a colocação de Alonso (2007, pp. 23- 24) a esse respeito: “A escravidão nascera com o país [...]”, pois se constituíra na base de sustentação da agricultura de exportação, centrada no latifúndio monocultor, espaço onde se encontram as raízes da formação da sociedade brasileira; por isso, se infiltrou em toda a vida social e por todo o território. Tornou-se, segundo a autora, “... uma segunda natureza, integrada na paisagem; meio e estilo de vida”.

Mas em que pensavam os que deram a direção do Segundo Reinado ao falarem em Povo? Pensavam nos brasileiros, aqueles que, segundo o artigo 6º. da Constituição de 1824, “no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos; ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”(apud Mattos, 2006, p.1).

Mas ao se voltar os olhos para a sociedade imperial, o que se vê é de uma complexidade que transcendia a divisão entre livres e escravos: diz-nos Alonso (2007, p.19) que no mais elevado patamar estavam os proprietários de terras, entre os quais havia grupos em projeção – como os cafeicultores de São Paulo, na segunda metade do século - e outros estagnados – os estancieiros da Província do Rio Grande do Sul -; havia os áulicos e uma aristocracia burocrática, “de talento”; havia comerciantes, empregados urbanos, profissionais liberais, funcionários do Estado. Havia, também, os outros. Há a destacar a questão da hierarquia, pois os nascidos no território do Império, livres ou libertos, não eram iguais. Os critérios classificatórios se baseavam em atributos como liberdade e propriedade - definidores de direitos civis e políticos – havendo, portanto, os homens livres e proprietários que compunham a boa sociedade⁹, os cidadãos ativos; logo a seguir estavam os homens livres e não proprietários, o povo mais ou menos miúdo, cidadãos não ativos e, por fim, os escravos, os não cidadãos.

Cabe acrescentar que a sociedade imperial, de base escravista, era composta por três grupos étnicos que eram vistos, pelos que eram brasileiros, como compondo nações diferenciadas e que no horizonte de expectativa da elite dirigente não havia vislumbre de que, como sugeriu sem sucesso José Bonifácio em 1823 “[...] (nós) venhamos a formar em poucas gerações uma Nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres respeitáveis e felizes [...]” (apud Mattos, 2004, p.9), projeto cuja derrota deu lugar à conformação da Nação brasileira, heterogênea, rigidamente hierarquizada, de matriz aristocrática, na qual as diferenças tornaram-se sinônimo de desigualdades e que conviveu no mesmo território com outras nações, a elas se sobrepondo, dominando-as.

No território do Império, legado delimitado formalmente no século XVIII pelo Tratado de Madrid, havia um conjunto de Nações composto pelas Nações

⁹ À boa sociedade também cabia a ordenação do mundo do governo (Mattos, 1994, p.111).

brasileira, africana, crioula e indígena, as três últimas designadas pela primeira como “as outras nações”. No caso do Brasil, ao mesmo tempo em que se formava a Nação a partir da independência, evidenciava-se a necessidade de admitir a coexistência de todas as Nações que conviviam no território, sem que elas fossem homogeneizadas. Não interessava, aos que compunham a Nação brasileira, a possibilidade da homogeneização; não lhes interessava, tampouco, o desmantelamento das outras nações. Era essencial que todas fossem mantidas, na medida em que ocupavam o território, relevância expressa pelo Duque Silva-Tarouca ao registrar que “a povoação é (...) o tudo: não servindo de nada muito mil léguas de deserto” (apud Mattos, 2005, p. 15). Interessava-lhe homogeneizar a si própria por meio de um processo de direção e impor-se às demais pela dominação.

Uma Nação brasileira, espaço de uma expansão sui generis que se delineava ao mesmo tempo em que a Nação era constituída, o que ocorria em concomitância com a construção do Estado imperial, composta por brancos proprietários, superiores não apenas às outras nações que habitavam o território, mas também aos outros brancos não proprietários, portanto cidadãos não ativos, concepção que traz em si tanto a idéia de uma rígida hierarquia, quanto a de desigualdade e que encontra eco no trabalho de von Martius, também permeado pelo marcante uso de critérios classificatórios expressos pelo uso das palavras inferior e superior para se referir aos elementos formadores do homem aqui nascido. Trata-se de uma dissertação de 1847 - premiada pelo IHGB - que recebeu por título “Como se deve escrever a História do Brasil”; nela o autor registrou que qualquer um que se propusesse a tal trabalho não poderia deixar de enfatizar os elementos que concorreram para o desenvolvimento do homem dessa terra, sendo um deles a mescla - apresentada pelo autor como vontade da providência - das três raças: a branca, a americana e a preta ou etiópica, todas contribuindo com suas respectivas particularidades físicas e morais. Nesse trabalho, von Martius enfatizava a superioridade do elemento branco: “O sangue português em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica. Em a classe baixa tem lugar essa mescla.”¹⁰ von Martius se inclinava

¹⁰ MARTIUS, Karl Friedrich Philip Von. **Como se deve escrever a História do Brasil**. Rio de Janeiro: IHGB, 1845. p. 31.

“a supor que as relações particulares, pela quais o brasileiro permite ao negro influir no desenvolvimento da nacionalidade brasileira, designa por si o destino do país, em preferência de outros estados do novo mundo, onde aquelas duas raças inferiores são excluídas do movimento geral, ou como indignas por causa do seu nascimento, ou porque o seu número em comparação com o dos brancos, é pouco considerável e sem importância.”¹¹

Retomo a importância do território, registrada no próprio texto constitucional, como elemento mediador da relação nascimento-nação. O legado, o “continente”, como foi dito no século XIX, “parecia encontrar o seu conteúdo”, precisava encontrá-lo, para inclusive, preservar a própria integridade. Esse era o trabalho a ser feito e se constituía em uma tarefa complexa.

Mas sobre essa parte do legado, o território do Império, criação do Estado imperial – pois até então vigorava a concepção de território como um plano local – e um dos elementos de determinação de quais indivíduos constituiriam a Nação brasileira, reside uma das particularidades do Império do Brasil: o seu domínio espacial era limitado, o que, trabalhando-se com a idéia de um império que por definição era expansivo, ressalta a relevância a ele conferida. Uma expansão nos moldes tradicionais era inviável para o Império devido à política externa da Inglaterra e ao processo de conformação dos Estados hispano-americanos. A impossibilidade do Império expandir os seus domínios foi o determinante para que os dirigentes do Estado Imperial definissem uma outra estratégia, optando por aprofundá-los, por consolidá-los de forma ímpar, através de uma expansão voltada para dentro, realizada sobre um território de dimensão simbólica, constituído por aqueles que formavam a Nação brasileira.

Interessante examinar com atenção o que fora enunciado por Saint Hilaire pouco após a emancipação política: “Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros”¹²; está dito que conformar os brasileiros era essencial. Já nos anos que se seguiram à independência, os novos cidadãos do Império do Brasil não mais se consideravam portugueses americanos, mas não haviam deixado de se sentir pernambucanos, paulistas, mineiros, fluminenses, o que evidenciava a prevalência das identidades locais e regionais oriundas do período colonial. Saint Hilaire jogou luz sobre a necessidade de serem

¹¹ Ibidem, p.32.

¹² HILAIRE (apud MATTOS, 2005. p. 16).

constituídos os brasileiros, de se sobrepor às identidades preexistentes, a identidade nacional, tarefa a que os que a partir de 1836/1837 se tornaram os regentes de um tempo, se dedicaram com devoção.

A associação do continente ao respectivo conteúdo, pela constituição do mesmo, implicava na delimitação e no processo de conformação de um outro território, simbólico, tão importante quanto o território do Império e que a ele se articulava tão firmemente que formaria um todo indissociável, garantidor da unidade. Refiro-me aos brasileiros, espaço mor de um processo de expansão a que os Saquaremas e seus interlocutores dedicaram seus mais refinados esforços, utilizando-se de recursos de matriz cultural a serem implementados - em momentos diversos e sob múltiplas formas - e apresentados aos súditos do Império para aglutiná-los ao redor de valores e de concepções que os homogeneizassem, o que contribuiria para a preservação da Ordem imperial.

Apresentando-se como herdeiros de um território contíguo e preservado na sua integralidade e de um nome, Império do Brasil, os homens que se colocaram à frente da luta contra as Cortes portuguesas ao longo dos anos de 1821 e de 1822; dados os riscos, as ameaças e as grandes tensões que então vigiam, designavam-se por brasileiros, adotando o nome que Silvestre Pinheiro Ferreira havia utilizado – partido brasileiro - para se referir aos que se contrapuseram às medidas aprovadas pelas Cortes portuguesas que lhes ameaçavam os projetos. José Bonifácio de Andrada e Silva e seus dois irmãos, Antonio Carlos e Martim Francisco, Evaristo da Veiga, Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Gonçalves Ledo e Clemente Pereira estavam entre aqueles cuja ação política bem sucedida foi comemorada como a Independência do Brasil.

Os homens de 1822, no Centro-Sul, defendiam a unidade do território, patrimônio de grandeza maior, o que é evidenciado por José Bonifácio, a quem novamente recorro e que ao se pronunciar, em abril de 1823, sobre a Guerra de Independência no Pará, deixou-nos significativa evidência sobre a relevância dessa questão ao afirmar que “não podia o Pará separar-se impunemente do todo a que pertence, nem S.M. consenti-lo, depois de ter jurado a defesa e conservação dos direitos de seus fiéis súditos, e a integridade do território do Império”¹³;

¹³ Mattos, Ilmar Rohloff de. **Do Império do Brasil ao Império do Brasil**. 2004. p. 5.

A Guerra de Independência deve ser entendida não como a simples vitória seguida da expulsão das tropas leais às Cortes mas, especialmente, como o primeiro movimento de expansão do Império

também confirmaram o papel do Rio de Janeiro, “cabeça” do novo corpo político. Ao longo dos anos seguintes, alguns desses homens e os que os sucederam na construção e na condução do Estado imperial afirmaram seus projetos e suas propostas sobrepondo-os aos de outras regiões do Império, valendo-se de meios diversos, utilizando-se inclusive de medidas de força. No inventário do legado por eles deixado está a afirmação do nome “Império do Brasil”.

Um Império correspondendo a um Estado e a uma Nação – eis aqui o que diferenciava o recém surgido Império do Brasil da antiga concepção atribuída ao termo. Temos também o referencial da modernidade, padrão que decorreu das transformações de matriz política vividas na Europa Ocidental e nas antigas colônias inglesas na América a partir da segunda metade do século XVIII, quando se desagregaram os velhos impérios e se formaram os novos Estados Nacionais. Sob a égide da modernidade pautada pelos princípios liberais, Estados Nacionais eram todos aqueles em que os homens eram juridicamente iguais, falavam a mesma língua, habitavam o mesmo território, tornando-se, então, detentores de uma exclusividade, pois segundo o ponto de vista revolucionário, a nação tem algo em comum e o que caracteriza a equação povo-nação é o fato dela, a nação, representar o interesse comum acima dos interesses particulares. A palavra, impregnada pelo sentido fundamentalmente político, sob o qual estavam articuladas as concepções de povo e Estado, se refere a “um Estado ou corpo político que reconhece um centro superior de governo comum” ou “o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerado como um todo”.¹⁴

Herdeiros, no contexto da emancipação política que fora tecida no Rio de Janeiro e em cujo transcurso suas vidas foram matizadas, sem dúvida, pois assim se apresentaram aos de seu tempo; mas - atrevo-me a estabelecer uma ordem de grandeza – acima de tudo, construtores. Primeiramente articuladores de um projeto cujos contornos – e limites constituídos a partir do lugar social de que elevaram as suas vozes - já se evidenciavam com clareza quando, logo após o 7 de Abril de 1831, Evaristo da Veiga bradou “Queremos a Constituição; não queremos a Revolução” (apud Mattos, 2005, p.11). O prestigiado livreiro, redator da Aurora Fluminense que se elegera deputado geral, usou a primeira pessoa do

para preservar a integridade da herança recebida, pela subordinação das províncias ao Rio de Janeiro.

¹⁴ Dicionário da Real Academia Espanhola (apud Hobsbawn, 1991, p.27).

plural ao se expressar; falava por si, mas sem dúvida evidenciava o ponto de vista dos que lhe eram iguais.

Evaristo da Veiga e os que pensavam como ele rejeitavam a revolução que trazia em si o desmonte de um padrão de ordem, condição associada à anarquia, elemento compatível com o estado de barbárie¹⁵ inerente aos povos cuja trajetória ainda estava comprometida pelo atraso. Os dirigentes do Estado imperial entendiam que o processo de constituição de uma ordem fora assegurado pela independência no dia 7 de Setembro de 1822; por isso os conservadores a entendiam como uma revolução, compreensão considerada à luz da historiografia da Restauração, que associava à revolução a idéia de restauração: o domínio metropolitano havia se tornado uma ameaça ao processo de construção de uma ordem cujas bases foram estabelecidas no período colonial. Por isso a proclamação da independência não foi vista como uma ruptura com o passado, não foi entendida como o início de um novo tempo, mas foi percebida como o ponto de chegada, pois viabilizara a restauração de uma ordem que, proveniente do período colonial, se via ameaçada pela ação metropolitana. Significava para eles – e assim o fora apresentada – como a vitória do povo sobre o governo absoluto; fora entendida como “uma grande revolução de princípios” (Mattos, 1994, p.144); foi a coroação do movimento de constituição da sociedade, o que nos faz considerar a idéia de evolução, a marcante evidência do progresso.

A independência representara uma mudança dentro da ordem: não destruiu a hierarquia social pré-existente, preservou os privilégios políticos e econômicos da camada senhorial e a partir dela nasceu uma sociedade civil extremamente seletiva (Alonso, 2002).

O passado era apresentado como elemento de explicação, de elucidação do presente¹⁶, o elemento dele forjador. Caberia aos homens ilustrados estudá-lo, refletir sobre seus testemunhos, aproveitar-lhe as lições e, dessa forma, evitar a repetição de erros que poderiam ter um custo expressivo ao atrasar a marcha da sociedade em direção ao futuro, ao Progresso, elemento inerente ao estágio da

¹⁵ Noção casada à de civilização; sem uma categoria, não existe a outra. Starobinski (2001, p.20) condensa essa idéia ao citar François Hartog, segundo o qual “Sem gregos não há bárbaros”

¹⁶ KOSELLECK (2006. p. 42), trabalha a *Historia magistra vitae*, recorre à Grande enciclopédia universal de Zedler, onde encontrou uma referência de 1735 que recomendava que “no que se refere àquilo que nós mesmos não podemos vivenciar, devemos recorrer à experiência de outros”, o que torna a História um conjunto de experiências alheias que devem ser apropriadas com um intuito pedagógico.

Civilização, horizonte de expectativa escolhido pelos dirigentes imperiais, para os quais o passado, devido ao peso do seu legado, seria o elemento prioritário para a construção do presente e para a preparação do futuro.

Deve ser ressaltado que o rompimento com o Poder metropolitano não poderia e nem deveria ser entendido como rompimento ou elemento redutor do Poder centralizado, também apresentado como herança do período colonial e reforçado pela instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. A esse respeito José Bonifácio, em sua Memória de 1815 (Mattos, 2005, p.20), destacou a relevância do princípio aglutinador de um corpo político por meio da exaltação da preservação de uma autoridade única e centralizada (Mattos, 2005). É ainda ao grande Andrada que devemos ouvir quanto à questão primordial da preservação da herança recebida; ele enfatizou a relevância da centralização, associando-a não apenas ao regime monárquico sob a forma constitucional, “a liberdade bem entendida, e com estabilidade” - argumento amplamente utilizado pelos dirigentes imperiais ao longo dos anos de 1850 e de 1860, momento em que a figura e os feitos do primeiro imperador também foram relidos, redimensionados e reapresentados aos súditos – mas à implantação da Ordem imperial.

Em meados do século XIX o território estava assegurado, a Nação brasileira conformada e sobreposta às outras nações que habitavam o mesmo território, certas idéias já haviam penetrado a massa da população pois já havia uma identificação com um modo geral de sentir.

O Visconde do Uruguai falara, em 1838, da constituição da identidade nacional.

1.2. Consolidando o legado: uma questão de identidade

*Se o púlpito, o jornal e o teatro são três livros de educação, e três grandes elementos de perfeição moral e social, é preciso que o homem que ouve o sacerdote pela manhã, lê o periódico ao meio-dia, e vai ao teatro à noite não encontre três morais diversas. Onde há falta de unidade, há desordem.*¹⁷

¹⁷ Porto Alegre. “Apontamentos sobre a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro” (apud Squeff, 2004, p.93).

*“Se em toda a parte o trono tem necessidade de esplendor e de ganhar corações pela sua liberalidade e magnificência, muito mais o tem o do Brasil, cercado de Repúblicas e povoado por homens que não conhecem outras distinções que ser brancos e ter dinheiro”.*¹⁸

Sobre o território reside uma das particularidades do Império do Brasil, que não pode transcender o seu espaço, por já ter nascido limitado em seu domínio espacial - quer pelas intenções inglesas, quer pela configuração dos Estados hispano-americanos – o que, trabalhando-se com a idéia de um império que por definição era expansivo, ressalta a relevância ao primeiro conferida: preservá-lo tal como fora recebido era essencial, condição que foi evidenciada com ênfase pelo Marquês de São Vicente ao se referir a ele como a “sua mais valiosa propriedade; a integridade e a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político. É um atributo sagrado de seu poder e de sua independência; é uma das bases primordiais de sua grandeza exterior” (apud Mattos, 2006, p.12), e para tal, voltemos a Saint Hilaire, era necessário, premente, conformar os brasileiros, para que estes - território simbólico do Império, esclarecidos pelos benefícios do processo civilizatório - garantissem por meio da comunhão dos princípios constitutivos da identidade nacional, a preservação do trono sob os auspícios da Ordem, sob o signo da unidade.

Detentores de um legado duplo, os dirigentes saquaremas efetivaram realizações, como já foi enunciado: construíram o Estado imperial, constituíram a Nação e a si próprios, como classe senhorial, na medida em que esta ainda não estava formada; daí se depreende que ao fazer o exercício do convencimento e da conformação dos brasileiros, eles também apuravam os próprios contornos e certezas. Dedicaram-se, enfim, a afazeres concomitantes e complementares, aos quais está referida a idéia de processo, o qual se estendeu ao longo de três décadas, ao fim das quais foi vitoriosamente consolidado sob a forma de uma grandiosa estátua eqüestre forjada em bronze e sobreposta a um imponente pedestal de granito.

No processo de construção do Estado-Nação, assumiu relevância a constituição de uma identidade nacional, que pressupõe seja marcada por uma

¹⁸ José Bonifácio (apud Sousa, 2001, p.343).

homogeneidade e por uma exclusividade pautada no pertencimento, condição administrada pelo poder habilitado, ao qual compete excluir e incluir, determinar quem está dentro e, portanto, faz parte e quem está fora.

Esse poder habilitado, dotado de caráter hierárquico, tem as suas bases assentadas não apenas em fundamentos materiais ou na afirmação da obediência dos súditos, mas em especial, na condição da legitimidade, o que lhe permite ser designado pela palavra autoridade, que abarca a idéia de dominação, entendida como a capacidade de fazer com que uma ordem seja seguida por um determinado grupo de indivíduos¹⁹. E para que tal ocorra não se considera apenas um conjunto de recursos pautados por meios violentos, que se valham da coerção – se bem que no horizonte da obediência política sempre se admite a possibilidade da coação –, mas também de meios outros que permitam aos que detêm o poder, influir no comportamento dos que lhe são subordinados. É exatamente nesse espaço que se encontram os recursos escolhidos pelos dirigentes do Estado imperial para conformar os brasileiros por meio do convencimento. Esse poder, típico das sociedades modernas, fundamenta-se na crença da legitimidade e sua fonte é a lei: são os ordenamentos jurídicos que lhe definem a função (Bobbio, Matteuti e Pasquino, 2004).

São essas as bases teóricas que nos permitem compreender a formação do brasileiro, resultado principal do processo sobre o qual me debruço e ao longo do qual ele foi sendo conformado por instrumentos de convencimento ligados à direção saquarema, que necessitava garantir o exercício de uma sólida autoridade.

Para que tal se efetivasse tornou-se necessária a montagem de uma estrutura administrativa formada por um corpo de agentes, o que levantava as questões relativas à língua, à instrução pública e à educação, e a definição de mecanismos que gerassem a identificação dos cidadãos ao Estado e lhe garantisse a lealdade dos mesmos.

Esse Estado, recém formado, estava intimamente vinculado à nação, uma individualidade histórica criada a partir da escolha política dos seus potenciais componentes, portanto pautada pelo consentimento²⁰. Para que essa nação se consolidasse era essencial que os dirigentes saquaremas elencassem o que deveria ser lembrado, ressaltando continuamente um legado pleno de valores, fruto do

¹⁹ WEBER (apud LEBRUN, 2003).

²⁰ LAVISSE (apud HOBBSAWM, 1991).

esforço de alguns ou de muitos, mas também o que deveria ser esquecido, pois se na essência de uma nação estavam presentes elementos diversos que compunham um patrimônio comum, certamente havia, também, o que precisava ser esmaecido pelo véu do esquecimento, para que tensões fossem amainadas até o desaparecimento e para que pudesse ser consolidada uma comunhão de valores, interesses, afetos, lembranças e esperanças.²¹

Renan, no século XIX, apresentou a nação como uma alma constituída por um patrimônio de lembranças e pelo consentimento dos que a formavam, decorrentes do desejo de viver juntos e de perpetuar o legado recebido. O que a preservava era o consentimento constantemente reafirmado.

Nutridos por essa convicção, os dirigentes saquaremas, ainda que enfrentando ameaças à sua legitimidade e coesão, bem como a ação de algumas forças de subversão – algumas das quais provenientes do seio da própria boa sociedade – precisavam delinear e consolidar novas e significativas formas de lealdade cívica, criar o que Rousseau traduziu por uma verdadeira religião cívica. A exemplo dos novos Estados-Nação, o Império do Brasil requeria, mais do que a passividade dos seus súditos, o florescimento de um significativo sentimento nacional, de um forte patriotismo, ambos decorrentes da afirmação da identidade nacional. Ainda a exemplo desses mesmos Estados, o Império do Brasil tinha a premência de delinear e de afirmar a coesão dos contornos de suas esferas social e política.

O poder habilitado já havia consolidado a sua ação na esfera da sociedade, na definição das hierarquias e na delimitação dos direitos políticos.

Os momentos de crise enfrentados pelos que detinham o poder oportunizavam a reafirmação, por meio de justificativas, do que fora implantado e de por que o havia sido, ocasiões em que esses princípios e práticas eram reapresentados como os recursos habilitados a conduzir o Império aos horizontes previamente definidos, promovendo a contínua e firme ratificação de um credo político.

Esses valores se cristalizaram na tradição político-intelectual do Segundo Reinado que demarcou as bases a partir das quais a boa sociedade se via, se compreendia e lançava seus olhares sobre as outras nações e sobre as outras

²¹ RENAN (apud Rouanet, org., 1997).

frações sociais. Em geral, textos escritos foram as respostas às ameaças provenientes dos debates parlamentares.

As concepções que serviram de base para a constituição das instituições do Segundo Reinado o foram sob o impacto do autoritarismo do governo de D. Pedro I e da anarquia que demarcou fortemente o Período Regencial; a Ordem imperial, ainda que circunscrita ao centro de poder e às regiões a ele mais próximas, era apresentada como superior às experiências vividas nos dois momentos anteriores, sendo confrontada, especialmente, com a desordem do período que se estendeu de 1831 a 1840, quando a anarquia ameaçara o patrimônio da boa sociedade. As tensões da regência fizeram com que a liberdade fosse apresentada como uma questão de responsabilidade pública e não como um direito individual.

Os dirigentes do Estado imperial tinham a percepção de que apenas um território unificado não teria condições de conter a ação das forças contrapostas à ordem ainda existentes no seio dos que habitavam o Império. Esses homens mantinham-se atualizados em relação ao que transcorria na Europa e sabiam que somente medidas pautadas pela força não preservariam as desejadas e necessárias unidade e coesão de crenças e de valores. Tinham consciência da relevância da instituição de uma memória comum, da invenção de tradições, da divulgação de princípios, da divulgação de feitos heróicos, da produção de biografias que ilustrassem e ampliassem pelo exemplo dos brasileiros ilustres os horizontes das novas gerações, da criação e da afirmação de símbolos da pátria, da elaboração de rituais e de cerimônias. Os Saquaremas tinham, sem dúvida, os olhos pousados sobre o território, patrimônio maior do Império do Brasil, condição que lhes determinava a preservação da respectiva integralidade; mas também - e com igual perspicácia - os voltavam para um outro território, de dimensões simbólicas e estratégicas tão expressivas quanto as do primeiro - sobre o qual deveria se instaurar um processo de expansão que aglutinasse de forma consistente os brasileiros para que, conscientizados, se tornassem agentes mantenedores da ordem, o que permitiria a perpetuação da coesão da camada dominante.

Em síntese, uma impregnação de princípios, uma imersão de almas seletas em um seletto conjunto de valores que se desdobrariam em um credo gerador e mantenedor de um único padrão de atitudes. Era essencial fidelizar os brasileiros por meio da afirmação de uma identidade também em fase de constituição.

Essa era a única expansão necessária para o Império do Brasil. Mas era, também, a mais complexa e a mais sutil das expansões passíveis de serem efetivadas; nela não haveria medidas de força, como os expedientes usados ao longo do período regencial e no início dos anos da década de 1840, mas haveria embates políticos, exacerbados confrontos de idéias, trocas de acusações, verdadeiros duelos de memórias. O Império efetivaria esse singular expansionismo sobre si próprio; melhor dizendo, em direção aos brasileiros que se encontravam espalhados pela extensão do seu território, em direção aos súditos, à Nação brasileira. Desbravar almas e impregná-las por um credo comum - essa era a tarefa a que se propuseram os dirigentes imperiais; estava por ser constituída a expansão para dentro.

A zona alvo desta singular expansão já foi apresentada, a alma dos brasileiros. Mas deveria haver uma medida de profundidade a ser alcançada?

Creio que sim.

Necessariamente não se tratava de uma medida de natureza material; a unidade de valor que a pautaria deveria estar alicerçada no grau de convicção com que os brasileiros professassem os valores e vivessem as tradições implantadas, se inteirassem das letras, se emocionassem e se orgulhassem das estórias lidas, ouvissem os sons que ressaltavam os elementos nacionais, se admirassem e se encantassem com as obras de arte que louvassem temas e motivos ligados à terra e à história. E essa profundidade, uma vez alcançada e consolidada, se traduziria na condição almejada, a Civilização.

É pertinente acrescentar que ao final dos conturbados anos do Período Regencial, o Regresso e a Maioridade permitiram se antever a vitória da Ordem, o que se concluiu no final da década de 1840, tornando-se, então, prioritário o trabalho de aglutinar os brasileiros, considerados o território simbólico, buscando recursos no campo da cultura. Elementos dessa matriz seriam colocados a serviço da afirmação de um conjunto de valores já definidos: a arte se tornaria um recurso pedagógico, a língua se tornaria um código. O território simbólico, uma vez claramente demarcado, deveria ser garantido e sobre ele não havia como usar a força, afinal os brasileiros diferenciavam-se dos homens dos sertões, capazes de “horrores friamente perpetrados pela barbaridade, pela lascívia, pela vingança e

por outras paixões alheias à política”²². Para os brasileiros, as letras, as belas artes, os nobres materiais consolidando imagens e símbolos, forjando histórias e memórias. Os submissos das diversas Províncias haviam sido poupados²³; era necessário arrebatá-los pelo entusiasmo nacionalista.

Passemos, então, a ver como esse processo se desenrolou.

A singular expansão com a qual trabalho, bem poderia ter tido como lema “ordenar, civilizar e instruir”²⁴, pois visando manter o Ordem e defender a Civilização, os dirigentes do Estado imperial procuraram alcançar a todos os que compunham a Nação brasileira, em um processo de expansão que foi, ao mesmo tempo, horizontal e, em certos casos, vertical, ‘pois chegou a se irradiar para alguns elementos da plebe, garantindo-lhe não apenas a própria expansividade – entenda-se, como classe – mas ainda a preservação dos paradigmas considerados primordiais, porque vinculados à questão da Ordem. Para tal, os dirigentes forjaram umas instituições e copiaram e adaptaram outras, elaboraram um corpo de leis, esforçaram-se por defender as Luzes e por difundí-las pelo Império. Nesse processo deram especial relevância à instrução pública, à educação e às belas artes.

A expressividade de uma ordem educacional ficou registrada na Constituição do Império do Brasil que, no item XXXII do artigo 179 (Mattos, 2000, p.34), determinou a gratuidade da Instrução Pública para todos os cidadãos. Instruir era o primeiro passo a ser regulamentado pelos dirigentes do Estado Imperial – convencidos da necessidade de uniformização e de centralização desse processo²⁵ – para que fosse garantida a evolução das condições de divulgação de uma cultura nacional, por isso ocupando um lugar de destaque no projeto político e de sociedade por eles traçado, o que foi registrado por João Manoel Pereira da Silva em 1851, quando Vice Presidente da Província do Rio de Janeiro, ao qualificar a instrução pública como “um dos ramos mais difíceis da

²² PAULINO, José Soares de Sousa (apud Mattos, 1994, p. 104-105). Prossegue o depoimento de Paulino, Soares de Sousa: (nos sertões, rebelava-se) “uma massa enorme de homens ferozes, sem moral, sem religião e sem instrução alguma, eivados de todos os vícios da barbaridade”.

²³ Reporto-me a Virgílio que em sua obra, Eneida, forjou a expressão “poupar submissos e debelar soberbos”.

²⁴ MATTOS, em “O Brasil em Lições” (2000, p.33), expressou dessa forma a amplitude da tarefa empreendida pelos dirigentes imperiais.

²⁵ Até mesmo um severo crítico da centralização política, José Liberato Barreto, reconheceu que da uniformidade e da homogeneidade do ensino parametrizado pelo Estado Imperial dependeria a unidade moral da nação. (apud Mattos, 2000).

administração; entretanto (...) forma o povo” (apud Mattos, 2000, p.40). Joaquim Manoel de Macedo, nas “Explicações” de Lições de História do Brasil também deixou registrada a importância conferida a essa questão ao afirmar que se tratava da “instrução de um povo nas artes e nas ciências que podem fazer a sua prosperidade moral e material. Isto é, que esclarecem o seu espírito e fazem o seu bem estar” (apud Mattos, 2000, p.41).

Consciência e ação caminhavam par e passo, de tal forma que complementando e operacionalizando tudo o que era dito e publicado, os dirigentes imperiais criaram, em 1827, os cursos jurídicos de São Paulo e de Olinda, inauguraram o Observatório Astronômico²⁶, na Corte; em 1832 foram criadas a Faculdades de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro; a seguir foram fundadas a Companhia de Arte Dramática Nacional, a Sociedade Filarmônica do Rio de Janeiro e o Teatro da Praia. Em 1836 foi editada em Paris, Niterói, Revista Brasiliense de Ciências e Letras, sendo que os estudos críticos publicados em seu primeiro número estabeleceram o ponto de partida o nacionalismo literário no Brasil. Também se iniciou um processo de renovação literária baseado em dois pilares, o Nacionalismo e o Romantismo, estilo literário que destacou a individualidade da sociedade brasileira, do que decorreu um estilo genuinamente nacional que se estendeu a campos diversos, como a poesia lírica, o romance, o drama, o jornalismo e a eloquência. Segundo Afrânio Coutinho, esses canais diversos permitiram que o povo afirmasse, por meio de um conjunto de vivências comuns, a sua individualidade e a alma coletiva (apud Mattos, S. 2000), sublinhando os traços constitutivos da nacionalidade e reforçando o pensamento conservador que regia os tempos da Reação.

Sob a perspectiva com que trabalho, ainda havia muito a ser feito e muito também já havia sido concretizado: em 1837 foi criado o Imperial Colégio Pedro II, um grande colégio público de instrução secundária, inaugurado em março de 1838, ano em que foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao qual cabia “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Império do Brasil, e assim também promover o

²⁶ Quanto ao Observatório, cabia-lhe medir e marcar o tempo – outra das muitas novidades da modernidade – pois uniformizava a vida dos que habitavam o território do Império, alinhando-a à dos que habitavam as nações consideradas civilizadas (Mattos, 2000, p.41).

conhecimento destes dois ramos filológicos por meio do ensino público”²⁷. Abreu e Lima publicou, nos anos de 1840, o primeiro compêndio de História de Brasil, voltado para o ensino da disciplina e Varnhagem, em 1854, publicou o primeiro volume da sua História do Brasil²⁸, ambos os autores concretizando, por meio dos respectivos trabalhos, as metas expressas pelo IHGB. Folhetins eram publicados, contribuindo para o aumento do número de leitores.

Criando instituições, defendendo e implantando princípios, produzindo no campo literário, publicando artigos em jornais por eles também impressos, freqüentando os teatros, rindo das comédias, emocionando-se com os folhetins, freqüentando os cursos superiores, produzindo obras de arte, discursando no Parlamento e ministrando aulas, entre outras atividades, os saquaremas²⁹ possibilitavam a difusão da Civilização no seio da boa sociedade e eram, ao mesmo tempo, conformados pela sua própria obra, processos já ditos concomitantes e complementares.

A realização da obra civilizatória acabou por gerar uma verdadeira revolução centrada no livro (Mattos, 2000), elemento de circulação ampla e garantida no espaço da boa sociedade. Esse consumo alavancou a multiplicação de tipografias, livrarias e bibliotecas e de gabinetes de leitura, o que por sua vez alimentou o crescimento do número de leitores e de ledores e intensificou e

²⁷ MATTOS, 2000. p. 43- 44.

²⁸ Varnhagen, envolvido no projeto da criação da identidade e da afirmação do nacionalismo, revelou todo o seu compromisso com a causa nesse trecho de uma carta escrita ao imperador D. Pedro II em 14 de julho de 1857: “o motivo por que empreendera o Florilégio e escrevia biografias de Brasileiros de todas as províncias era para assim ir enfeixando-as todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em favor dos de outras, infiltrando a todos os nobres sentimentos de patriotismo de nação, único capaz de desterrar o provincianismo excessivo. [...] Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa que os beneficia com ilustrações; tratei de por um dique a tanta declamação e servilismo à democracia, e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade” (“Carta ao imperador Dom

Pedro II, 14 de julho de 1857”, in Correspondência ativa. Rio de Janeiro: INL, 1961.p.246). Podemos ler também na carta para o Imperador, além do profundo envolvimento com a questão da constituição da nação e do fortalecimento do nacionalismo, outras duas relevantes referências: está evidenciada a importância da Europa, que legava ao Brasil um padrão civilizatório pautado no esclarecimento e está indicada a repulsa saquarema pela democracia, a grande matriz da República norte americana, mas no Império considerada um excesso impróprio vinculado às forças da desordem. Por isso os “Brasileiros” precisavam ser amalgamados pela educação.

²⁹ Deixo aqui, brevemente registrado um esclarecimento, na medida em que esse assunto será desenvolvido extensamente no 3º Capítulo dessa dissertação: ao me referir aos saquaremas, não abarco apenas a cúpula do Partido Conservador, que deteve em suas mãos a direção do Estado imperial, mas a todos aqueles que abraçaram e se comprometeram com o projeto em questão, homens que atuavam em campos diversos e complementares, profundamente imbuídos da consciência da importância de seus fazeres para a consolidação do projeto de política e de sociedade em implementação.

acelerou a circulação dos princípios articulados aos ideais da boa sociedade. O livro desempenhou, também, um outro papel, tornando-se um elemento de diferenciação entre os componentes da boa sociedade: demarcou os que sabiam ler e os que não tinham essa habilidade, o que se havia tornado algo bastante sério, pois - inclusive – a não instrução das mulheres já deixara de ser vista com um designativo de nobreza desde meados do Período Regencial. Além disso, uma significativa parcela da intelectualidade passou a ser formada por elementos não pertencentes aos quadros da Igreja, cujo secular monopólio sobre o saber fora quebrado, o que abria espaço para a afirmação da ordem civil.

Em paralelo a essa ampla circulação de idéias, tendo sido também um agente dinamizador da mesma, houve um avanço significativo na ligação da Corte com as outras Províncias litorâneas em decorrência dos progressos verificados na navegação a vapor. Aproprio-me de uma idéia trabalhada, a bem da verdade, em outro contexto por Alonso (2002) para expressar, com precisa objetividade, o que estava acontecendo: as idéias estavam em movimento, o que se desdobrava na afirmação das mesmas e no convencimento delas decorrente.

E para tal, a língua e a literatura brasileiras cumpriram importante papel. Passemos a elas.

A padronização de uma língua brasileira tornara-se tarefa essencial para o processo em curso, na medida em que trazia em si, mais uma vez, a idéia de uma perseguida uniformização entre os brasileiros, o que nos reporta à questão da identidade, sendo para tal necessária a depuração, entre outras coisas, dos africanismos que tanto a desqualificavam e o afastamento de um padrão vigente em Portugal. José de Alencar, no prólogo de *Sonhos d'Ouro*, se referiu à importância de “se desbastar o idioma novo das impurezas que lhe ficaram na refusão do idioma velho com as outras línguas”³⁰, tarefa a ser desempenhada por artistas, escritores e poetas, “nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade”³¹. Alencar, muitas vezes ao portar a pena, se utilizava de expressões tais como “em português, ou antes, em brasileiro” como registrou Nelson Werneck Sodré (1951, p.14) enfatizando o compromisso do romancista com a linguagem brasileira, sua preocupação dominante, o que o fez por muitas

³⁰ ALENCAR. José de. In: **Sonhos d' Ouro**. José Olympio Editora, 1951. p. 36.

³¹ Idem.

vezes repetir que “a tendência de nossa literatura, como de nossa raça é, sem contestação, o americanismo”³².

Mas havia uma outra questão igualmente relevante: formar um padrão de linguagem significava também estabelecer uma “formação ideológica” que elucidaria a “visão de mundo” dos dirigentes imperiais, “[...] um conjunto de representações de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo [...]” (Fiorin, 2004, p.32). A esse respeito é interessante recorrer a João Cabral de Mello Neto, que nos legou uma advertência por meio de seus versos: “Acabou vendo Joan Brossa/que nos verbos do catalão/tinham coisas por de trás/ eram só palavras não.” (apud Fiorin, 2004, p.5).

No entremeio das palavras sempre há intenções, algumas vezes convenientemente tornadas difusas, mas que ainda assim preservam suas força e coerência: constituem-se elas nos fios muito bem definidos com os quais a camada dirigente constrói e consolida o seu discurso. A esse respeito Koselleck³³, ao refletir sobre a história dos conceitos, afirmou que cada um deles é um claro indicativo da existência de algo para além do plano da língua chamando, contudo, a atenção para que não se considere a língua como a última instância da experiência histórica e a história, apenas como um fenômeno de linguagem. No caso aqui estudado, o “algo” que ultrapassa o plano da língua é, como já houve referência, o projeto de direção dos brasileiros traçado pelos dirigentes saquaremas, no qual determinadas palavras e expressões ganharam significativa importância por serem depositárias de conteúdos considerados referenciais para os homens que compunham a Nação brasileira, o que significava a introjeção, nas mentes deles, dos padrões associados pelos saquaremas à ordem.

A relevância desse ponto está em que só existem idéias - compreendidas sob o sentido da comunicação verbal e não verbal - nos domínios da linguagem, do que decorre que para cada formação ideológica existe um correspondente discurso, palavras que concretizam uma visão de mundo que é, em conjunto com as palavras que a expressam, projetada para o futuro por cada uma das gerações ao longo do seu processo de aprendizagem lingüística, que, ao ser assimilada, permite que os homens construam o seu discurso. A importância da criação de

³² Idem, *ibidem*.

³³ KOSELLECK. **Uma História dos Conceitos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 5. no. 10, 1992. p. 134-146.

uma língua brasileira, um dos instrumentos da direção saquarema, reside em que, da mesma forma que corresponde à classe dominante a ideologia dominante, também lhe corresponde o discurso dominante, afinal, se a linguagem é autônoma em relação às formações sociais é, também, determinada por fatores ideológicos.

Língua e literatura desempenhavam relevante papel no contexto da ação dos dirigentes saquaremas; Alencar, em *Benção Paterna*, se referiu à literatura como a alma da pátria, que havia transmigrado para este “solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana dessa terra que lhe serviu de regaço”³⁴, legitimando a existência de uma literatura brasileira genuinamente articulada ao grandioso projeto de construção dos valores nacionais, espaço de atuação dos “poetas, escritores e artistas(...) os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo”³⁵ ao longo do processo de formação da nacionalidade brasileira. Para Alencar, a tarefa do escritor era a de esculpir a nacionalidade pelos canais da literatura, não mais abafando rebeliões que, teimosamente, eclodiram, por muitos anos nas diversas regiões do Império, comprometendo não apenas a integridade do território, mas também a integralidade dos monopólios da classe senhorial. O Império do Brasil, em meados do oitocentos, já havia superado os tensos anos da Ação, sendo então essencial dar uma direção aos brasileiros.

É pertinente deixar registrado que todos os homens importantes do Império, os que compunham a elite cultural, fossem eles políticos, bacharéis ou magistrados, funcionários públicos de esferas diversas, eram também homens ligados às letras, o que nos permite divisar o horizonte da literatura ao longo do Segundo Reinado.

A preocupação com a condição da brasilidade também esteve presente em outro dos expoentes das letras, Gonçalves Dias, que deixou evidenciada a sua dedicação à criação de um padrão genuinamente americano, o que em seus trabalhos apareceu como um canto de exaltação à natureza da terra natal, o que se pode constatar pelo que nos foi deixado pelo próprio autor:

“Ando estudando para compor um poema – é por agora – a “minha obra” – Quero fazer uma coisa exclusivamente americana – exclusivamente nossa – eu a farei

³⁴ ALENCAR, José de. *Ibidem*, p.34.

³⁵ *Idem.*, *ibidem*, p.36.

talvez. Já que todo mundo hoje se mete a inovar – também eu pretendo inovar – inovarei – criarei alguma coisa que, espero em Deus, os nossos não esquecerão”.³⁶

Ao lado do comprometimento com a divulgação, por meio do enaltecimento, do que era exclusivo do Novo Mundo, a exuberante natureza dos trópicos, existe, enunciada, uma outra preocupação, a que se reporta à permanência da obra que, esperava Gonçalves Dias, fosse tão bela que “os nossos não a esquecerão”³⁷.

Há a ressaltar a importância conferida pelos dirigentes imperiais às belas artes, o que é a essência desse trabalho, que se irradia da história do poder para dois estudos de caso relativos à história do poder simbólico.

Por inúmeras vezes já me referi, e continuarei a fazê-lo ao longo dos próximos capítulos, ao que foi projetado pelos dirigentes saquaremas para educar, instruir, ordenar e sensibilizar, na medida em que havia um objetivo maior a ser alcançado. Atuando com singular expressividade em todas essas frentes, emerge a Academia Imperial de Belas Artes. Para Manuel de Araújo Porto Alegre, um dos seus mais proeminentes membros, as artes tinham um importante papel a desempenhar no processo de determinar sobre quais elementos, feitos, personagens e falas, entre outros, recairiam as ênfases, os que deveriam ser narrados para que fossem rememorados, bem como os que deveriam ser legados ao esquecimento. Chamaram a si, os que compunham a elite das artes e das letras, a tarefa de completar o que se iniciara no plano da política no dia 7 de setembro de 1822, pois entendiam que ao se colocarem a serviço da nação, passavam a ser também responsáveis por um conjunto de deveres, verdadeiras missões; desta forma ligavam à Nação os respectivos percursos ao contribuir para a construção do que propunham ser as bases sobre as quais a mesma seria erigida.

Os artistas do oitocentos estavam impregnados por valores elevados tais como religiosidade, fidelidade ao imperador e engajamento no progresso da Nação, elementos constantemente evocados. Formar uma cultura brasileira e contribuir para difundi-la era um dos seus sonhos. Esses homens também faziam parte dos que dirigiam a sociedade imperial - não se diferenciando dos que detinham o poder político em termos de formação intelectual e de atividade profissional – um grupo caracterizado pela homogeneidade de paradigmas, e se

³⁶ Correspondência ativa. Anais da Biblioteca Nacional, v.84, 1964, p.30.

³⁷ Idem, *ibidem*.

envolveram frontal e convictamente na construção da Ordem. Dada a elasticidade dos critérios de nobiliarquia da época, também foram considerados membros da Corte os que, como eles, artistas, transitavam nos círculos palacianos e prestavam serviços ao monarca.

Os mais destacados artistas, pintores, escultores e arquitetos compuseram os quadros da AIBA, instituição que se envolveu desde a sua inauguração com o que considerava ser uma especial missão: a efetivação do projeto civilizatório delineado pelos dirigentes imperiais. Deveriam, os expoentes das artes, além da produção de quadros e de monumentos, responsabilizar-se pela construção de edifícios públicos e pela elaboração e implantação de projetos urbanos – entenda-se a reforma de ruas e de bairros – contribuindo de uma forma pontual para a boa reputação do novo regime entre as consideradas nações de porte maior. Fortes eram os vínculos entre a AIBA, órgão do Estado sob proteção do monarca, e o governo.

Membros da Academia estiveram envolvidos no processo da construção das tradições no Império do Brasil, processo articulado pela camada dominante que sempre evidenciou – inclusive através do mesmo – a sua superioridade, estimulando a obediência dos que lhe estavam subordinados. As belas artes, com destaque para a pintura, a escultura e a arquitetura, tornaram-se os núcleos desse processo de sensibilização e de convencimento dos brasileiros. Foram veículos para a afirmação dessas tradições o desenvolvimento da educação primária, a produção de manuais escolares muito bem cuidados, a invenção de cerimônias públicas e a preparação de espaços apropriados para as mesmas, a construção de monumentos, na verdade, lugares de memória e vínculos visíveis entre o Estado e os súditos. Pintores, escultores e arquitetos deram uma privilegiada contribuição para a fundação da nacionalidade e para a afirmação dos valores a ela afins nas almas dos brasileiros, tornando-se também agentes envolvidos na construção da memória oficial; o trabalho desses homens à frente da Academia – como professores, inclusive – sensibilizou e educou os olhares dos brasileiros.

Dentro desse contexto a Academia, ao dar as diretrizes da produção artística imperial, atuou na fundação de uma cultura singular que demarcou e ao mesmo tempo divulgou os elementos nacionais e deu uma contribuição das mais significativas, para a transformação do recém fundado Império do Brasil em uma civilização. Porto Alegre em especial, via nas artes “potencialidades para

transformar a sociedade imperial em uma nação culta e peculiar” (apud Squeff, 2004, p. 24).

Ao longo do oitocentos muitos homens das artes, pertencentes aos quadros da Academia, tiveram atuação fundamental na produção e na posterior consolidação de fatos memoráveis da história da nação e do Império brasileiro, comprometendo-se visceralmente nessa tarefa, verdadeira missão, desempenhando com competência ímpar o papel que lhes foi reservado e que fora abraçado com plenos entusiasmos e convicção. Através das respectivas obras, tornaram-se co-autores do projeto de constituição da identidade nacional e da tecitura de uma memória oficial do Império, esta alicerçada sobre o 7 de setembro de 1822, apresentado oficialmente como um marco, um acontecimento pacífico decorrente da vontade do Príncipe e pautado pelos princípios da ordem, da civilização e da unidade.

A arte produzida na AIBA desdobrava-se em dois temas específicos, a pintura de paisagem, que contemplava os registros da exuberante natureza brasileira, e a pintura histórica, a cargo da qual estavam os registros dos mais significativos acontecimentos da história do país, dentre os quais reinava soberana a questão da proclamação da independência.

A Academia participava ativamente da definição e da afirmação da identidade nacional e da memória oficial, tendo-se tornado a instituição onde se constituiu a relação entre arte, nação, civilização e memória. As obras a ela vinculadas foram dotadas de caráter histórico, pois sempre tiveram a intenção de registrar um fato histórico ou um personagem significativo na memória dos brasileiros, assim contribuindo para a consolidação da nacionalidade e para o engrandecimento da nação.

Temos, como já vimos, um Império que nasceu limitado à conformação do território que herdara e que, para preservar o legado dentro dos paradigmas de Ordem traçados pelos dirigentes saquaremas, os quais garantiriam os interesses e a homogeneidade da camada senhorial, precisaria consolidar o seu domínio sobre os brasileiros utilizando-se de mecanismos de convencimento, de instrumentos de sensibilização, de recursos de encantamento. Doutrinar as almas era necessário.

Em direção a elas, às almas dos brasileiros, a expansão para dentro. Porque é exatamente neste território que ficam registradas as mais expressivas e profundas convicções.

Para atuar nesse domínio, o belo, que inspira e encanta - apresentado sob a forma grandiosa da primeira estátua equestre erigida no Império, em 1862³⁸, e posteriormente pelo magistral trabalho de Pedro Américo, o quadro Independência ou Morte³⁹, de 1885 – foi o elemento por mim escolhido para comprovar a singular expansão efetivada pelos dirigentes do Estado imperial, colocando a arte a serviço de intenções políticas, voltando-a para o prisma da construção da identidade nacional, da reafirmação de valores e de exemplos, para a ressignificação de um grande vulto, o primeiro imperador, aquele que acima de qualquer discussão, havia legado aos brasileiros a liberdade, descortinando-lhes um novo horizonte. O fundador do Império do Brasil.

Em 1862 os Saquaremas viviam o apogeu de sua direção, fase da consolidação da obra por eles empreendida, e desejavam comemorar essa concretização de forma singular. Fizeram, então, erigir um grandioso monumento, efetiva e simbolicamente sobreposto ao território do Império, ponto de referência da inserção de uma memória por eles arquitetada, na comunidade dos brasileiros⁴⁰. Para tal optaram por inscrevê-la, sob o bronze que revestiu a colossal estátua equestre de D. Pedro I, na praça pública, especificamente na Praça da Constituição, para legá-la às gerações futuras, enraizando-a no domínio da memória, perenizando-a a despeito do não querer dos Liberais e de todas as intensas polêmicas e acalorados, diria até, apaixonados debates. Reafirmavam-se o regime monárquico, a liberdade garantida pela Ordem, a integridade do território, a homogeneidade dos brasileiros; reafirmavam-se igualmente, os saquaremas e seu triunfante projeto: Estado imperial, classe senhorial e Nação brasileira estavam constituídos.

A estátua equestre do primeiro imperador era um verdadeiro texto: rico, imensamente polêmico, apaixonadamente defendido e rechaçado, pleno de autoritarismo. Nela está inscrito um capítulo da história política do Império do Brasil.

Passadas duas décadas, no tenso momento da crise dessa direção, os Conservadores – que apesar da passagem do tempo ainda compartilhavam e

³⁸ Ver Anexo 1.

³⁹ Ver Anexo 2.

⁴⁰ Esclareça-se que através da estátua equestre do primeiro imperador, a elite dirigente buscava definir o que era comum ao grupo ao qual ela se dirigia, o que o diferenciava dos outros grupos, dando base e intensificando sentimentos de pertencimento e evidenciando, mais uma vez, as fronteiras sociais.

defendiam a perspectiva de mundo dos seus antecessores - através da nova geração do partido, que ainda detinha a condução do Estado imperial, para resgatar a credibilidade do regime monárquico – rememorando-lhe a modernidade e a relevância ao associá-lo à liberdade e à Ordem - novamente lançaram mão de um recurso de encantamento, desta vez indiscutível, a construção de um verdadeiro panteão da independência em cujo espaço mor seria colocada a bela tela de Pedro Américo, no centro da qual estaria, mais uma vez, a figura do primeiro imperador.

Sob duas temporalidades que abarcavam conjunturas diversas, as mesmas intenções e a escolha do mesmo recurso testemunhavam a continuidade da expansão para dentro, pois preservar o território conquistado ainda era essencial.

Dessa forma o Império transcendeu o seu espaço, desdobrou-o, afirmou-o não apenas demarcando fronteiras, mas assegurando lealdades e, em 1885, procurando reafirmá-las.

A tecitura da teia, os brasileiros, estava concluída.

2. Forjando em bronze a vitória da ordem

Uma estátua, uma história... Um conto e muitos pontos.

*“Em todas as épocas, aqueles que governavam os povos sempre utilizaram pinturas e estátuas para melhor inspirar as pessoas com os sentimentos que lhes desejavam dar”.*⁴¹

2.1. “Toda imagem conta uma história”⁴²

Metáfora e símbolo sempre ocuparam espaço de destaque no universo da política, espaço em que há muito tempo e em não poucas sociedades, cavalo e cavaleiro pontificavam simbolizando poder.

De estátuas emanam mensagens políticas, afirmativa que facilmente se ilustra pelo seguinte exemplo: a Estátua da Liberdade, projetada pelo escultor francês Frédéric Auguste Bartholdé conjuga, à representação de um moderno Colosso de Rhodes guardando o porto de Nova York, uma forte mensagem ideológica. As correntes quebradas aos pés dela simbolizam a liberdade e a tocha crepitante que está em suas mãos, a luz da liberdade iluminando o mundo. Completa o conjunto a data inscrita na tabuleta que ela porta: “4 de Julho de 1776”. Aqui, há a se observar a precedência da Revolução Americana em relação à Revolução Francesa.

No domínio da análise política em que nos encontramos, fica claramente evidenciado que “uma solução mais comum para o problema de tornar concreto o abstrato é mostrar indivíduos como encarnações de idéias ou valores” (Burke, 2004, p. 81). Uma antiga tradição que remonta à Antiguidade Clássica estabeleceu um conjunto de convenções que regiam a representação do governante como um herói, geralmente apresentado em estilo triunfante.

Dentro desse conjunto de convenções, estátuas eqüestres concretizavam a metáfora de governar como “cavalgar” e foram revividas na Renascença italiana

⁴¹ JACOURT (apud BURKE, 2004, p.73)

⁴² BURKE, 2004. p. 175.

como a forma ideal para expressar a grandeza e a autoridade do príncipe sobre o seu domínio, ao serem colocadas na praça central da cidade. Disseminou-se o costume e, a partir do século XVI, cavaleiros de bronze surgiram em vários locais da Europa expressando o que estava implícito na figura do governante: majestade. Majestade essa indelevelmente associada à plenitude da autoridade e à soberania absoluta do *Imperium* ⁴³.

Burke chama a atenção para um ponto crucial: as estátuas reais ou os retratados do Estado devem ser olhados como um verdadeiro teatro, como uma representação pública de um eu idealizado. Cabe acrescentar que os próprios governantes eram vistos como imagens vivas, como ícones.

Para contemplar as demandas dessa idealização, governantes foram tradicionalmente representados em trajes que lhes conferissem maior dignidade, com gestos firmes e em posições que lhes evidenciassem a bravura e a superioridade; suas estátuas, majestosas, eram pousadas sobre uma coluna ou um pedestal – ambos estátua e coluna esculpidos em materiais nobres, capazes de resistir aos efeitos do tempo – e colocadas no espaço público, o que propiciava uma leitura de viés político: exaltava-se a afirmação da Ordem. É apropriado acrescentar que na estatuária européia, a figura eqüestre, texto vivo e grandioso, tinha o objetivo maior de perenizar a figura a que dava forma e os feitos do mesmo indivíduo.

Portanto, imagens têm histórias e as carregam consigo através dos tempos, compondo um universo específico de estudo e análise e é fundamental que ao estudá-las, e por meio delas, a uma determinada situação política, a ênfase recaia sobre os embates que perpassaram o processo de criação das mesmas. A partir delas, devido ao ambiente visual que as envolve, estabelecem-se meios de troca de informação com todos aqueles que as contemplarem, o que também as projeta – e às mensagens nelas inscritas – para o futuro. Existe nelas uma atitude de mágica evocativa que acabou institucionalizada pelo tempo.

A estátua eqüestre como imagem única⁴⁴, voltada para a comemoração de um acontecimento de expressiva relevância, afirma uma mensagem e

⁴³ O embasamento teórico para esta parte do capítulo está em Burke (2004).

⁴⁴ É conveniente se chamar a atenção para o objeto desse estudo, a estátua eqüestre do primeiro imperador do Brasil e para o espaço que para ela foi designado, a Praça da Constituição.

testemunha a nobreza do regime no qual foi produzida, revelando, na verdade, como o regime se vê e como deseja que o vejam, tendo assim um teor triunfalista. Constitui-se, em um indício do passado no presente e cumpre o papel de testemunha muda, mas habilitada a comunicar uma mensagem enfática enunciada pelos dirigentes saquaremas, quando não pelo próprio governante.

Embora textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor instrumento para efetivar representações visuais nos planos religioso e político. John Huizinga (apud Burke, 2004, p.14) ao comparar a compreensão histórica à “visão” ou “sensação” – entenda-se o sentido de contato direto com o passado - declarou que há em comum entre o estudo dessa ciência e a criação artística, um modo de formar imagens⁴⁵. Essa possibilidade de estimular a imaginação pela mobilização do encantamento gerador da admiração, tornou-se o passaporte que permite ao observador a imersão no passado; as imagens agem enfaticamente na imaginação histórica, transmitindo-lhe preciosas informações. Por isso, o universo da política estabeleceu um produtivo diálogo com o universo da arte.

Como já foi afirmado e ilustrado com um exemplo, de estátuas emanam objetivas mensagens políticas cujo significado se potencializa ao ser eloqüentemente projetado para a posteridade: cabe-lhes, também, perenizar a glória de um homem, eternizar um momento pleno de significado, reinscrever ao longo dos anos a memória de um passado considerado, pelos que lhe foram contemporâneos, portador de relevância. Cabe-lhes, ainda, a tarefa de projetar algumas das mais valiosas virtudes cívicas e estimular o culto às mesmas.

2.2. Os conservadores e a majestade ausente

Indício do passado no presente, testemunha silenciosa e eloqüente, não apenas pelas dimensões e materiais, mas em especial por ser o primeiro monumento a ser erguido no império e, sobretudo, por ser uma estátua equestre, padrão artístico impregnado de intenções políticas, verdadeiros e grandiosos

⁴⁵ As duas palavras aspeadas mantêm a fidelidade ao texto consultado.

textos colocados a céu aberto e legados ao futuro como comprovantes de realizações diferenciais. Símbolo expressivo de um tempo, de um vulto e de um conjunto de discutidas realizações ressignificados pelos dirigentes imperiais em prol da celebração de sua consagradora vitória: em meados do século, sob todos os aspectos considerados relevantes, a Ordem havia sido afirmada e os brasileiros estavam constituídos⁴⁶. Imagens e monumentos testemunham com eloquência etapas passadas do desenvolvimento do espírito humano, o que permite aos que se proponham a estudá-las, o conhecimento das estruturas de pensamento e representação de uma determinada época. Erguida a estátua, tem-se um texto que se oferece à leitura: o passado e o presente se encontram e passam a ter o futuro como horizonte de expectativa⁴⁷.

Assim sendo, a estátua eqüestre do primeiro imperador pode ser vista como um espelho que reflete a consolidação de um projeto para o país, projeto ao qual os Saquaremas se dedicaram ao longo de três décadas, e cuja vitória desejavam afirmar/comemorar e legar à rememoração por meio de um recurso que impactaria os súditos e promoveria o resgate de uma figura anteriormente plena de significação, que ocuparia o espaço central no processo de construção de uma memória.

Tida como essencial pelos homens que estavam à frente do mundo do governo⁴⁸ no Império do Brasil a inauguração da estátua eqüestre de D. Pedro I não passava de uma metáfora: era a perenização, em bronze e granito, da vitória do que eles haviam arquitetado pelos caminhos diversos, mas complementares, da direção e da dominação, recursos que se alternaram e se articularam ao longo dos anos de 1830, 1840 e do início dos anos de 1850.

O clima dos anos 60 abrigava, com propriedade, a homenagem há muito idealizada ao primeiro imperador. A estátua, veículo de uma grande homenagem segundo planejavam os membros do Partido Conservador, seria inaugurada no

⁴⁶ Considerar que o monumento em questão contaria, no tempo a ele contemporâneo - com projeção para o futuro - uma história, tornando-o e ao passado, perenizados. Cabe, ainda, elucidar que nesse processo, prevaleceu a ótica dos dirigentes do Estado imperial, o que significa nada mais nada menos do que a transposição, para a figura de D. Pedro I, da essência dos princípios políticos formulados pelos saquaremas, subpostos à questão da liberdade concedida e garantida aos brasileiros pelo imperador e reafirmada pelos dirigentes imperiais.

⁴⁷ Cf. Reinhart Koselleck. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

⁴⁸ Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*. Rio Janeiro: ACCESS, 1994.

momento em que o Estado Imperial estava consolidado, obra vitoriosa dos dirigentes saquaremas que haviam atuado em frentes diversas, utilizando-se de múltiplos recursos para afirmar a ordem e difundir a civilização em todas as províncias do Império, já nesse momento – o final dos anos de 1850, a década de 1860 - transformadas em verdadeiros territórios vencidos.⁴⁹

No projeto de consolidação do Estado Imperial e de conformação dos brasileiros, múltiplos recursos foram utilizados para divulgar e gravar valores, padrões de comportamento e concepções de ordens diversas nas mentes dos brasileiros, enfim, para constituir a identidade nacional nos padrões projetados pelos dirigentes saquaremas.

Definir e enraizar valores, concepções e padrões de comportamento, elaborar e divulgar uma determinada percepção da história capaz de dar sustentação à identidade e à memória nacionais que também se forjavam dentro dos padrões dos dirigentes imperiais: eis o domínio da expansão para dentro, cujos objetivos eram afirmar, consolidar e preservar um legado, através da conformação dos súditos-cidadãos do Império, que se tornariam agentes perpetuadores da Ordem.

Sob essa perspectiva, a inauguração da estátua equestre de D. Pedro I significava a transposição do passado para o presente, para que pudesse haver a pomposa comemoração da eficiência do projeto arquitetado nos anos da década de 1830 e para que ficasse garantido o legado, para o futuro, do mais sagrado dos princípios da “boa sociedade”, aquele segundo o qual a autoridade é a salvaguarda da liberdade. Autoridade e liberdade compunham a essência da mensagem a ser forjada no bronze. Nesse momento, os conservadores associavam seu projeto vitorioso ao legado do primeiro imperador⁵⁰. Lê-se no Jornal do Comércio, na edição de 25 de Março de 1862 que:

“[...] Não há aí quem friamente pensando e colocando-se acima das preocupações políticas do momento, possa negar ao Sr. D. Pedro I o lugar mais proeminente no grande quadro da emancipação política do Brasil. Assim afirmam os mesmos que cooperaram com o príncipe, e mereceram o título de patriarcas da nossa independência. [...] O Brasil caminha a passos largos e

⁴⁹ Ibid, p.78

⁵⁰ Tanto Mattos (1994) quanto Souza (1999) enfatizam a questão à qual a elite dirigente deu destaque, a do duplo legado atribuído ao primeiro imperador: em complemento à liberdade aos brasileiros concedida, D. Pedro I deu-lhes a garantia da autoridade legitimada pelo texto constitucional

seguros para um futuro brilhante, é justa, é nobre, é sagrada a dívida que hoje pagamos, elevando uma estátua em memória de quem salvou-nos da anarquia, do desmembramento e da caudilhagem.”⁵¹

A respeito da propriedade do momento, o mesmo jornal registrou a seguinte reflexão:

“[...] Os monumentos levantados na hora do entusiasmo ardente podem ser feitos de paixões passadas, e quase sempre encontram com o descontentamento das idéias vencidas e das personagens decaídas. Só o tempo põe em relevo o verdadeiro mérito, extingue o despeito, abate as ambições imprudentes, faz esquecer os erros e louvar as grandes qualidades dos beneméritos da pátria.”⁵²

Esse recurso de que os saquaremas se utilizaram objetivava, ao inscrever uma parcela de seu credo no espaço público, reafirmar aos brasileiros que o incontestável princípio da Ordem havia triunfado, para tal contribuindo a imponência da estátua, o estilo, os nobres materiais usados, a expressividade do local e da data escolhidos⁵³. Somente os princípios traçados pelos que compunham o seletivo grupo de dirigentes do Estado imperial poderiam, como o fizeram, preservar a unidade do território, organizar a sociedade imperial e mantê-la coesa, propiciar as condições necessárias ao progresso, elemento essencial para que o Império atingisse o almejado status de nação civilizada.

Em 1854, Haddock Lobo apresentou e a Câmara Municipal aprovou, em sessão marcada por forte entusiasmo, o projeto de colocação da estátua equestre do primeiro imperador e Defensor Perpétuo do Brasil na Praça da Constituição. O clima de euforia a todos contagiou, para o que muito contribuiu a alusão ao fato de que ainda não havia um único monumento ao fundador do império e à conveniência, na verdade à propriedade, dos brasileiros quitarem essa dívida de gratidão para com o primeiro imperador. E para que justiça se fizesse, recomendava Haddock Lobo que o povo, e não o dinheiro público, custeasse o monumento.

⁵¹ Jornal do Commercio, 25 de Março de 1862.

⁵² Jornal do Commercio, 25 de Março de 1862

⁵³ A inauguração fora originalmente marcada para o dia 25 de Março de 1862. Seria celebrado o quadragésimo aniversário da independência, na Praça da Constituição, no dia em que se rememorava a outorga da Constituição pelo Imperador.

Por meio dessa proposta, os Saquaremas davam início a um novo projeto; por fidelidade à verdade, novo apenas no que fosse concernente à forma, mas antigo e consolidado em relação à essência político-ideológica a ele inerente. Nesse momento o denso trabalho a ser feito dizia respeito à ressignificação de D. Pedro I: duas décadas já se haviam passado desde o 7 de abril, mas não havia sido tempo suficiente para que a percepção a ele relativa deixasse de estar centrada na idéia da verdadeira afirmação da independência. Ainda se comemorava a vitória dos brasileiros sobre o imperador português que se havia coberto com o manto da tirania.

Em 1854 em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, propôs que fosse encaminhada à Assembléia Legislativa uma representação solicitando que fosse concluído o monumento à independência nacional, no Ipiranga, a construção de uma estátua eqüestre de D. Pedro na Praça da Constituição e de uma enorme cruz em Porto Seguro; tratava-se dos três marcos fundamentais da história do Brasil: o descobrimento, a proclamação da independência, a fundação do império e a sua Constituição (Souza, 1999). Cada um desses momentos deveria ser monumentalizado, o que correspondia a uma função didático-pedagógica: educar os brasileiros sobre a sua própria história, elucidar os estrangeiros que travavam contato com os monumentos e com a expressividade do significado dos mesmos. Há, em Joaquim Norberto, a mesma preocupação existente em Haddock Lobo: a de celebrar e eternizar, através de imagens, fatos de capital importância e com esse recurso construir uma memória nacional.

Essa era, também, uma das mais expressivas preocupações e relevantes missões a serem cumpridas pelo IHGB, centro irradiador de estímulos para a construção de monumentos históricos, quer sob a forma de letras, como a primeira História Geral do Brasil, elaborada por Varnhagem, quer sob a forma de qualquer iniciativa que captasse e projetasse o Brasil e suas diversas especificidades. Um museu ou uma revista, uma obra literária ou um monumento, quaisquer obras que se revestissem de um caráter instrutivo a respeito do país eram vistas como dotadas de relevância. Cabia ao Instituto, fundado em 1839, “eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos” (Souza, 1999, p.352).

Era antigo o desejo de homenagear o primeiro imperador erigindo-lhe um monumento que rememorasse a proclamação da independência. Na verdade essa idéia foi abordada, pela primeira vez, nos anos iniciais do Primeiro Reinado, quando fora levantada a questão de uma justa homenagem, afinal, “(o imperador) merecia do povo que libertara e constituíra um monumento que perpetuasse a gratidão nacional”, nos conta Moreira de Azevedo (1969, p.11), ao nos introduzir no que, na década de 60 do século XIX, se tornou em um verdadeiro embate político, no centro do qual, esculpida em bronze e projetada para a posteridade por um pedestal de granito, vamos encontrar, não simplesmente um cavaleiro, o nosso primeiro imperador, mas um verdadeiro inventário de memórias, registros efetivados sob óticas diversas e pelo tempo consolidados. Para dar forma a essa grande homenagem, os que se dispuseram a projetá-la, optaram, como não poderia deixar de ser, por uma forma eloquente: uma estátua equestre.

Em outubro de 1824, o redator do *Despertar Constitucional* apresentou o plano de um monumento ao fundador do império. Na sessão extraordinária de 11 de maio de 1825, o presidente do Senado da Câmara abraçou a idéia e propôs que os brasileiros homenageassem àquele a quem deviam a liberdade, erguendo-lhe uma estátua. Essa proposição foi oficialmente reiterada na fala do dia 13 de maio de 1825, quando o mesmo afirmou que era do desejo da opinião pública que se inaugurasse “um monumento público que, fazendo recordar às presente e futuras gerações a memória dos altos feitos de Sua Majestade, possa ao mesmo tempo, servir de eterno padrão de sua sensibilidade e de sua gratidão.”⁵⁴

Em junho desse mesmo ano houve uma sessão geral no Senado para que a elevação da estátua fosse discutida. Nesse momento apareceu, pela primeira vez, a idéia de que a mesma deveria ser equestre, de bronze e colocada em local de escolha do homenageado. Na verdade, houve também outros avanços: literatos e artesãos deveriam ser ouvidos e a estátua deveria ser fundida no império e por brasileiros. Houve mais: para viabilizá-la financeiramente, considerando-se a perspectiva de que erigi-la correspondia a um dever dos brasileiros, a um ato de respeito e de gratidão, seria aberta uma subscrição em todo em todo o território nacional.

⁵⁴ Fala do presidente do Senado da Câmara, em 13 de maio de 1825 (apud AZEVEDO, 1969)

A escolha de D. Pedro I recaiu sobre a Praça da Aclamação, espaço em que no dia 12 de outubro de 1822 ocorreu a primeira cerimônia cívica do Império do Brasil, no lugar ocupado pelo palacete em que ele tomara o glorioso título de Imperador do Brasil.⁵⁵ Era, ainda, o local em que D. Pedro I havia jurado a Constituição política do império, aquela que ele, generosamente, fiel ao compromisso assumido com os seus súditos havia...outorgado! Essa praça compunha o espaço sagrado da cidade no século XIX, espaço da Ordem, presidida pelos que estavam à frente do governo imperial, epicentro da projeção do então jovem príncipe, pouco mais tarde imperador, cenário maior da consolidação da relação entre ele e os portugueses americanos, posteriormente súditos do Império do Brasil, após a proclamação da independência.

A idéia tornou-se cara a muitos, a começar pelo próprio imperador - como, aliás, não poderia deixar de ser, sendo ele tão afeito a homenagens - e foram enviadas circulares às Câmaras Municipais, convidando-as a abrir subscrições para a elevação do monumento. Em mais um passo para a concretização do projeto, o Banco do Brasil se comprometeu a receber, gratuitamente, as quantias a serem depositadas. A seguir, projetos chegaram a ser apresentados e analisados, merecendo destaque os de Gradjean de Montigny - trabalhos fortemente imbuídos de teor político, que conferiam significado ao ato que celebravam e que projetavam a *persona*⁵⁶ do imperador - que apresentou duas versões para a estátua, nas quais D. Pedro era apresentado usando os signos da realeza. No mais elaborado dos projetos estavam representadas as dezenove províncias constitutivas do império através de figuras clássicas que ofereciam coroas ao imperador, o que lhe ressaltava a majestade e a ação unificadora.⁵⁷

Porém, as tensões políticas que se haviam esboçado em 1823 e se agravado em 1824, consolidaram-se a partir de 1827, tornando nítidos os desajustes, convertidos em distanciamento efetivo entre os brasileiros e D. Pedro I, entre a parte expressivamente majoritária dos governados e um governante que

⁵⁵ Moreira de Azevedo faz referência à Praça da Aclamação como um lugar de especial relevância e de intensa emoção, espaço maior na feitura do primeiro imperador

⁵⁶ A minha referência ao trabalhar com as questões que envolvem a *persona* de D. Pedro está em Souza (1998 e 1999); não há relação com a personalidade do imperador, mas com elementos decorrentes de suas ações que formataram uma percepção a ele relativa.

⁵⁷ São referências Souza (1999), ao analisar o trabalho de Granjean de Montigny no tocante à produção de imagens de D. Pedro I e Moreira de Azevedo (1969) ao historiar, detalhadamente, o projeto da estátua equestre cujo entorno político nesse trabalho se analisa.

mostrava não ter contemplado com a menor atenção as necessidades e os desejos evidenciados pelos primeiros, tão afastadas pareciam estar do espaço de experiência e do horizonte de expectativa da augusta majestade que sobre o Brasil reinava, as preciosas lições ministradas no século XVII por John Locke.⁵⁸

As condições vigentes ao longo desses anos fizeram adormecer a idéia do grandioso monumento e a vitória alcançada pelos brasileiros no dia 7 de abril de 1831 acabou por arquivá-la “abafando as paixões políticas no coração da pátria e o mais nobre dos sentimentos – a gratidão” (Azevedo, 1969), tornando tudo o que havia sido reunido sobre o assunto, em nada mais do que documentos. Pensava-se...

Iniciava-se para o país um dos mais tensos períodos da sua história, momento em que se tornou crucial para os brasileiros que finalmente assumiram a direção do Estado imperial, uma seleta fração da classe senhorial, os Saquaremas, dirigentes determinados quanto à responsabilidade que se haviam atribuído, a de afirmar a ordem, princípio que eles próprios haviam definido, e ao mesmo tempo, porque são indissociáveis, construir o Estado e conformar a sociedade imperial. Positivamente, esse tempo marcado por um clima de significativa turbulência não acomodava a efetivação, sequer uma simples idéia, de qualquer tipo de homenagem ao imperador que havia abdicado e deixado o país, fato comemorado como o verdadeiro dia da independência⁵⁹.

Já sob o governo do segundo imperador, em 1844, José Clemente Pereira retomou o antigo projeto; Porto Alegre foi incumbido do desenho, cujo molde seria feito em gesso, por Fernando Pettrich. Mas ainda não seria nesse momento que o duplo legado de D. Pedro I seria eternizado em bronze.

⁵⁸ Cf. John Locke. Segundo Tratado do Governo Civil. Nessa obra o autor se debruça sobre o papel a ser desempenhado pelo governante – o de representar os governados – e o que cabia, por direito e por dever aos últimos, quando o primeiro fugisse às suas obrigações: depô-lo.

⁵⁹ Theophilo Ottoni, em artigo do dia 25 de março de 1862, em que tece uma crítica análise relativa ao real significado, para os liberais, da inauguração da estátua de D. Pedro, contrapondo o imperador destronado pelos brasileiros no dia 7 de abril de 1831 e os “restauradores que querem fazer-lhe depois de morto o que não puderam conseguir em sua vida”, tornando-o em uma “nova Ignez de Castro”, à memória dos que se levantaram contra o seu autoritarismo, manifestando-se enfaticamente: “De minha parte, filho da liberdade, veterano do 7 de abril, eu desmentiria o meu passado se me associasse de qualquer modo a uma tal solenidade.” Segue Ottoni afirmando que, sob a homenagem, na verdade os conservadores efetivam uma “expição” e indaga: “Qual o motivo brasileiro que possa explicar a inauguração da estátua equestre?” E conclui que a estátua “[...] teria uma significação de justiça e de verdade, se colocada em território português, comemorando o valor e a heroicidade com que o Sr. Duque de Bragança debelou em Portugal o governo absoluto e restaurou o sistema constitucional.”

Mais uma vez um projeto foi apresentado e arquivado, o de Domingos Coutinho de Duque Estrada, vereador à Câmara Municipal; nesse, houve novamente menção à abertura de uma subscrição pública em todo o país.

Em 1854, o deputado João Antônio de Miranda apresentou à Câmara um projeto autorizando o governo a mandar construir um monumento no Ipiranga e uma estátua na capital do império.

É interessante se ressaltar que os dois últimos projetos, datados dos anos de 1844 e de 1854 foram apresentados em momentos em que a consolidação da ordem já se encontrava, respectivamente, em um estágio avançado e já efetivada, a se considerar a vitória do governo sobre os levantes liberais de 1842, a construção do entendimento com a aristocracia da Província do Rio Grande do Sul que conduziu a Farroupilha e, não apenas, a derrota imposta aos praieiros, mas também a absorção de alguns deles— o exemplo típico foi Timandro, feito Visconde de Inhomirim pela Ordem imperial⁶⁰. É também importante se recordar que em todas as propostas apresentadas, ficava evidente a idéia de um ato de reverência à memória do primeiro imperador em função do que ele havia doado aos brasileiros: a liberdade e a Constituição garantidora dessa liberdade.

Finalmente o projeto fluiu: foi resolvido que artistas seriam convocados a apresentar plantas e desenhos; em outra etapa, seriam chamados escultores e fundidores. O prazo estabelecido para brasileiros e estrangeiros terminaria em março do ano seguinte, mas foi prorrogado para o mês de maio, devido a pedidos de artistas residentes na Europa. Fervilhavam idéias, propostas e debates na Câmara, na imprensa e no IHGB, o que refletia o entusiasmo que tomou conta de muitos e o intenso trânsito de letrados entre esses espaços. Cabe comentar que no ano de 1862 seria comemorado o quadragésimo aniversário da independência, portanto, momento propício para inscrever o primeiro imperador no corpo da cidade.

⁶⁰ Considero relevante esclarecer que, se tal ocorreu foi porque não havia apenas um projeto de direção que se consolidava à medida em que os dirigentes saquaremas transformavam projetos em ações, mas também porque eles souberam efetivar a preservação dos monopólios da classe senhorial, consolidando-a ao mesmo tempo em que garantiam a Ordem.

Nessa ocasião, Manoel de Araújo Porto Alegre⁶¹, em artigo no jornal “Guanabara” explicou o porquê da pose eqüestre, afirmando que o bom entrosamento entre o cavalo e o cavaleiro enfatizava fadigas de combate e as glórias deles decorrentes. Havia mais: uma estátua eqüestre injetaria consistência nas metas a serem atingidas, por ser um estilo que remonta à Antiguidade e por ser própria para representar reis, governantes e heróis. Ao ser colocado no espaço público, o monumento faria com que toda a história voltasse continuamente à memória dos brasileiros, retirando do esquecimento um rico conjunto de mensagens, a partir daí simbolizadas pela estátua de bronze. Porto Alegre, considerando o espírito que permeava o planejado evento, deteve-se em identificar o “momento histórico que a estátua representaria: o ato da independência, o momento supremo deste herói [...]”⁶². Porto Alegre entendia a estátua como o cumprimento de um dever sagrado: “Desejamos o cumprimento desse dever sagrado desejamos a realização deste voto da gratidão nacional para com o príncipe que na fundação do Império poupou rios de sangue, e que ao apressar a crise nos fez ganhar tempo e consolidação” (apud Squeff, 2004, pp.234/235).

A comissão julgadora que avaliou os projetos foi formada por Joaquim Norberto de Souza e Silva, Eusébio de Queirós e Porto Alegre, sob a presidência do último, e premiou três projetos, o primeiro dos quais, o de João Maximiano Mafra, professor substituto de Pintura Histórica e discípulo da Missão Artística; a seguir vieram, respectivamente, os projetos de Luiz Jorge Bappo e de Louis

⁶¹ É oportuno evidenciar que a trajetória de Porto Alegre foi marcada pelo ideal de construir uma memória para o Império, através da organização de uma iconografia brasileira; dentro dessa perspectiva se insere o projeto de construção de monumentos. Em “O novo estatutário”, de 1854, Porto Alegre deixou registrada a sua concepção da relevância do trabalho dos que se dedicavam a essa modalidade de arte: “O escritor trabalha em todas as matérias, e o estatutário, rigorosamente falando, é o homem do mármore e do bronze [...] é o tradutor da gratidão nacional, o ostentor da glória, o que perpetua a memória do homem, e o que o imortaliza”. (apud Squeff, 2004, p.232). Cabia, portanto, a esse artista efetivar o registro dos mais expressivos momentos da história do Brasil, imortalizar em metal nobre os que pelos feitos se constituíram nos heróis dessa terra. Essa modalidade de arte, pautada pela riqueza e pela grandiosidade, atuaria também como elemento capaz de mobilizar e de intensificar o sentimento patriótico, na medida em que “[...] sua função é exatamente lembrar, comemorar fatos e heróis.” (apud Squeff, 2004, p.232).

⁶² A tríade grito, Ipiranga, D.Pedro, a associação entre o 7 de setembro e o nascimento da nação, a elevação do protagonista à condição de herói, a projeção do princípio da autoridade, expresso pela Constituição, como o guardião da liberdade são elementos presentes em obra publicada em 1854 por Varnhagem e retomados para análise por Souza que conclui que a partir das interpretações escritas o Brasil, ia ganhando uma imagem. (Souza.1998).

Rochet, estatuário francês de amplo renome, a quem coube a missão de realizar o conjunto.

O projeto de Mafra⁶³ apresentava o imperador em trajes militares, sem os desígnios da realeza, montado em um cavalo, tendo na mão direita a Constituição, eloqüentemente exibida a todos. No pedestal, o artista constituiu a associação do imperador, capturado e eternizado no seu momento maior, ao território do Império, simbolizado por quatro grupos indígenas que representavam o elemento nativo, cada um deles alusivo a um dos quatro grandes rios responsáveis pela demarcação territorial, o Amazonas, o São Francisco, o Paraná e o Madeira. O trabalho de Mafra apresentava o soberano unido ao Brasil, na sua feição original, através do elemento que tinha precedência sobre o colonizador português, o que significava a desejada e proposital ausência de menção ao passado colonial. “[...] Cada elemento da estátua, então, cada pormenor deveria ser justificado por um pertencimento histórico ao Brasil, concorrendo para elucidar seu passado e dar-lhe densidade histórica [...]” (Souza, 1998, p. 357). Há a acrescentar que na base do pedestal foram colocados os brasões das diversas províncias, significando a adesão de todas elas à monarquia o que era essencial ser apresentado e reafirmado após tantas e tão ferrenhas e perigosas lutas separatistas. Moreira de Azevedo associa a menção às províncias, à nação, o que deixava implícita a idéia de que, além da independência, os brasileiros deviam a quem a havia proclamado, a organização política do Império do Brasil⁶⁴.

⁶³ Cabe um esclarecimento relativo ao fato de que a participação e o envolvimento de Porto Alegre nessa causa levantaram suposições de que o projeto vencedor era, na verdade, de sua autoria; a esse respeito, o diretor da Academia assim se manifestou: “O desenho não era meu, mas sim, a idéia geral e eu estava no meu direito de dar uma idéia minha a um de meus discípulos [...]” (apud Squeff, 2004, p. 242). Além disso, há que a estátua inaugurada em 1862 trazia em si todos os elementos sugeridos por Porto-alegre, que propusera que a estátua apresentasse D. Pedro I “caminhando pela estrada de São Paulo, pára o seu cavalo no regato do Ipiranga, e proclama a independência do Brasil” e, dessa forma, fixasse o momento da independência. Para o mestre, a estátua eqüestre era o monumento por excelência.

⁶⁴ Abriu-se uma distância entre o que foi projetado por Mafra e o que foi consolidado por Rochet. A esse respeito lê-se no artigo intitulado *Uma parceria desastrosa* “[...] que o projeto foi modificado um pouco. [...] Mafra apresentava D. Pedro com o braço direito em gesto altivo, sustentando o chapéu na mão. Rochet cobriu o imperador com o chapéu armado, para ocultar, talvez o defeito da falta de semelhança fisionômica, aliás tão bem interpretada no busto em bronze, obra de Marc Ferrez, existente na Biblioteca da Escola Nacional de Belas Artes. O estatuário Rochet, não sabendo o que fazer da mão direita do imperador, pôs-lhe um papel que diziam ser o Manifesto às Nações, com a legenda “Independência ou Morte”. Os grupos simbólicos dos rios do pedestal constam do desenho de Mafra. Alteraram as colunas de suporte da iluminação à gás. No desenho de Mafra, as colunas eram palmeiras, cujos frutos seriam

Mafra, ao apresentar D.Pedro sobreposto ao território, ainda enfatizava a unidade que a iniciativa de seu ato legara ao Brasil, questão que mereceu intenso destaque quando foram reacendidos os debates relativos às diversas memórias que gravitavam ao redor do polêmico personagem e que tiveram seu ponto culminante nos dias que antecederam a inauguração da estátua, segundo se pode constatar pela leitura do seguinte fragmento de um artigo publicado no dia 25 de março de 1862, no *Jornal do Comércio*, sob o título *A Estátua Eqüestre*.

“[...] Mas igualmente o que, em consciência, não poderá se desconhecer, é que nem o pensamento da independência do Brasil teria a unidade de ação que teve, nem o fato se realizaria como se realizou, com geral aprazimento do país, nem entraríamos tão suavemente na vida política, chamando sobre nós a atenção apavorada das nações do mundo e das grandes potências da Europa, se independência não tivesse por si o príncipe. [...] O Sr. D.Pedro I tornou-se um centro de ação e de ordem; para ele voltaram-se as vistas de todas as províncias; e ante ele desapareceram todos os ciúmes de proeminência. Foi por isso que as grandes províncias, que sentiam dentro de si muita vida política, pressurosas aceitaram o Rio de Janeiro como centro e capital do novo império. Foi por isso que nas províncias não se ergueram parcialidades disputando o poder. Foi por isso ainda que, quando em 1824 se proclamou a República do Equador, vimos como este acontecimento não pode vingar. A nova nação queria o Brasil unido, o Brasil um só sob os auspícios de um governo, do qual se tinha a esperar a tranqüilidade e a prosperidade para o país”.

A proposta vencedora sobrepunha o primeiro imperador ao quadro natural, base do território que abrigava a Nação brasileira, evidenciando a afirmação de um projeto que, se em um primeiro momento, valeu-se predominantemente de instrumentos de dominação, há alguns anos, por razões já analisadas, priorizava os mecanismos ligados ao convencimento.

É ainda Souza (1998) quem joga forte luz sobre o que estava consolidado no monumento e que correspondia ao projeto político-pedagógico dos dirigentes saquaremas; fundia-se o 7 de setembro à Constituição Outorgada, fazendo com que a aclamação e a sagração perdessem espaço; esmaecia-se, assim, o que era passível de forte questionamento e que estava impregnado por uma franca memória negativa; esmaecia-se a *persona*, produzindo uma oportunidade preciosa para que o imperador passasse a ser visto sob uma outra ótica, aquela

os lampiões que iluminariam a estátua à noite. (cd-rom 500 Anos de Pintura Brasileira; portal.iphan.gov.br/portal/montar DetalheConteúdo) essas alterações foram sugestões do próprio Rochet, que veio ao Brasil, em julho de 1856, para conhecer o local onde o monumento seria erguido e estudar os tipos dos nossos caboclos brasileiros. Aceitas as suas sugestões, o artista voltou a Paris.

dos que, à frente do governo, desejavam eternizar a versão compatibilizada com o projeto político-civilizatório por eles implantado. A data escolhida para a inauguração também fazia parte do texto a ser perpetuado, antepondo a autoridade de D. Pedro I à Constituição então vigente. Sem dúvida alguma, administrar qualificações e esquecimentos compõe parte dos mecanismos de direção.

Rochet trabalhou no grupo por sete meses até concluí-lo; enquanto isso o granito para a base era preparado em uma tenda de tábuas, na própria Praça da Constituição. A data originalmente prevista para a inauguração da estátua foi o dia 12 de outubro de 1859, mas como ela não ficou pronta, a inauguração foi transferida para o mesmo dia em 1860, depois para 1861 e, finalmente, para 25 de março de 1862, vindo a ocorrer em 30 de março desse mesmo ano.

Louis Rochet, tendo concluído o seu trabalho, apressou-se em trazê-lo para o Brasil, para isso aqui desembarcando no dia 17 de novembro para vir “trazer aos brasileiros o monumento erguido pela gratidão nacional” (Azevedo, 1969, p.15). A estátua e o pedestal desembarcaram da galera francesa *Reine du Monde* no dia 19 de outubro de 1861; a estátua já havia sido apresentada na Exposição das belas-artes, aberta em Paris em 1 de maio desse mesmo ano.

Em 1 de janeiro de 1862 transcorreu, em estilo grandioso, a cerimônia da colocação da pedra fundamental do monumento, contando com a presença das pessoas imperiais, dos membros do Ministério, da Câmara Municipal e da comissão da estátua. A banda do Batalhão dos Fuzileiros Navais tocou o hino nacional e o presidente da comissão fez um discurso marcado pelo patriotismo, findo o qual foi encerrada a caixa de cedro - que continha objetos relacionados ao projeto da estátua e ao que se comemorava - em outra caixa, de chumbo, que foi colocada no local estipulado. Terminada a cerimônia, todos desceram à tenda onde se encontrava a estátua e o imperador conversou com Rochet a respeito da obra; a seguir, “o estatuário franqueou às pessoas decentemente vestidas a entrada da tenda” (Azevedo, 1969, p.23).

Marcada para o dia 25 de março de 1862, a cerimônia de inauguração teve que ser transferida para o dia 30, devido à forte chuva que caiu sobre a

cidade. O Jornal do Comércio, arauto dos que comemoravam a inauguração da estátua ressaltava a propriedade da homenagem “de um povo agradecido e generoso ao imortal fundador da sua autonomia e nacionalidade, com os erros dos homens, com as faltas do governo do próprio herói cuja memória se celebra”⁶⁵; prossegue o jornal afirmando que a estátua do primeiro imperador significa uma idéia à qual todos os brasileiros verdadeiramente amantes de seu país devem prestar respeito, nela vendo a presença do arauto da independência da pátria, pensamento comungado pela “universalidade dos brasileiros”⁶⁶. Ainda a esse respeito, a edição do dia 25 de março tem um tom festivo: “O aniversário da constituição política do Brasil, reveste-se hoje de novas galas, de extraordinário esplendor, porque nesse dia comemoram-se os dois fatos mais importantes da nossa história - a independência e a organização política.” Ressaltando a importância de um povo reviver suas tradições, o jornal afirmava que um povo que não o faz é um povo degenerado; “[...] até os bárbaros da Ásia e África, até os selvagens das nossas matas, recordam de seus antepassados, e rendem homenagem à sua memória.”

Mas outros homens também tinham o que dizer a respeito do que os Conservadores planejavam e que estava em vias de efetivação; eram vozes que também emergiam da boa sociedade, mas que tratavam o assunto de maneira diversa: “Felizmente o aniversário da constituição política do império deixou de ficar confundido com a inauguração do monumento levantado àquele que menos a respeitou. Cada um terá o seu dia, como cada um tem seus adoradores distintos”⁶⁷. Por fim, atribuíram à “Providência” que duas idéias inteiramente opostas deixassem de ser confundidas. Assim pensavam os homens do Partido Liberal.

O mesmo texto era lido de forma diversa por homens cujas matrizes políticas apresentavam algumas divergências, ainda que no passado muitos deles tivessem comungado as mesmas aspirações e se alimentado dos mesmos princípios. A situação então vigente envolvia um magistral duelo de memórias.

⁶⁵ Jornal do Comércio, 23 de março de 1862.

⁶⁶ Jornal do Comércio, 23 de março de 1862.

⁶⁷ Diário do Rio de Janeiro, 26 de março de 1862, Noticiário.

Os dias se passavam ao clamor de debates, as obras tinham continuidade, os preparativos prosseguiam, um rígido cerimonial era traçado e, assim, amanheceu o dia 30 de março! A festa foi detalhadamente planejada para também permanecer inscrita na história do Brasil como um dia de excepcional grandeza. Correspondendo à grandiosidade da obra forjada em bronze, que pelas suas proporções só poderia ser comparada aos monumentos de Frederico II, em Berlim, de Pedro, o Grande em São Petersburgo e de Carlos Alberto, em Turim, estava programada a execução de um magnífico *Te Deum* composto para a inauguração da estátua de João Guttemberg, regido pelo professor Francisco Manoel da Silva à frente de 500 músicos. Em determinado momento do *Te Deum* estava programada uma descarga de artilharia semelhante ao modo com que havia sido executada na Mogúncia e porque a peça assim o exigia⁶⁸. As bandas de música que foram designadas para participar do evento só tocariam, antes da cerimônia, peças compostas por D Pedro I, inclusive o hino da independência.

A meticulosa preparação da festa de inauguração da estátua e a realização da mesma são imagens oferecidas à análise histórica; nelas estão visíveis os elementos da Ordem imperial, a pompa e a hierarquia. A inauguração da estátua pressupõe a festa, registro único na história do império, documento de um momento extraordinário; a festa reafirma que há o que celebrar, marca o tempo e o registra para a posteridade. Embasa esse raciocínio o que foi afirmado no *Jornal do Comércio*.

“[...] O primeiro monumento político do Brasil devêra de ser, como o é hoje levantado à lembrança do centro prestigioso e do braço mais vigoroso da nossa independência e existência como Nação e como monarquia. Os cooperadores do grande príncipe terão seu lugar do lado dele e após ele; identificam-se com o seu nome e com os feitos que hoje comemoramos [...]”.⁶⁹

Palavras e imagem colocadas a serviço da efetivação de um dos instrumentos da expansão para dentro: por meio da pompa, impressionar os sentidos, alimentar o deslumbre, gerar o encantamento e, dessa forma, inscrever valores nos brasileiros, agregando-os ao redor de um discurso tornado credo.

⁶⁸ Consultar o *Diário do Rio de Janeiro* do dia 13 de março de 1862, na sessão Variedades. Lembra, ainda, essa mesma matéria que a estátua de bronze de Guttemberg, com 12 pés de altura, contém e projeta para o futuro a lembrança “da maior, da mais sublime invenção dos tempos modernos, a descoberta da imprensa.”

⁶⁹ *Jornal do Comércio*, 25 de março de 1862.

O espaço da praça foi demarcado de forma tal que fosse ressaltada a importância do que se comemorava e foi pedido enfaticamente, pelo governo e por seus agentes que os que comparecessem estivessem “*decentemente vestidos*”; lê-se na edição do dia 24 de março de 1862 do Diário do Rio de Janeiro que podia-se supor que a discriminação dos trajes ficaria sob responsabilidade dos soldados policiais.

A majestade de que D. Pedro I foi sendo investido ao longo de um tempo contido entre o início da sua regência, em Abril de 1821, ocasião em que se iniciou o processo de construção de sua persona quando, ainda Príncipe, começou a despontar como essencial para a construção do Brasil como corpo político autônomo (Souza, 1998) e a sua aclamação/sagração como imperador do Brasil tornou-o a cabeça e o coração do novo Estado. Passou a ser primordial, então, que os componentes desse novo corpo político soubessem de sua nova condição e se reconhecessem como membros do mesmo, para tal sendo relevante a celebração de valores cívicos que atuariam como elementos aglutinadores. Dentro dessa ótica, era essencial definir, construir e estreitar as relações entre o imperador e cada súdito/cidadão, vínculos que deveriam ser forjados e consolidados por meio da criação de imagens, de símbolos e pela efetivação de rituais públicos.

Para que tal se efetivasse, José Bonifácio deu início a um processo de definição das datas nacionais, dos símbolos patrióticos, das cerimônias e festejos públicos e da distribuição do retrato do imperador pelo território nacional, enfim, envolveu-se na construção de tradições que se mesclariam à identidade nacional cuja constituição também se efetivava. Passou-se a celebrar o novo país em eventos que projetavam os recém criados símbolos e os seus respectivos significados – que deveriam ser inscritos nas almas dos que habitavam o território do império como um verdadeiro credo - capazes de mobilizar, com eficácia, as emoções dos súditos. Nesse contexto, palavras e gestos ganharam especial significação, tornando-se elementos através dos quais os dirigentes imperiais construía e afirmavam uma *nova ordem* centrada na figura de D. Pedro I. Era a celebração da nova pátria, para a qual havia a expectativa de um futuro promissor.

Esse era um momento precioso, pois ao mesmo tempo em que se celebrava o novo horizonte descortinado pelo brado do Ipiranga, as lideranças políticas da Corte e das Províncias, os homens de 1822, elencavam instrumentos que consolidassem o regime monárquico recém fundado, o Estado nacional e uma cultura política para o jovem país. Urgia consolidar a idéia de nação relacionada à concepção de um Estado definido/organizado em termos políticos, ambos constituídos sobre um território com fronteiras demarcadas.

As atitudes tomadas pelo imperador haviam conformado a sua persona e os Saquaremas precisavam ressignificá-la, enfatizando o compromisso do imperador com a causa da liberdade. A preservação de D. Pedro I como o “corcunda” de 1823 atingia diretamente os construtores e mantenedores da ordem imperial centrada na articulação do Poder Moderador a um Poder Executivo forte. Para esses homens que submeteram o governo da Casa ao do Estado (Mattos, 1994), era essencial que do espaço histórico das recordações geradas pelo brado do Ipiranga – que permitiu que os que habitavam esse território e se envolveram com a causa brasileira celebrassem a recém conquistada liberdade e com o peito cheio de júbilo cantassem emocionados e agradecidos ao jovem príncipe imediatamente tornado nosso imperador, “[...] Parabéns, ó brasileiro / Já com garbo varonil / Do universo entre as nações / Resplandece a do Brasil”⁷⁰. Desse espaço histórico situado no passado se deslocaria para o presente e se projetaria para o futuro, consolidada, a memória do duplo legado: a liberdade e a Ordem, elemento dela garantidor.

Na verdade, ao se encerrar a década de 1840, os homens que detinham nas mãos os rumos do Império, valendo-se do que estava definido na Constituição de 1824 – o Poder Moderador e um Poder Executivo forte - haviam se sobreposto a todas as tensões que se traduziram em riscos para a integridade territorial e para o centralismo administrativo, para a manutenção da escravidão e para a concessão de direitos políticos apenas aos que possuísem renda para exercê-los. Também estava afirmada uma formação social que, composta pela boa sociedade, pela plebe e pelos escravos – em conjunto, formadores dos três mundos que coexistiam de forma ordenada e com as respectivas funções muito bem demarcadas dentro do Império do Brasil, a saber os mundos do Governo, da

⁷⁰ Evaristo da Veiga. Hino Constitucional Brasiliense, 1822.

Casa e da Rua- (Mattos, 1994). O que fora assegurado deveria ficar registrado para o futuro; deveria ser visto pelas próximas gerações de brasileiros, como um legado.

Justiniano José da Rocha, uma das mais expressivas vozes conservadoras, não discordava dos que viam o primeiro imperador pelas lentes do autoritarismo ao longo do primeiro reinado e do período regencial; mas, ao fazer um balanço das condições que vigoravam em meados dos anos de 1850, momento em que se efetivava a almejada Transação⁷¹, passou a censurar os que ainda se referiam a D. Pedro I como um memorável corcunda, pois essa abordagem depreciava o Poder Moderador e minimizava a importância de um Poder executivo forte para a bem sucedida afirmação da ordem imperial. J.J. da Rocha procurava consolidar a memória de D. Pedro I como um homem fiel aos respectivos princípios e palavra, valoroso e eficiente ao reprimir os excessos da liberdade – já há muito associados à desordem – hábil na rapidez com que tomou medidas necessárias, como o fechamento da Constituinte, decorrente do risco das pretensões democráticas, pontual ao zelar pela preservação da integralidade do eixo da autoridade – como a resposta por ele dada aos pernambucanos, em 1824 – mesmo ao custo da impopularidade.

Cabe, neste ponto, tecer uma consideração relativa à representação do tempo, categoria com a qual José Justiniano da Rocha trabalha, revestindo-o de um caráter educativo, procurando conscientizar os homens que estavam à frente do governo para alertá-los sobre possíveis e danosos riscos para o futuro do país. Na fase anterior à modernidade essa representação era cíclica, não havendo grande diferença entre passado, presente e futuro, pois tudo recomeça, o que nos reporta ao espaço da “história mestra da vida”. A partir da modernidade a representação do tempo se tornou linear, homogênea e vazia, sendo que os homens, ao produzirem conjuntos de acontecimentos (ação-reação) preenchem esse tempo, buscando ter controle sobre ele. Dentro, ainda, dessa linha de raciocínio, a Transação preconizada por Justiniano José da Rocha deve ser vista como um prognóstico, podendo tanto ser inevitável como passível de não se efetivar, situação em que o tempo linear se tornaria cíclico o que, sem sombra de

⁷¹ Justiniano José da Rocha. 1856. Ação; reação; transação. duas palavras acerca da atualidade política do Brasil in: Raimundo de Magalhães Júnior. 1956. Três panfletários do segundo reinado. São Paulo, Cia. Editora Nacional. Coleção brasileira.

dúvidas, conduziria o país ao atraso. Esse alerta foi feito pelo autor no início do seu panfleto, documento de iminente sentido pedagógico.

Justiniano José da Rocha, em seu panfleto, dirigiu-se aos governantes, referendou a história como mestra, indicou a propriedade da reflexão sobre o passado – seu espaço de experiência - e delineou seu horizonte de expectativa, a afirmação da Transação, o momento presente a ser projetado para o futuro; alertou os dirigentes do Estado imperial para que considerassem as reflexões por ele articuladas e as advertências por ele tecidas. O futuro a que J.J.da Rocha se referia já se encontrava bastante próximo e era considerado o plano político mais elevado, pois significava o momento em que as paixões já se teriam arrefecido e em que ocorreria o triunfo da Civilização e o Progresso do espírito humano.

Ao fazer uma análise política do império, o autor em questão tinha um objetivo pragmático: deseja dizer à boa sociedade, e mais particularmente aos dirigentes imperiais, como deveriam agir politicamente: o tempo das paixões e dos embates era findo. Liberdade e autoridade eram indissociáveis, mas poder-se-ia descortinar para o Império uma nova fase de turbulências e tudo teria sido posto a perder. Era essencial que a boa sociedade comungasse dos elevados princípios que regiam a Transação.

É importante ressaltar que todos os argumentos utilizados pelo iminente conservador para sustentar seu ponto de vista se encontravam embasados pela história, o que Justiniano José da Rocha deixou claramente afirmado no primeiro parágrafo do seu texto:

“O estudo refletido a história nos patenteia uma verdade, igualmente pela razão e pela ciência da política demonstrada. Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação, períodos de reação, por fim períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização”.⁷²

Aqui está dito claramente que a história, a razão e a ciência do político serão os elementos utilizados para legitimar as afirmativas e os prognósticos por ele apresentados.

⁷²Ibidem., p. 163.

Postas essas considerações, entende-se porque Justiniano José da Rocha fez uma releitura do contexto político em que se inseriu a primeira Constituição e do significado da mesma:

“O [...] conselho de Estado formulou uma constituição política, e ele a ofereceu ao juramento dos Brasileiros, que lhe assentissem. Dessa constituição tinham sido fontes os publicistas mais adiantados da escola liberal; o poder havia feito amplo o quinhão da liberdade; generosa era a parte da influência deixada à democracia no governo do Estado.”⁷³

Era preciso tornar os brasileiros “agentes consentidores” (Todorov, 2002) dessa caminhada pelo envolvimento, pela releitura do texto histórico inscrito na estátua, de uma memória retomada, reconstruída, em essencial no que ela possuía de melhor – o sentido da liberdade. A empreitada assumida pelos dirigentes imperiais se apoiava, sem dúvida, em uma carga emotiva com potencial produtivo: reinserir, sob uma outra ótica, o passado no presente. É oportuno frisar que para os mentores do projeto, a liberdade era considerada o legado por eles próprios garantido e reafirmado, pois apenas a ordem foi capaz de lhe dar sustentação.

A estátua é a máscara que se faz de D. Pedro I, máscara que encobre outras faces e ressalta uma outra obra igualmente dotada de essência conservadora. Disso sabiam tanto os homens que estavam no governo quanto os que lhes fazia oposição.

Coexistiam duas memórias relativas ao imperador em questão e elas convergiam para a estátua, nela se encontrando e suscitando acalorados debates: “colosso de bronze” ou “mentira de bronze”? Argumentos consolidados, leituras e releituras respaldadas pelo que se havia publicado na época, pelos discursos proferidos na Câmara e pelos depoimentos de homens às circunstâncias contemporâneos, fundamentavam Conservadores e Liberais dando sustentação às duas versões.

No entanto é oportuno reafirmar que o Império vivia, nos anos 50, um momento bastante significativo: fase em que, arrefecidas as paixões e resolvidas as diferenças relativas ao grau maior ou menor de autoridade concernente ao Rio

⁷³ Ibidem., p.167.

de Janeiro⁷⁴, administrava-se a aguardada e necessária Transação⁷⁵. Portanto, era um dever dos que dirigiam o Império, em nome da preservação dessa condição superior, empreender esforços para que fosse ressaltada, reafirmada e imposta pela inscrição no espaço público, a memória relativa a D. Pedro, Príncipe Regente de 1821 e de 1822, quando se fez imperador, e do início de 1823. A estátua alimentaria a Transação, cujos princípios essenciais, sob o molde do bronze estariam disponíveis para a posteridade. Portanto essa era a hora propícia para reapresentar aos brasileiros a memória do primeiro imperador, aquele que desde

“[...] o verdor dos anos vinte viveu entre nós, até que nos deixou para completar os seus altos destinos do outro lado o Atlântico, resume em si independência e liberdade política do Brasil; significa mais, atesta a proteção que ao Altíssimo tem merecido sempre a terra da Santa Cruz, onde não se conhece o despotismo dos senhores absolutos, a atrocidade dos caudilhos do Novo Mundo, ou a anarquia das turbas democráticas”.⁷⁶

A reconstrução dessa memória justificava e era justificada pela efetivação do projeto da estátua. Tratava-se de centrar as atenções e a narrativa no Príncipe, que nos anos de 1821 e 1822 foi disputado por forças políticas diversas, já se apresentando como detentor de significativo poder decisório e envolvido, ainda em 1822, com preocupações conciliatórias.

O Príncipe, que no dia 9 de janeiro, ao decidir e anunciar que permaneceria no Brasil o fez para manter unida, em estado de “felicidade geral”, a nação composta pelos portugueses europeus e pelos portugueses americanos. A manutenção da unidade e o espírito de conciliação permeavam as intenções e as realizações do então regente do trono. Mas a agilidade das Cortes na votação de medidas altamente incompatíveis com os ideais dos portugueses americanos e a decorrente progressão dos acontecimentos terminaram por transformar D. Pedro

⁷⁴ Refiro-me ao antigo debate entre os Liberais e os Conservadores no que concerne ao maior ou menor grau de autoridade do governo do Estado Imperial sobre as diversas províncias.

⁷⁵ Tanto Nabuco (1936) quanto J. J. da Rocha (1956) evidenciam o sentido e a importância da Transação: trata-se de comunhão de princípios e idéias do mais alto padrão, centradas em um consenso segundo o qual a ordem funda e garante a liberdade. Para esse ponto voltavam-se as mais abastadas mentes políticas do Império, desejosas de afirmá-lo e conscientes dessa necessidade para que esse precioso momento não se esvaziasse tornando-se simples Conciliação de partidos.

⁷⁶ Jornal do Comércio, 25 de Março de 1862.

em árbitro⁷⁷ no delicado momento em que projetos políticos de natureza diversa quanto ao pós independência passaram a se chocar.

D. Pedro I, já imperador do Brasil, tão especialmente caro aos brasileiros, sendo por eles homenageado com o título de Defensor Perpétuo, depois de ter-lhes dado a liberdade, afrontou-a ao fechar a Assembléia, passando a ser acusado de desejar reunir o Brasil a Portugal, o que se constituía em uma traição aos brasileiros. Iniciavam-se, nesse ponto, o esfacelamento da imagem do árbitro e a emergência da representação associada à tirania.

Esse era o ponto a ser trabalhado pelos Saquaremas: selecionar fragmentos a serem extraídos do passado já há muito concluído, mas passível de ser introjetado no presente e conduzido a um futuro já tornado presente no plano das intenções dos dirigentes imperiais. E esse era, também, o momento apropriado, pois a direção saquarema estava concluindo o seu processo de consolidação; para se afirmar, para se legitimar deixando a marca da própria identidade inscrita nos brasileiros, era necessário⁷⁸ juntá-los, harmonizá-los, e a imagem de D. Pedro I era propícia a efetivar essa articulação, pois em significativos momentos do passado, ele havia sido árbitro. Apesar de vitoriosos na imposição da Ordem ao Império, esses homens sabiam que hostilizar os luzias não seria a melhor das estratégias. Nos anos de 1850, o poder do Estado estava reconhecido; o caminho, completo; o Império do Brasil, constituído. Ordem, civilização e liberdade fundamentada pela autoridade foram vitoriosamente contrapostas aos turbulentos anos da regência, tempos de uma Reação que não mais deveria se repetir.

Nabuco de Araújo já havia elevado a sua ponderada voz em relação a essa questão

[...] A grande missão do governo, e principalmente do governo que representa o princípio conservador, não é guerrear e exterminar famílias, antipatizar com nomes, destruir influências que se fundam na grande propriedade, na riqueza, nas importâncias sociais; a missão de um governo conservador deve ser aproveitar essas influências no interesse público, identificá-las com a monarquia

⁷⁷ Divergiam as duas facções do Partido Brasileiro, Aristocratas e Democratas, quanto à participação popular no movimento e quanto à questão de serem ou não efetivadas reformas após a independência; divergiam as províncias do Norte das do Sul, exigindo, respectivamente, autonomia político-administrativa e o centralismo.

⁷⁸ É conveniente recordar que a preocupação dos dirigentes saquaremas com a harmonização dos brasileiros dizia respeito, apenas, aos que compunham a boa sociedade.

e com as instituições, dando-lhes prova de confiança para que possa dominá-las e neutralizar as suas exagerações. Se representais o princípio conservador, como quereis destruir a influência que se funda na grande propriedade? (apud Joaquim Nabuco, 1975, p.145).

Os dirigentes do Estado imperial consideraram a reflexão de Nabuco e reconheceram que a casa estava, há muito, harmonizada com a autoridade, de tal forma que mesmo quando os Liberais estiveram à frente do governo, os relevantes princípios da Ordem e da Civilização foram mantidos na integralidade, sobrepondo-se às divergências políticas de menor espectro e preservando os interesses da boa sociedade, situação para a qual Justiniano José de Rocha também chamou a atenção⁷⁹: a tarefa a ser realizada era a de reaproximar os que compunham o segmento social superior. A hostilidade não os levaria à consolidação dos seus interesses maiores.

Vozes de reconhecidos prestígio e experiência levantavam-se e faziam-se ouvir: a consolidação adviria da transação entre vencedores e vencidos da boa sociedade e expressaria a transformação dela em classe senhorial, no momento crucial da crise do sistema escravista.

Para celebrar o prestigioso momento, os Saquaremas pinçaram do passado, precisamente de 1822, o mais expressivo dos fragmentos, relativo à liberdade concedida e garantida: a independência e a Constituição. A ressignificação da memória relativa a D. Pedro I permitiria que, ao trazê-lo para o presente e eternizar-lhe a imagem fundindo-a em bronze, também se efetivassem outras, mas não menos importantes fusões: liberdade/ordem, D. Pedro I/Saquaremas, que seriam projetadas para o futuro, dando relevantes depoimentos às futuras gerações.

A passagem dos anos, a morte de D. Pedro I em Portugal e a sobreposição dos Saquaremas a todas as circunstâncias que lhes ameaçaram a afirmação da obra político-civilizatória produziram neles a necessidade de ressignificar a persona do primeiro imperador, e para dar sustentação a esse projeto houve uma mudança no tom e na essência dos pareceres, dos artigos e dos discursos proferidos pelas lideranças do Partido Conservador. Tornou-se necessário, então, rememorar e redimensionar o compromisso assumido por D.

⁷⁹ O autor faz referência aos vários momentos em que os liberais ocuparam e contribuíram com a obra da reação monárquica efetivando-a e tendo os próprios interesses por ela garantidos.

Pedro I com a causa da liberdade e para tal, houve o resgate e a divulgação do que sobre ele havia escrito Benjamin Constant: “l’apparition de D. Pedro en Portugal donnerait à l’Europe une face nouvelle. Jamais homme ne fut appelé à produire pareil effet [...] en Europe il sera d’emblée en première ligne, il sera l’homme de la liberté constitutionnelle” (apud Mattos, 1998).

Na verdade havia um “conto”, uma história efetivamente acontecida e comemorada, que além de ter coberto o primeiro imperador com o mais autêntico dos mantos, aquele tecido com o amor, a admiração e a profunda gratidão dos que viviam no Brasil, acabou por “conferir” a ele (por direito e pelo desejo do povo), a nacionalidade brasileira⁸⁰. Mas no decorrer de um breve período de tempo, tensões políticas foram criadas e se agudizaram, contrapondo brasileiros e portugueses; no centro dessas tensões pontificava, soberano, D. Pedro I: o que havia concedido aos brasileiros a liberdade afastou-se dos homens de 1822, fechou a Constituinte, mandou prender os deputados - inclusive muitos deles em solo português -, outorgou a Constituição de 1824 e lançou mercenários estrangeiros contra parte da “brava gente brasileira”, aqueles que da Província de Pernambuco elevaram as suas vozes contra a “face hostil” do autoritarismo recém e dolorosamente descoberto no jovem imperador, que “não soube moderar os impulsos de sua ambição”⁸¹, enfatizando o compromisso assumido com a causa da liberdade, tão bem expresso pelos versos de Evaristo da Veiga que, com imensa pertinência, lhes serviriam de lema “Ou ficar a pátria livre / Ou morrer pelo Brasil.”⁸²

A situação política era da maior transparência: “O país enganou-se com o príncipe, e o príncipe enganou-se com o país. Foi desse engano recíproco que resultaram todos os males que retardaram o progresso da liberdade e da prosperidade nacional”⁸³.

Ao serem analisadas as significativas questões que perpassavam os debates relativos à estátua do primeiro imperador, é necessário que sejam feitas considerações relativas ao local escolhido para assentá-la, questão de

⁸⁰ Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862. Lê-se no artigo *Uma Página de História*: “o seu caráter propriamente brasileiro”.

⁸¹ Diário do Rio de Janeiro, 28 de Março de 1862.

⁸² Evaristo da Veiga. Hino Constitucional Brasiliense, 1822.

⁸³ *Uma página da História*. In: Diário do Rio de Janeiro, 28 de Março de 1862.

fundamental relevância. Partindo-se do princípio de que monumentos são elementos artísticos que comunicam mensagens de teores diversos e que contemplam a intenção da permanência, o que os coloca sob o foco de discussões relativas à identidade e poder, a escolha do espaço em que serão colocados demanda cuidados especiais: deve ser um espaço impregnado de simbolismo a ser acrescido de valor estético, espaço no qual estejam inscritas expressivas páginas da história de um povo. “[...] Por meio da necessária espacialidade que [...] têm, implicando em localizações fixas e dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meio de comunicar valores, crenças e utopias e afirmar o poder daqueles que os constituíram” (Corrêa, 2005, p.4). A relação existente entre monumentos, paisagem, política e identidade deve ser cuidada com especial atenção, o que foi priorizado pelos homens que dirigiam o Estado Imperial em meados do século XIX. A estátua equestre de D. Pedro associaria produção simbólica e identidade nacional e se constituiria em um elemento de argumentação, visando convencer e persuadir no espaço público urbano. A praça seria elevada à categoria de “sítio sagrado” nacional, local de celebração do culto ao primeiro imperador e ao que por ele foi legado aos brasileiros. “[...] Simbolismo, visibilidade e acessibilidade compõe, juntos, os fins e os meios que giram em torno do monumento.” (Corrêa, 2005, p.6).

A localização do monumento é, portanto, dotada de sentido político e por isso suscita debates e gera fortes contestações; monumento e localização evidenciavam oposições e conflitos, quer porque assinalavam a indiscutível supremacia de uma facção da aristocracia rural, reunida no Partido Conservador, quer porque traduziam a contestação dos Liberais à ordem constituída pelos primeiros. Monumentos e todas as questões que gravitam ao redor deles, revelam conflitos e podem intensificá-los, em especial no caso de homenageados que inspirem memórias antagônicas. Theófilo Ottoni, uma das mais respeitadas vozes liberais de meados do século XIX, afirmava que não havia relação entre D. Pedro I e a liberdade, à qual deveriam servir de referência José Bonifácio e os outros homens de 1822, os revolucionários pernambucanos de 1817 e de 1824.⁸⁴

Corrêa também enfatiza o ponto de que monumentos e memoriais consolidam um discurso conservador ao projetar para o futuro a ordem pelo

⁸⁴ Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

grupo dirigente afirmada, tornando-se parte do processo de “re-criação” da história, da paisagem e da tradição.

Não apenas a localização tem expressividade no domínio da relação existente entre monumentos, paisagem, política e identidade; há a se ressaltar a questão concernente às dimensões. Sem a menor sombra de dúvida, as proporções de um monumento acrescentam-lhe majestade, enfatizam-lhe o texto nele inscrito, intensificam a admiração por ele despertada, o mesmo o fazendo em relação às críticas, pois provocam contra discursos. A estátua eqüestre de D. Pedro, o primeiro monumento a ser erguido no território do Império deveria ser grandiosa, e o era. Seu peso foi calculado em 3800 arrobas (800 arrobas a estátua, 2000 arrobas todo o pedestal; o restante, os grupos que simbolizavam os rios) e sua altura em 71 palmos (dos quais 27 palmos a estátua e 29 palmos, o pedestal)⁸⁵. O texto legado à posteridade era eloqüente, em conformidade com a iconografia do triunfo que exigia que detalhes decorativos, gestos majestáticos, recursos que traduzissem a vitória; o tamanho das estátuas, algumas vezes colossal, também era parte dessa programação visual. Ilustra esse último dado que no decorrer dos trabalhos de elaboração e de montagem da estátua de Luis XIV em Paris, na Praça Luís, o Grande, os trabalhadores podiam almoçar no ventre do cavalo.

Os elementos acima articulados passaram a compor o que foi proposto ao culto e à divulgação, o que deveria ser inscrito na praça, espaço público por excelência, e no espírito de cada brasileiro, passando a compor uma representação positiva do imperador associada ao momento do grito.

Chegamos a uma questão instigante: como e porque D. Pedro I, persona de múltiplas e contrastantes interfaces foi resgatado do passado, ressignificado e projetado para a posteridade pelos dirigentes do Estado imperial? É importante se recordar que muitos desses homens estiveram envolvidos na ação liberal que transcorreu entre 1827 e 1831 e que desembocou na revolução de 7 de abril.⁸⁶

⁸⁵ Esses dados foram obtidos no Diário do Rio de Janeiro, em matéria publicada no dia 25 de março de 1862, na sessão Noticiário. Se tomarmos a relação 1 arroba = 15 quilos, nos deparamos com um total de 57 toneladas de bronze alocadas à causa da perenização da glória do primeiro imperador! Também por isso, levantaram os liberais uma significativa questão: haveria, no referido governante, grandeza verdadeiramente agregada que lhe legitimasse tal representação?

⁸⁶ Diário do Rio de Janeiro, 29 de Março de 1862. A esse respeito o jornal se reporta a Evaristo da Veiga lembrando-lhe uma bela frases, segundo a qual “[...] a pedra rolou da montanha e a

Para responder à questão anterior, entramos no domínio do que Paul Zumthor⁸⁷ apresentou como um conjunto de operações mentais sofisticadas que estabelecem o processo de rememoração e a posterior transmissão.

Esse processo envolve uma triagem que permite que se possa escolher o que legar à lembrança e o que rejeitar, em vista da existência de significados mais ou menos expressivos. A tradição persiste mantida pelo exercício da lembrança, pelo hábito e pelo esquecimento. Zumthor se reporta a Ortega y Gasset, que considerava “a tradição [...] uma colaboração que pedimos *ao nosso passado* para resolver nossos problemas atuais.” (apud Zumthor, 1988) Por tradição, entenda-se um conjunto de modelos, normas, tipos veiculados pela memória e pelos costumes coletivos que viabilizaram “aos membros de um determinado grupo social a *compreensão* e a interpretação espontâneas de sua vivência cotidiana a cada instante da experiência.” (Zumthor, 1988).

O autor segue afirmando que não existe compreensão total e que nenhuma interpretação faz sentido, a curto prazo, a não ser pela fragmentação que lhe é inerente. Na idéia de fragmento existe a de esquecimento; nesse espaço ele opera ou, melhor dizendo, é produzido pelo grupo social dominante que, por meio de medidas de matrizes diversas, estimula a memória do grupo, pela qual ordena a existência e lhe confere continuidade e aos comportamentos constitutivos de uma cultura operando, dessa forma, um processo seletivo; seleção essa que não é um fim em si, mas o elemento garantidor da permanência de um conjunto de interesses, de símbolos, conceitos e vocábulos, de concepções de vida e de comportamento, de posturas políticas e mentais, de valores e justificativas relativas ao uso de instrumentos diversos que os validem e garantam. Trata-se, na verdade, de lhe garantir a continuidade. Reafirmando, o objetivo de rememorar é transmitir. Coabita esse domínio a idéia de saneamento: “a seleção determina o que, no vivido, foi, é, e tem chance de permanecer funcional.” (Zumthor, 1988).

revolução veio vingar o sangue dos mártires e resgatar os direitos nacionais conculcados [...]”, conforme se pode ler em artigo por esse jornal publicado.

⁸⁷ Trata-se de uma entrevista concedida à Folha de São Paulo, em 17 de dezembro de 1988, em que o autor faz reflexões relativas às questões de memória partindo do ponto da seleção dos mais convenientes fragmentos, em uma operação marcada pela seletividade.

É dessa forma que o passado permanece através da operação que se inicia pelo registro. O exercício da memória destrói, para concluir, um inventário de hábitos.

2.3. “Uma restauração inconveniente”⁸⁸

Mas, e isso também era indiscutível, havia uma persona fortemente impregnada por dolorosas recordações geradas por atitudes que muito feriram a maioria dos brasileiros traindo-lhes as mais expressivas expectativas, e sobre essa densa realidade não se podia passar uma borracha. Havia homens iminentes envolvidos não em produzir um registro, mas em reafirmar o passado, como Homem de Mello que em 1863, sob a luz da memória liberal se remeteu dos anos 20 para o momento que lhe era contemporâneo, com o objetivo de salvá-la, segundo Souza (1999), da calúnia ou do esquecimento.

“Raça degenerada somos nós, que renegamos as glórias tão vividas do nosso passado, rasgamos as páginas mais brilhantes da nossa história, e cobrimos de insultos uma geração inteira para sobre as ruínas de sua reputação erguer o vulto dos ídolos do dia”. (MELLO, apud Souza, 1999, p.358).

Entretanto, “não adianta fazer de tudo para repelir certas lembranças; elas voltam a assombrar nossas insônias”⁸⁹, em especial em circunstâncias permeadas por inflamado debate já visível no início da década de 1820, momento em que já se encontravam divergências relativas à figura do imperador e a quem o investira do poder. Segundo a Gazeta do Rio de Janeiro, D.Pedro I havia libertado o Brasil do jugo das Cortes de Lisboa; para o redator do Correio Brasiliense, João Soares Lisboa, o imperador era fruto da soberania popular.⁹⁰ Serão essas as memórias que retomarão o cenário político e a ele se imporão quando o projeto da estátua, verdadeira carta das intenções saquaremas, for retomado.

⁸⁸ Veiga, Evaristo. Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

⁸⁹ Todorov, 2002, p.142. O autor trabalha a idéia da impossibilidade de submeter a memória à vontade, ainda que seja à vontade, como no caso em estudo, dos dirigentes imperiais.

⁹⁰ Souza chama a atenção para essa questão ao trabalhar com a relação existente entre identidade, celebração e cultura política no artigo A praça pública e a liturgia política. Caderno CEDES, v.22, n.58 Campinas. 2002.

Poderosas vozes liberais passaram a se levantar, projetadas pelo renascer que então viviam e faziam ecoar pela imprensa a sua percepção dos fatos vinculados a D. Pedro I e à memória que deles decorreu; nesse contexto é oportuno que se reflita sobre as palavras do autor de *O Libelo do Povo* – antes de sua integração à Ordem imperial – para o qual D. Pedro I aparecia não como o homem do duplo legado, mas como aquele que usurpou a Soberania do Povo.

“[...] a revolução da independência, que devolveu-nos à posse de nós mesmos, firmava como dogma fundamental da nova ordem social o grande princípio da soberania do povo [...]. Todos os laços que prendiam-nos ao passado, estavam mortos; [...]. Em virtude daquele direito, preferiu a nação a monarquia, [...] aclamou por seu rei o primogênito da casa de Bragança[...]Esse rei era simples feitura de nossas mãos [...] porque tudo era novo[...] o solo estava varrido e limpo; seu único título de legitimidade vinha da eleição nacional, título aliás mais belo e honroso do que o acaso cego do nascimento; seu trono, contemporâneo de nossa liberdade, repousava sobre a mesma base que ela- a revolução. Mas “[...]houve a usurpação da soberania popular por aquilo a que a corte designa com diversos nomes - soberania real, direito divino, prerrogativa, legitimidade, poder hereditário. A nova realza saída da lavra da nação ostenta-se superior a ela, ataca-a, e a absorve em si [...]. Donde vinha a Pedro I autoridade de assim confiscar os poderes da nação que assim se constituía? [...] O imperador não era acaso o filho do rei velho, o senhor do povo pela superioridade do seu sangue, o símbolo da ordem, o enviado da Providência? Como então se ousa perguntar a razão de sua onipotência?” (Timandro, apud Mattos, 1998).

Palavras intensas que designavam percepções diversas e entendimentos opostos, criando um denso debate político e que evidenciavam um duelo de memórias, no centro do qual se encontrava o primeiro imperador, que fora retirado não do reino do esquecimento, mas de um facilmente visível nicho do passado - porque colocado sob a intensa luz de uma crítica fundamentada em rigorosas análises pautadas pela avaliação dos atos dele próprio, revestidos, em sua maioria, de um teor que a muitos brasileiros soou como traição – por alguns dos indivíduos que haviam liderado a ação liberal.

É oportuno se considerar que: (se) “[...] o estabelecimento dos fatos pode ser definitivo, [...] a significação deles é construída pelo sujeito do discurso e, portanto, suscetível de mudar” (Todorov, 2002, p.145). Se a passagem dos anos e o determinado empenho com que se envolveram na construção e na consolidação de uma densa obra dotada de complexa natureza produziram nas almas e nos discursos de parte dos homens de 1831 – os que assumiram a

laboriosa tarefa de construir o Estado imperial e de, ao mesmo tempo, conformar os brasileiros - a necessidade e o interesse de reler o passado e de construir-lhe um novo sentido, os liberais também se debruçaram sobre semelhante empreitada - acima de qualquer circunstância, inerente à natureza humana – e buscaram compreender tanto o passado como o presente; por isso, mais uma vez rememoraram com precisão os acontecimentos de 1822, 1823/1824 e daí até 1831 e os releam sob a lente da brasilidade. Ao voltarem ao passado, reconstruíram um caminho, recompuseram sentimentos e os reafirmaram e, outra vez, encheram-se de indignação com o que havia ocorrido. Mas indignavam-se, sobretudo, com o que estava por vir.

Evaristo da Veiga dizia que, em política, quando se fazem as primeiras concessões à injustiça, muito longe se avança e o mesmo acontece com os povos, segundo se lê no artigo em pauta,

“[...] a primeira concessão feita ao erro ou à mentira, seja esta escrita ou modelada no papel ou no bronze, induz o espírito público e o juízo da posteridade à inexactidão e à injustiça. É o dever de não concorrermos, nem com o nosso silêncio, para uma fraude histórica que seria a desonra de todo o país e a condenação de um passado glorioso, o que nos obriga a intervir no julgamento póstumo do primeiro reinado, a que a lisonja dos cortesãos e a insciência geral dão hoje o caráter de uma *restauração inconveniente* na figura colossal de um imperador de bronze”.⁹¹

Em nome da verdade, tornava-se fundamental que essas vozes e essas penas resguardassem a honra de uma geração inteira. Geração esta,

“[...] gloriosa pelos princípios que a animaram, pela coragem que a distinguiu, pelas virtudes que a enobreceram, e que se quer hoje, no entanto, a favor da memória ingrata do tempo e dos artifícios de alguns ociosos vitimar em holocausto a uma apoteose imerecida [...]”.⁹²

Para esses homens plenos da consciência do real sentido do passado e do papel desempenhado por eles próprios e por outros gloriosos companheiros já ausentes, era impossível permitir que uma página da história também por eles escrita fosse rasgada, em especial quando nessa página estava escrito o glorioso capítulo da revolução de 7 de Abril. Se omitir, não se exaltar pela verdade, não buscar os mesmos enfáticos instrumentos do convencimento, não se mobilizar

⁹¹ Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

⁹² Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

para reinscrever ou para reafirmar essa percepção no espírito dos brasileiros, não formular um denso contra discurso respaldado pela história seria permitir que fosse atingido o caráter da Nação brasileira e aniquilados os próprios fundamentos em que o trono se baseava, trono “[...] tão generosamente concedido e conservado ao atual imperador, o Sr D.Pedro II [...]”⁹³. Para os liberais, se tal ocorresse, o “segundo reinado seria todo ele, uma espécie de usurpação consentida, uma espécie de surpresa não repelida, se lhe faltasse a única base legal em que se assenta- a revolução de 7 de Abril de 1831”⁹⁴.

O duelo em andamento envolvia questões relativas à *supressão* de uma leitura histórica focada, em especial, na questão dos excessos cometidos pelo primeiro imperador e da investida por ele empreendida sobre os genuínos direitos e aspirações dos brasileiros e à *conservação* da *significação* dada aos mesmos pelos que a eles se contrapunham, e que preservavam a percepção de que a autoridade havia - não apenas ao longo do Primeiro Reinado, mas também no decorrer das décadas seguintes - asfixiado a liberdade. Por parte dos homens que estavam à frente do projeto da estátua e dos que a eles se contrapunham havia, no fundo, a mesma intenção, a de empreender uma *seleção*: certos detalhes do que havia transcorrido nos já distantes - mas, sob certo sentido, tão presentes - anos de 1823 a 1831 deveriam ser conservados, enquanto outros deveriam ser afastados para, com o tempo, caírem no *esquecimento*. Ambos trabalhavam com questões de *memória*. Por isso cada grupo de lideranças políticas e os seus respectivos partidários selecionavam e enfatizavam determinadas facetas da mesma questão para que o passado fosse colocado a serviço de seus novos interesses⁹⁵.

Existiam problemas e o núcleo deles se encontrava no mundo da Casa, onde a boa sociedade se apresentava dividida (Mattos, 1994): havia os que liam Nabuco de Araújo, Justiniano José da Rocha e Eusébio de Queirós e que tinham retomado a primeira percepção relativa ao jovem príncipe que havia proclamado a independência, justificando-lhes as ações para corroborar a própria estratégia política por eles delineada e ao império imposta a partir do momento em que se

⁹³ Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

⁹⁴ Uma página de história. In: Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

⁹⁵ Todorov (2002, p.150) afirma que as diversas possibilidades de utilização do passado “motivam abertamente ações políticas”.

assenhorearam do Mundo do Estado (Mattos, 1994) movimento competentemente expresso por Bernardo Pereira de Vasconcelos - no mais conhecido dos seus discursos - quando ele afirmou o próprio comprometimento com o liberalismo no momento em que ele foi o contraponto ao autoritarismo e justificava o seu engajamento com o princípio do regresso quando as expectativas democráticas, derrotando os excessos verificados, passaram a procurar se sobrepor e semearam a anarquia, elemento pernicioso para a sociedade (Mattos, 1994). Mas muitos dos que habitavam o Império do Brasil liam Theófilo Ottoni, retomavam a perspectiva do *Libelo do Povo* e consideravam os pareceres liberais.

De fato, a memória relativa ao primeiro imperador era um tanto polêmica, e o que mais chama a atenção é que em momentos passados, entre os próprios homens que estavam à frente da vida política no Período Regência - considerando alguns dos seus mais significativos nomes, e em um período de tempo relativamente breve - houve colocações bastante contundentes. Encontramos uma dessas referências em Bernardo Pereira de Vasconcelos que em 1833, sob o impacto da vitória caramuru nas eleições em todas as paróquias do Rio de Janeiro, à exceção da de São José, e refletindo um temor então presente em todos os que compunham a boa sociedade, manifestou-se com expressividade:

“[...] D. Pedro I perdeu um trono brilhante [...] perdeu uma dotação pingue [...] parece natural que tente voltar ao Brasil[...] o caráter de D. Pedro é extremamente volúvel [...] um dos característicos é a avareza [...] é demasiadamente mesquinho [...] um homem desse caráter deixará de aspirar ao trono do Brasil?”⁹⁶

Evidenciavam-se os “diversos pontos”, as diferentes percepções e as sensibilidades políticas ainda exacerbadas quando emergiam as questões relativas aos feitos políticos do primeiro imperador e nesse contexto iniciavam-se, nos anos 50 do Século XIX para se aquecer no início da década seguinte, os embates entre os Liberais e os Conservadores em decorrência, também, de movimentos de teor político-partidário.

⁹⁶ Vasconcelos, (apud Mattos, 1998).

Pontos diversos e diferentes percepções: “colosso de bronze” ou “mentira de bronze”? Rememorar o 7 de setembro ou o 7 de abril? Esquecer o que ocorreu ao longo do primeiro reinado ou a revolução de abril de 1831? Novamente maximizar o 7 de setembro e minimizar o 7 de abril? Recordar e comemorar aquele a quem os brasileiros deviam a Constituição ou rever e enfatizar a essência da mesma, obra de autoria do próprio imperador?

Nesse momento, enquanto os Saquaremas, os homens que detinham o governo do Estado, comemoravam a consolidação do projeto por eles imposto a todo o território do império, ocorria também um renascer liberal⁹⁷. Para os que estavam nele envolvidos, as figuras a serem ressaltadas eram todas brasileiras, compostas pelos que se haviam empenhado pela genuína causa da liberdade, a saber: os homens que participaram do movimento que ocorreu em Minas Gerais em 1789, os revolucionários pernambucanos de 1817, 1824 e 1848, os farrapos do Rio Grande do Sul e tantos outros brasileiros que se haviam mobilizado contra a opressão.

Dotados de novo fôlego político no início da década de 1860, vitoriosos nas primeiras eleições que nela ocorreram e que consagraram Ottoni, os Liberais passaram a se expressar com eloquência pela imprensa, tornando os jornais de perfil afim uma das suas trincheiras. Em artigo intitulado “*A Estátua Equestre*”, Ottoni afirma que em função de seus antecedentes e origem, a estátua de D. Pedro significa:

“1º. Que a independência foi uma doação do monarca, cujos augustos descendentes imperam [...].

2º Que a Constituição foi, senão uma outorga do direito divino, ao menos espontânea concessão da filosofia do príncipe, e documento de sua adesão às idéias liberais.

⁹⁷ As referências para o renascer liberal estão em Alonso (2002): a autora, ao trabalhar a idéia da “Reforma dentro da Ordem”, evidencia que o renascer liberal ocorreu como um desdobramento das reformas iniciadas pelos conservadores nos anos de 1850, das quais decorreram várias e novas demandas. Como os dirigentes imperiais, nos anos de 1860, não soube efetivá-las, houve a projeção dos liberais. Para tal também contribuiu a posição dos conservadores moderados, como Nabuco de Araújo, que no início da década de 1860, na expectativa da formação da Liga Progressista, se declararam sem partido. Para esse argumento a referência se encontra em Nabuco (1975). Há ainda a considerar artigos publicados pelo Diário do Rio de Janeiro, no mês de Março de 1862, como o de Theophilo Ottoni, datado do dia 25.

3º Que o 7 de Abril de 1831 foi um crime de rebeldia, de que o Brasil contrito deve pedir anistia, anulando por injusta a sentença que lavrou aquele dia contra o primeiro reinado”⁹⁸.

Foi isso que Ottoni depreendeu do que estava por ser inaugurado na Praça da Constituição, passando a protestar contra as “epopéias que o arauto de bronze quer levar à posteridade”⁹⁹. Prosseguiu em seu texto afirmando que o 7 de setembro foi o resultado dos esforços de mais de uma geração de brasileiros e conduz o leitor à recordação do que se havia passado, pioneiramente, nas Gerais no final do século XVIII, quando Minas assistiu amargurada, ao glorioso martírio de seus prediletos filhos. Rememorou o calvário no Rocio, literalmente apinhado de expectadores que para lá acorreram atraídos não por curiosidade, mas pela simpatia que lhe inspirava o protagonista do drama, cujo martírio foi testemunhado pelos fluminenses com postura irretocável. Registrou o teor dramático da fala de Tiradentes: “Jurei morrer pela liberdade. Cumpro a minha palavra”¹⁰⁰.

Ottoni ainda resgatou do passado os revolucionários pernambucanos de 1817, nos quais o exemplo de Tiradentes havia frutificado e a grandiosa figura de José Bonifácio de que “a Providência se serviu para obter esse grande desideratum”¹⁰¹. O primeiro havia planejado a independência, o segundo a efetivara; eram eles os legítimos patriarcas. No entanto, ao primeiro coube o martírio e ao segundo, o desterro. José Bonifácio foi entregue a um piloto de Goa, colocado como oficial da marinha brasileira, transferido para calabouços portugueses, e deles salvo devido à intermediação anglo-francesa. Conclui o inflamado autor que “as musas venais da côrte confiscaram para o Sr. Príncipe da Beira as glórias de José Bonifácio e Tiradentes”¹⁰².

Havia, segundo os Liberais, mais uma glória a ser debitada a José Bonifácio; para ele, a coroa sobre a fronte de D. Pedro não “era a mera consagração de uma autoridade majestática. Ele queria um complemento que

⁹⁸ Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

⁹⁹ Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

¹⁰⁰ Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

¹⁰¹ Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

¹⁰² Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

importava a aliança da monarquia com a liberdade”¹⁰³. Para o grande patriarca, a Constituição não era apenas uma lei necessária, mas uma exigência urgente.

É bastante oportuna a leitura da contraposição efetivada pelos liberais, no artigo *Uma Página da História* publicado no dia 28 de março de 1862, entre as imagens do grande Bonifácio e do imperador. A respeito do segundo lê-se que:

“[...] Entusiasta como um poeta, alma franca e acessível a todo o gênero de paixões, arrebatado por instinto; vivo de espírito mas leviano de idéias, rude por educação, mas afetuoso e ameno mais por impulso de vaidade e desejo de popularidade do que por virtude de caráter ou por brandura de gênio; [...] pronto de ação, enérgico de vontade, exagerado na liberdade de seus costumes, minimamente indulgente para com seus próprios erros, mas severo pra com os erros alheios, pouco escrupuloso de consciência e de moral, mas sem perder ocasião de ostentar magnanimidade, [...] pronto a obedecer ao impulso de suas primeiras inspirações D. Pedro I foi, desde sua mocidade, um conjunto de contrastes, um prisma de luzes e sombras, de boas e de más qualidades.[...]”.

Entretanto,

“[...] Ao seu lado, severo e grave como um busto grego, [...] a nobre fisionomia de José Bonifácio de Andrada e Silva. Espírito ateniense vasado em molde romano sua alma é grande como seu caráter, sua virtude severa como a majestade de seu semblante. [...] sem pretensão e sem vaidade; vasto de erudição sem prejuízo da profundidade de seus conhecimentos; [...] afável de caráter; modesto sem pretensão; orgulhoso sem impertinência; probo por natureza; [...] e homem de estado por patriotismo e por dever de consciência, de dedicação e virtude, sua memória sobreviverá a todos os eclipses que possam obscurecer as glórias nacionais de que nos ufanamos [...].”

Está dito: o bronze deveria servir de manto perene para o grande Andrada.

Mas a imprensa também abriu espaço para outras manifestações de contraposição à colossal estátua, estas também preciosas, memoráveis, dotadas de apurada verve crítica que, com certeza, deliciaram parte dos leitores da época e exasperaram a outros tantos. Passemos a algumas delas:

“Protesta contra o gênio modelado
O gênio nacional que ali figura!
Perde todo o valor essa escultura,
Por da glória não ser fiel traslado!

¹⁰³ Diário do Rio de Janeiro, 28 de Março de 1862.

Que feito o decantou bravo soldado
 Na terra que adotou? Onde perdura?!
 Se alguém diz que entre nós ele fulgura
 - Que não! Grita o Brasil maravilhado

Por gloriosos feitos se extasiam
 Aqueles que com peito sobranceiro
 A lisonja servil não alumiam!...

Burle, pois, a história esse letreiro,
 Que os livros, Pedro, em ti não saudariam
 O fundador do império brasileiro.”¹⁰⁴

A genuína indignação dos Liberais também se alimentava dos boatos espalhados.

Para Ottoni, essa era a hora de se resgatar a verdade pela rememoração do que se havia passado, era a hora dos brasileiros se conscientizarem de que saudar o monumento imperial significaria renegar o passado, condenar o movimento nacional de 7 de abril de 1831 e, para tal, ele lançou mão de algumas palavras de “um juiz insuspeito a todos os nossos adversários [...] o Sr Dr. J.J.da Rocha”¹⁰⁵, que assim se havia expressado:

“[...] No dia em que algum Tácito tiver que escrever a história da nossa terra, e, esquecidas todas as paixões apreciar os fatos com a madureza e o critério da imparcialidade, que época lhe arrancará mais sublime admiração e lhe revelará mais sublimes virtudes cívicas do que a que sucedeu ao 7 de Abril de 1831? Se o brasileiro deve em sua gratidão bradar:- glória aos homens de 1822- não menos deve a gratidão exclamar- glória eterna aos homens de 1831!”¹⁰⁶

Ottoni prosseguiu em seu texto dizendo que assim deveria sê-lo e que o teria sido se,

¹⁰⁴ Diário do Rio de Janeiro, 28 de Março de 1862.

¹⁰⁵ Diário do Rio de Janeiro 30 de Março de 1862.

¹⁰⁶ Uma Página de História IV. In: Diário do Rio de Janeiro, 30 de Março de 1862.

“[...] a marcha do tempo não tivesse o privilégio de apagar em certas consciências a virtude que um dia residiu nelas [...]”.¹⁰⁷

A seguir, lançou uma enfática pergunta:

“[...] Mas o que diriam as sombras venerandas dos patriotas de 1831 se, evocadas dos sepulcros, aparecessem hoje no seio dos vivos, para contemplar esta festa, estas salvas, esta solenidade inaugural de um monumento destinado a um escárnio e uma condenação retrospectiva?”

A resposta que ele próprio formulou é igualmente marcante:

“Elas voltariam envergonhadas aos seus jazigos, chorariam talvez o aviltamento da pátria, cujos brios despertaram em melhores tempos e que hoje se amortecem em favor do artifício de alguns e da indiferença de todos.”

A tônica entre os liberais era a indignação, como se pode depreender do artigo *Uma Página de História*, do dia 30 de março de 1862, onde está expressa a percepção dos mesmos sobre o que foi o Primeiro Reinado a partir da dissolução da Constituinte, em 1823.

“[...] o reinado do Sr. D. Pedro foi uma agonia agitada. Esses 7 anos de luta contra o espírito nacional, além de fomentar o ódio político, foram tão perturbados de comoções internas, de revoluções e humilhações externas, que no dia da revolução, só um elemento prevalecia, forte e exigente - o elemento revolucionário.”

Tratava-se de um período “da história de D. Pedro, com efeito, [...] lutuoso e sinistro. A cólera cegara o espírito do imperador e todas as suas deliberações passaram a trazer o cunho da precipitação.”¹⁰⁸

O ano de 1823, que começara pleno de esperanças para uns, devido à convocação da Constituinte, tornara-se um momento marcado por uma profunda decepção. A título de libertar a Assembléia da coação militar, D. Pedro - que havia, no passado imediato, sido o realizador das maiores aspirações brasileiras, fase em que estivera melhor inspirado e orientado, pois caminhando consigo se destacara José Bonifácio - “[...]chamou a São Cristóvão os corpos onde ele sabia que mais intenso era o acordo e a fidelidade às doutrinas dos patriotas. Até que em

¹⁰⁷ Uma Página de História IV. In: Diário do Rio de Janeiro, 30 de Março de 1862.

¹⁰⁸ Uma Página de História. In: Diário do Rio de Janeiro, 29 de Março de 1862.

12 de novembro, sitiando a assembléia que se conservava em sessão permanente desde os primeiros vestígios da agressão, fez intimar a ordem da dissolução [...]”¹⁰⁹ prendendo e deportando a muitos dos que lá estavam. Eis a apreciação do Conselheiro Salles Torres-Homem a respeito dessa passagem:

“[...] Ainda não corria em meio a construção da obra constitucional, quando de improviso é profanado e dissolvido com mão armada o congresso a quem o país cometera essa sublime tarefa e são atirados ao desterro os seus mais conspícuos e beneméritos representantes, os fundadores da independência e da pátria. O mesmo ato de imprevista agressão que fere a constituinte, e com ela nossos direitos, leva o despotismo e o terror a todos os ângulos do Brasil onde ressoa o grito de indignação que semelhante abuso da força devia provocar [...]”.

Segue a poderosa voz de Salles Torres-Homem perguntando o que ocorreu para que ainda em meio aos festejos comemorativos da independência, se trocassem os hinos faustosos em murmúrios de pesar e consternação. À pergunta formulada, respondeu dessa forma:

“[...] Eu vou dizê-lo. Houve a usurpação da soberania popular por aquilo a que a corte designa por diversos nomes - soberania real, direito divino, prerrogativa, legitimidade, poder hereditário. A nova realeza, mal saída da lavra da nação, ostenta-se superior a ela, ataca-a, absorve-a em si”¹¹⁰.

Em 1824 a Constituição foi outorgada, efetivamente legitimando os interesses do imperador e aprofundando a indignação dos setores genuinamente envolvidos com o liberalismo. A reação à outorga da Carta, verdadeira afronta às aspirações brasileiras, foi expressiva e a reação do imperador contra os brados liberais dos pernambucanos, em 1824, pautou-se por extrema violência:

“[...] A essa justa reclamação de povos ofendidos e ameaçados, respondeu o Duque de Bragança mandando bloquear Pernambuco e tomando outras medidas de guerra.” No mesmo artigo citado no parágrafo anterior, novamente se projeta a voz do (outrora) Timandro para nos rememorar a “[...] epopéia grandiosa onde o martírio lutou contra o despotismo e o sangue dos patriotas serviu para tingir a púrpura real do novo César”.

Ouçamos o brado de Salles Torres-Homem:

¹⁰⁹ Diário do Rio de Janeiro 29 de Março de 1862.

¹¹⁰ Diário do Rio de Janeiro, 29 de Março de 1862.

“[...] Para sopear a revolta, que efetivamente rebenta no norte do império, o sangue dos brasileiros a quem a luta da independência preservara, é vertido em torrentes pelas paternas baionetas do Imperador, não em nome da segurança social, que ninguém se não ele ameaçara, mas em simples oblação do orgulho e à sanha da ambição do príncipe que tendo usurpado os direitos do país, propunha-se a governar sem ele e a despeito dele. [...]

Sobre as vilas de Pernambuco, essas Termópilas veneráveis da liberdade, do heroísmo e do martírio, jorra então a chuva de sangue e de extermínio [...].

Após a devastação militar, vem a procissão de carrascos, dos patíbulos e das vítimas. Sedento de vingança, o príncipe invade o santuário da justiça para exigir as cabeças de seus súditos. Insta, roga, ameaça, seduz: mas um resto de consciência dos juizes que o exercício de obedecer e adular de todo não paralisara, trepida ante o remorso envia à morte cidadãos que outro crime não tinham cometido senão o de anteporem seu país a um homem e a liberdade à tirania [...].

Vigia então no Brasil, estendo-se de 13 de Novembro de 1823 a 25 de Março de 1824, [...] a ditadura [...] mais completa e absoluta”.¹¹¹

Fazendo considerações a respeito da desconexão entre o imperador e os súditos, Ottoni escreveu que é:

“[...] lícito supor que ao juramento da constituição presidiram as mesmas reservas que acompanharam a aceitação a púrpura imperial; [...] o Conselho de Estado foi, um dia convocado com a seguinte indicação: Convirá que novamente se reúnam sob o mesmo seprtio os Estados do Brasil e de Portugal”.¹¹²

Além das dolorosas memórias impregnadas pelo heróico sangue dos companheiros, algo mais incomodava sobremaneira os Liberais; pairava sobre o povo uma injúria, boato maldosamente espalhado pelos anfitriões da majestosa festa, em função da qual o governo passou a tomar providências e

“[...] está embalando cartuxame e afiando espadas. Já antes dessa explicação oficial o público fora surpreendido por alguns rumores evidentemente propagados *oficiosamente*, rumores esses que chegaram até algumas províncias, antes de serem aqui percebidos. Por essas novelas da meia-noite constava o seguinte: que o Sr Teófilo Ottoni achava-se em Minas promovendo uma revolução e que até tinham sido apreendidos alguns caixões com armamento, que à 23 de Março, ao inaugurar-se a estátua equestre do primeiro imperador, igual movimento deveria rebentar aqui; finalmente, que o governo preparava-se com toda a energia para sufocar a revolta Se não estivéssemos no carnaval, não nos arriscaríamos a dar conta desses manejos ridículos.”¹¹³

¹¹¹ Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

¹¹² Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

¹¹³ Diário do Rio de Janeiro, 3 de Março de 1862.

Na edição do dia 14 de março, ainda a esse respeito, pode-se ler que diligências policiais efetivadas davam conta de que o povo premeditava uma revolução, o que o ministério,

“[...] sem mais exame ia pagando a bom preço [...] e que lhe [...] quebra a inteligência, a dignidade e a sisudez que se devia supor-nos homens que compõe o conselho da coroa. A estátua eqüestre com tudo o que a rodeia, não dá motivo a assuada, quanto mais à revolução. Se com ela se pretende mentir a história, basta a própria história para conduzir essa massa de bronze à sua verdadeira significação”.¹¹⁴

Pairava mais uma questão, e ela dizia respeito ao presidente do Conselho de Ministros. Caxias, representante de significativa família de militares que no dia 6 de abril de 1831 “puseram suas espadas a serviço da causa popular e que assim tornaram indeclinável a abdicação do imperador”¹¹⁵. Por isso, causa estranheza a Ottoni que “Caxias autorize com a própria presença a inauguração da estátua eqüestre [...]”¹¹⁶. Como podia ele, que no memorável dia 7 de abril colocou-se a serviço das genuínas aspirações brasileiras, levantar sérias suspeitas alusivas ao comprometimento da ordem, em tão solene momento, pelo povo.

“[...] Ou talvez, ajuizado e previdente, ante o espelho da própria consciência, teme que a irrisão pública acompanhe as solenidades [...]; e visto que a irrisão inculcará falta de respeito pelo que se vai firmar nesse dia, empenha-se em tomar providências enérgicas, de modo que faça chorar aos que pretendem ir [...]”.¹¹⁷

Prossegue o jornal dirigindo-se ao presidente do Conselho, colocando-se em defesa do povo; afirma o artigo que todos os cuidados tomados, como preparar cartuchos embalados e afiar espadas se revelarão inúteis, pois

“[...] o povo há de olhar impassível para a estátua, há de legar à ela o seu verdadeiro valor, considerando-a um simples ornamento na praça do Rocio.[...] Não finjam receios os que tão desabusadamente zombam da credibilidade pública. Se por força das circunstâncias têm de fazer-se comediantes para representarem *outros papéis* não mofem da dignidade do povo, que está tranqüilo

¹¹⁴ Diário do Rio de Janeiro, 14 de Março de 1862.

¹¹⁵ Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

¹¹⁶ *A estátua eqüestre*. In: Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

¹¹⁷ Diário do Rio de Janeiro, 14 de Março de 1862.

e pacificamente marcha ao restabelecimento da verdade e à realização das garantias que estão confiscadas pelo abuso da traição”.¹¹⁸

Esse mesmo jornal, na sessão Correspondência, na edição do dia 17 de janeiro de 1862, apresentou uma reflexão sobre o evento que estava por ocorrer e propôs uma interessante e procedente alternativa para os festejos.

“Os fastos brasileiros vão ser abrilhantados com o pagamento de uma dívida de 40 anos, que a gratidão nacional devia ao autor de sua independência, transmitindo à prosperidade com plena quitação do débito em documento monumental e indestrutível, esse grandioso feito brasileiro oriundo do Ypiranga. Pois bem, ainda por aí existem alguns pouquíssimos veteranos da independência, ao passo que na presidência do Ministério se acha um deles, o nobre marques de Caxias, então tenente-ajudante do batalhão do Imperador, do qual era major seu tio, o honrado barão de Suruhy.

Abrace-se, pois, a grandeza com a grandeza, condecorando-se com a ordem de D. Pedro I indistintamente a todo o veterano da independência que, pela sua posição social esteja no caso de reunir em seu peito essa insígnia criada pelo fundador do império, aquela por ele outorgada aqueles que expuseram a vida no pugna nacional; e sua majestade o imperador por certo se regozijará em concedê-la como se munificência fora de seu augusto pai, aliando assim a grandeza com a grandeza”.

Há ainda a acrescentar que entre os que formavam a nova geração do Partido Liberal predominava um temor: eles não desejavam o reforço do poder pessoal de D. Pedro II, recusando-se, por isso, a homenagear o primeiro imperador, por eles visto como o símbolo das forças às quais seus antecessores se haviam oposto e pelas quais muitos tinham sido dizimados.

Para os Conservadores, entretanto, a ocasião era propícia para um grande evento: tratava-se da reafirmação, dentro de uma perspectiva e de um tempo de Transação, da importância da autoridade vitoriosa para preservar a liberdade e para garantir a ordem, para o que foi necessário padronizar os códigos que regiam o governo da Casa, organizando esse espaço para que ele fosse capaz de superar os regionalismos e os particularismos e pudesse se constituir em uma comunidade nacional o que garantiria ao império um lugar junto às nações de mais elevado padrão, meta maior dessa elite conservadora. Também era desejo deles que a sociedade terminasse de absorver a produtiva relação construída por eles entre a autoridade e a liberdade. Erigir esse monumento corresponderia a

¹¹⁸ Diário do Rio de Janeiro, 14 de Março de 1862.

ministrar uma aula e inaugurá-lo, a 25 de março, significava enfatizar a relação entre a independência e a Constituição, respaldo da ordem e da liberdade.

Mas, para possível deleite dos liberais, caiu sobre a cidade, no tão esperado dia, um forte temporal, provocando o adiamento da inauguração para o próximo dia 30¹¹⁹, em decorrência do que:

“[...] Felizmente o aniversário da constituição política do império deixou de ficar confundido coma inauguração do monumento levantado àquele que menos a respeitou. Cada um terá o seu dia, como cada um tem seus adoradores distintos. A Providência permitiu que assim deixassem de ser confundidas duas idéias diametralmente opostas. Os que professam a religião do direito e contemplam no pacto fundamental as bases garantidoras da liberdade, farão sua festa a 25 de março; os que curvados e humildes se resignam por interesse à força bruta e à espada terão seu dia distinto para dar expansão a seus prazeres”¹²⁰.

Se chuva que caiu sobre a capital do Império pôde minimizar, ainda que em pequena proporção, as insatisfações liberais, também alimentou a galhofa do fluminense, tão bem expressa no seguinte epigrama:

“Um sábio propôs a outro

Esta questão capital:

Por que sempre há de haver chuva

Em tempo de carnaval?”¹²¹

Carnaval. Alegoria. Foi aproximadamente essa a percepção divulgada pela publicação francesa Presse, na edição do dia 19 de agosto de 1861 a respeito da estátua equestre de D. Pedro I.

¹¹⁹ D. Pedro II, em seu Diário, registrou não apenas a sua mágoa - “desgostos e contrariedades” - decorrente de artigos publicados em alguns jornais, em especial aquele em que Théophile Ottoni se referiu à escultura como “a mentira de bronze”, mas também que orientou o chefe do Gabinete, Caxias, a adiar a festividade por temer tanto as agudas críticas publicadas pelos jornais liberais quanto a dissidência conservadora. O Imperador receava as acusações relativas ao descaso do governo com a saúde pública devido à chuva e ao oportunismo de uma inauguração sob condições climáticas adversas, o que levaria ao natural esvaziamento da assistência. Temia, ainda o Imperador, que a chuva se prolongasse, o que aproximaria o evento do 7 de abril, o que seria inimaginável!

¹²⁰ Sessão Noticiário. In: Diário do Rio de Janeiro, 26 de Março de 1862.

¹²¹ Diário do Rio de Janeiro, 26 de Março de 1862.

“Haverá grande ruído no Rio de Janeiro no dia em que se festejar ali a inauguração da Estátua eqüestre colossal do imperador D. Pedro I, fundador da independência do Brasil, feita por M. Rochet. Imaginem um monte de bronze, ao pé do qual o Luiz XIV da praça da Victória não passa de uma estatueta insignificante. D. Pedro monta um cavalo maciço, enfático, com formas de elefante, e cuja cauda descreve um arco triunfal. Calça enormes botas que lhe chegam até os joelhos, e tem na cabeça, enterrado até os olhos, um tricórnio imenso, que apunhala o céu com sua tríplice ponta. Seria mais fácil contar as folhas de uma mata virgem do que os galões e alamardes que lhe adornam o peito.

Mal me acho com forças de descrever o seu aspecto de charlatão heróico; o sabre que lhe pende ao lado parece anunciar que tira dentes sem dor, e a carta que agita violentamente no ar parece, a olho nu, o prospecto de um xarope de quinino ou a ata da fundação de uma sociedade para a exploração das minas do Distrito Diamantino. Quatro enormes grupos, representando os quatro rios do Brasil adornam o soco da estátua. São selvagens cingidos de tangas e ornados de penas estando sentados sobre animais quiméricos, distendendo os arcos ou brandindo remos de suas pirogas. Têm faces achatadas, maçãs de rosto salientes, olhos enviesados e narizes esborrachados! É o homem [...] em todo o seu horror. À roda desses grupos de antropófagos puseram os animais excêntricos do trópico e do equador: avestruzes, antas, jacarés, castores, tamanduás, espátulas, tartarugas, jaguares [...] essa horrível família ruge, morde, decepa, devora, engole e celebra a independência do Brasil com toda a qualidade de rangidos e contorções. Dir-se-ia a arca de Noé à hora da razão.

Dito isso declaro que aprovo muito essa escultura de espantelho e retumbância:

O seu fausto bárbaro está em harmonia com o país a quem é destinado. Semelhante máquina faria triste contraste na praça de uma cidade italiana ou francesa, mas no Brasil fará maravilhoso efeito.

Que quereis que faça a arte clássica em um mundo onde a natureza se entrega a tão aterradoras hipérboles? Ali os rios absorvem os nossos mares; as montanhas rasgam o céu, os matos cobrem reinos; a árvore é colosso, a flor, arbusto e o inseto, um monstro.

As criações da mão humana devem engrossar e exagerar-se para não ficarem esmagadas por esses gigantes espetáculos [...]¹²².

¹²² O artigo de Paulin de Saint Victor, homem cujo talento foi reconhecido pelo articulista do Diário do Rio de Janeiro, mereceu, do mesmo jornal, um comentário à altura. Sugere ao crítico de “(...) muito talento, mas leviano como um verdadeiro parisiense (...)” que examine os quadros de exportação francesa, nos quais encontrará, em grande escala “(...) além de quinquilharias e outros contrabandos, (...) livros, tecidos e outros produtos da sua indústria”, alerta, ainda, o Diário “(...) que os que puseram a concurso na Europa inteira o primeiro monumento que levantam na sua capital sabem tanto distinguir um efeito de neve de um efeito de sol, como críticos sensatos e

Havia, portanto, dois olhares, duas percepções contrapostas a respeito de D. Pedro I, do que ele instituiu e de como um corpo de dirigentes composto por uma fração da classe senhorial se apropriou dessa herança para construir o Estado e constituir a Nação. O que se discutia não era o padrão civilizatório em que estava o Império, mas uma leitura específica de um delicado fragmento da história do país, de uma história ainda bastante recente.

Aos Conservadores interessava reafirmar a figura de D. Pedro I como o homem que descortinou para o Brasil um tempo de liberdade e que a garantiu através da outorga da Constituição. Era o que havia para ser rememorado; quanto às tensões que pontificaram ao longo do Primeiro Reinado, era de boa medida que se baixasse sobre elas o denso véu do esquecimento. Tratava-se, na verdade, de conformar uma memória coletiva através da definição de prioridades.

À pergunta, o que faziam os Conservadores, responde-se com precisão e simplicidade: procuravam afixar em “perpétua memória”, (Zumthor, 1988) o que lhes fundamentava o intento, nutrido por uma imagem *idealizada*, dotada de uma *potência de convicção* quase ilimitada. Não desejavam, apenas, reconstituir; desejavam, sobretudo, garantir a compreensão, pela via do esclarecimento, de uma obra. Sem qualquer dúvida, todos aqueles envolvidos no projeto estavam imbuídos da preocupação de construir uma imagem de D. Pedro que tivesse condições de permanecer, de transpor o tempo e se projetar para o futuro¹²³.

Tanto para os Conservadores quanto para os Liberais, por razões de ordem diversa, o passado insistia não apenas em se fazer presente mas, em especial, em ocupar o primeiro plano dos debates.

O passado tornou-se finalmente presente, na praça consolidado no dia 30 de março de 1862 quando transcorreu a solene inauguração da enorme estátua, presidida pelo imperador e contando com a presença da família imperial, das mais elevadas autoridades do império e de dignatários estrangeiros. O povo, como bem o previra Ottoni, comportou-se condignamente, atirando por terra os boatos espalhados. “[...] Teve ontem lugar a inauguração da estátua equestre de

conscienciosos, dos fabricantes de frases e outras palhetas literárias, à sombra das quais vive tanta gente em Paris”

¹²³ Sousa (1999) se refere ao legado dos artistas envolvidos na produção de imagens do primeiro imperador.

D. Pedro I, conforme o programa que havia sido anunciado. Reinou paz e indiferença completa. Cada um se divertiu a seu modo”¹²⁴. A Ordem fora reafirmada, celebrada no padrão escolhido pelos seus arquitetos e perpetuada na praça, oferecida à admiração de todos.

A estátua é uma afronta; mas é, sobretudo, uma fina manifestação da competência saquarema, a metáfora da obra por eles efetivada, o duplo deles próprios. O bronze, que derretido foi sobreposto ao molde do primeiro imperador, na verdade recobria outros homens, os que foram os construtores do Estado imperial e que se fizeram herdeiros do duplo legado português. O nobre metal não apenas perenizou um homem e um gesto; perpetuou uma mensagem. Não há, sob a massa de bronze, um vulto único, um só personagem; sob o molde de D. Pedro I estão, na verdade, vários outros homens, estes sim, efetivamente os realizadores de um expressivo projeto que teve embasamento teórico e justificativas políticas e que se voltava para amplos horizontes, permeados pelos ideais de Progresso e de Civilização¹²⁵. Sobre o pedestal, se apurarmos o olhar e nos utilizarmos do recurso das lentes da história, identificaremos Uruguai, Itaboraí, Eusébio, Bernardo, Paraná, Olinda e José Clemente Pereira, os verdadeiros condottieri do Império do Brasil, sobrepostos não apenas ao espaço público, mas ao território por eles preservado íntegro. Eles, e não o primeiro imperador, colocados acima dos brasileiros, reinando soberanos, ponto culminante de uma história da qual eles foram os autores e os protagonistas. Esses homens não projetaram para a posteridade apenas a figura de D. Pedro I; em essência, perpetuaram sob o manto do bronze, a memória de um tempo, do tempo por eles diagramado.

A estátua equestre em questão é o registro, legado ao futuro, do tempo saquarema.

¹²⁴ Diário do Rio de Janeiro, 31 de Março de 1862.

¹²⁵ Alonso (2002) apresenta o liberalismo imperial como herdeiro do liberalismo pombalino, voltado para os propósitos de civilizar, delinear e manter um Estado forte, educar o povo e manter o sufrágio livre.

3. A expansão em disputa

“Já restam poucos obreiros dos que trabalham no monumento do Ipiranga: o livro da Morte os vai inscrevendo de dia em dia, e passando seus nomes para o livro da Humanidade, para as páginas da história, para esta imagem da vida que foi, e que é a sombra do passado, e que é o eco do burburinho das ações humanas”.¹²⁶

“[...] Porque não é somente nas escolas ou pelo estudo de autores e documentos que se pode estudar a história pátria...Os monumentos, os museus, as coleções arqueológicas e históricas, essas construções que nossos antepassados com tanta propriedade chamaram memórias, são outras tantas maneiras de recordação do passado, do ensino histórico e nacional [...]”.¹²⁷

“Em nossa história ainda curta abundam já os feitos gloriosos que excitam os talentos e inspiram o gênio () preparai-vos para transmitir aos vindouros essa memória gloriosa e vossa obras de arte serão ao mesmo tempo grandes obras de patriotismo”.¹²⁸

3.1. O brado, o eco e o silêncio

Pedro Américo, o Museu Paulista e a Tela

Passava pouco das duas horas da tarde do dia 8 de abril de 1888 quando os Imperadores do Brasil acompanhados de Sua Alteza o Senhor D. Pedro Augusto e de outras autoridades e personalidades do mundo político e da aristocracia chegaram à Academia Real das Belas Artes de Florença. Constatando, D. Pedro II, que os salões e as galerias estavam repletos de gente, pediu a Pedro Américo que ele dirigisse aos presentes uma fala em português para que a harmonia dessa língua pudesse ser apreciada por todos.

“Imperial senhor!

Na língua em que Vossa Majestade há quase meio século exprime os Seus magnânimos pensamentos, e exhibe os inesgotáveis tesouros de um coração de protetor e amigo para todo o brasileiro amante de sua pátria; nessa rica e pomposa linguagem dos sentidos poemas de nossa terra, mais opulentos de sinceridade do que de falsa eloquência, permiti que, sem afetação nem constrangimento, eu

¹²⁶ Porto Alegre. “Discurso proferido à beira do túmulo de Francisco de Paula Souza e Mello”, apud Squeff, 2004, p.221.

¹²⁷ José Veríssimo, citado por Cecília Salles Oliveira. In: O museu Paulista da USP e a memória da Independência. Cadernos Cedes, Campinas, v.22, n.58, p.65, dezembro/2002.

¹²⁸ Thomaz Gomes dos Santos. Ata da Sessão Pública da Academia Imperial de 05/05/1864. Apud, Oliveira e Mattos, 1999, p. 79.

agradeça a Vossa Majestade Imperial a honra que se dignou de me fazer vindo pessoalmente, e na augusta companhia de S. M. a imperatriz e de S. A. o Sr. D. Pedro, abrir a exposição do modesto trabalho com que acabo [...] de dar prova do meu patriotismo.

Bem sei, senhor, que não é digna do alto assunto histórico, nem da contemplação de Vossa Majestade, a tela¹²⁹ que ousou expor aos descendentes ou compatriotas de Rafael, Leonardo da Vinci e Michelangelo; se, porém, é sincero que o trabalho nobilita o cidadão eu me sinto altamente honrado de ter concluído uma página destinada a comemorar um dos mais grandiosos feitos do Augusto Progenitor de Vossa Majestade, e ao mesmo tempo o primeiro sopro de vida da nossa pátria saudosa como nação livre e independente.”¹³⁰

Terminada a emocionada fala, o artista foi cumprimentado por todos os presentes, “[...] que com ele se congratularam pelo esplendor daquela festa e pelo êxito da obra exposta; principalmente S.M. o Imperador, que externou a todos a sua alta satisfação pelo mérito da pintura, cujo aspecto pareceu-lhe corresponder escrupulosamente ao fato histórico da Proclamação da Independência política do Brasil” (Oliveira e Mattos, 1999, p.30).

Ao cumprimentá-lo, a rainha da Inglaterra lhe afirmou que “ele se podia ufanar de ter podido concluir aquela página de pintura histórica”¹³¹. Diversas personalidades italianas confessaram a Pedro Américo jamais terem testemunhado a ocorrência, naquela cidade, antiga capital da Itália e das artes, de uma festa artística como aquela.

Consagração! Reconhecimento internacional! A tela havia sido reverenciada na Itália, em Florença, por expoentes do século XIX.

Impacto!

Essa é, sem dúvida, a primeira impressão que se tem ao se adentrar ao salão nobre do Museu Paulista onde, em espaço privilegiado, se encontra a tela pintada por Pedro Américo. Frente ao painel, cai por terra de imediato uma esperada e suposta atitude crítica capaz de responder por um não envolvimento, pela preservação da distância entre o observador e o objeto de estudo e, envolvida pela beleza, pela grandiosidade e pela genialidade da tela de Pedro Américo, vi-me imersa em uma profunda emoção.

¹²⁹ Para me referir ao trabalho de Pedro Américo usarei, repetidamente, o mesmo termo por ele escolhido, tela. Ao me referir à grandiosidade da obra, faço alusão não apenas à beleza, mas também às suas dimensões, 7.60x 4.15.m.

¹³⁰ Alocuções do Dr. Pedro Américo na Referida Inauguração A Suas Majestades e Altezas Imperiais e Reais Presentes à Solenidade. Florença, Academia Real de Belas Artes, 8 de Abril de 1888 (Oliveira e Mattos 1999:28,33,34).

¹³¹ Da Estampa Italiana. Apud Oliveira, 1999, p.30.

Ao analisar a tela, Mattos registra (1999, p.94) que há nela uma “[...] estrutura piramidal de poder, na qual a noção de soberania nacional encontra-se associada à preservação de uma elite política e intelectual, sob a liderança de um soberano decidido e forte e apoiado por um exército poderoso e honrado por vitórias e fiel ao comando dessa elite”. Pautando-se pelos cânones da pintura clássica, Pedro Américo colocou D. Pedro e os cavaleiros que compunham a comitiva, no alto da colina, o espaço da majestade.

Da tela emanam movimentos decididos, ação intensa e apaixonada. Chega-se a ter a impressão de que se é testemunha ocular¹³² da ação em curso. O impacto que, no primeiro momento paralisa, transforma-se em arrebatamento devido à força que emana da composição. As cores e os tons, vibrantes e diversos, a paisagem detalhada, o movimento decorrente de uma ação que a todos envolveu por ser o marco da liberdade – o portal para uma nova era – a expressividade do gesto do Príncipe, a ênfase da resposta da guarda de honra, a respeitosa formalidade da postura dos que acompanhavam D. Pedro, a perplexidade dos tropeiros e do carreteiro, acidentais testemunhas da impactante cena, o gesto enfático do cavaleiro da guarda que, em imediata e veemente resposta ao brado do Príncipe, arranca de sua farda e atira ao chão o laço com as cores de Portugal; ao léu, esse laço é a metáfora maior da tela, o passado que se vai....

O porte dos animais, a serra ao longe, o belo horizonte azul - prenúncio dos novos tempos-, tudo isso torna impossível não se envolver com a história narrada pela tela, da mesma forma que o fizeram os homens da guarda que estão à direita e que surpreendidos pelo gesto do Príncipe correm para o centro da ação, buscando não se retardar, montando apressadamente. Participar era imperioso!

Nesse ponto da bela tela está o registro do eco que paira, soberano, sobre a imagem do alvorecer da liberdade. A resposta ao brado do Príncipe foi de intensa emoção.

O trabalho de Pedro Américo está integralmente perpassado pelo belo!

Contemplando-se a tela com atenção, imergindo-se no conto, embrenhando-se nos meandros da história nela registrada pelos pincéis do grande

¹³² Princípio do testemunho ocular, apresentado por Peter Burke em Testemunha Ocular, 2004. Formulado por Ernest Gombrich, trata-se de uma regra seguida por artistas para representar apenas aquilo que alguém presente em um acontecimento pudesse ter visto.

artista, é possível que se ouçam o tropel dos cavalos, o tilintar das espadas sendo desembainhadas e as vozes dos que a compõe expandindo-se em profunda emoção, corroborando o que havia sido sacramentado no passado imediato, um tempo ainda presente. O brado ecoa – na mais bela parte da tela, o espaço à frente do reservado à majestade - e o eco, mais intenso que o brado, é o registro da urgência dos que estão em estado de surpresa e euforia, daqueles que evidenciam, pela coesão da atitude, pela intensidade e prontidão do movimento e pela comunhão de uma emoção maior, a consciência da oportunidade única que lhes fora reservada: ali estavam, na hora e no local exatos do nascimento do Império do Brasil!

À representação dos cavaleiros da comitiva do Príncipe foi reservada uma atenção significativa pelo pintor, que os registrou - segundo o próprio relato - de forma esplêndida,

“[...] com porte especial dos homens daquele tempo, e em geral dos guardas de honra de D.Pedro (quase todos de estatura alta) um aspecto meio marcial e meio burguês, e um tanto amaneirado à européia; porque a minha tarefa não consistia em representar militares de linha, simples e naturais como parecem os nossos contemporâneos, mas briosos milicianos, alguns dos quais ricos proprietários [...] desejosos de fazer bonita figura na corte do príncipe, porventura vestiam pela primeira vez o brilhante uniforme de gosto anglo-austriaco, que se tornou o traje obrigatório da Guarda de Honra com o aparecimento do decreto de 1º de dezembro de 1822; decreto pelo qual essa guarda patriótica, e até então puramente cívica, foi convertida em corporação militar com atribuições definidas junto à pessoa do imperador, e preeminência entre todos os corpos do Exército”.¹³³

Pedro Américo registrou a reação dos cavaleiros de forma impactante, projetando-os para a posteridade com a ação perpetuada em pleno transcurso, em um estado de suspensão perenizado pela arte, para que outros homens, no futuro, pudessem admirá-la e por ela se contagiar.

Perpetuar o que se havia passado, de forma comprometida com a realidade histórica, mantendo-se alinhado à estética e à beleza para que a arte pudesse cumprir a função de envolver o observador, o que o levaria ao convencimento, foi uma das maiores preocupações de Pedro Américo, que formado pela AIBA, professava o princípio de que o caráter histórico de uma obra era definido pelo compromisso da mesma com a posteridade; de uma obra de arte esperava-se que se encaixasse nesses padrões, que fosse capaz de fixar na memória um fato ou

¹³³ Apud Oliveira e Mello, 1999, p.23.

personagem significativo para a nacionalidade e para a pátria (Squeff, 2004). A missão do artista era narrar a história às pessoas do tempo presente - muitas delas iletradas - e do futuro.

A pintura histórica articula, em sua narrativa, o passado ao presente e projeta para o futuro a mensagem escolhida. A exposição dessas obras ao público, o momento maior, efetivaria a tarefa de instruir e de esclarecer o expectador, gerando um consenso relativo ao discurso sobre o passado, o que seria feito a partir da circulação da mensagem contida na tela.

Um pintor de história posicionava-se na fronteira entre o artista e o historiador, devendo, por isso, dedicar-se a

“[...] empreender um meticuloso trabalho de investigação, demonstrar conhecimento da tradição pictórica, além de ser um exímio retratista e pintor de paisagens, pois nenhum detalhe poderia ser mal representado. Os movimentos do corpo deveriam ser perfeitamente delineados, as expressões faciais comoveriam o observador, o planejamento das roupas pareceria mover-se com a silhueta do corpo, bem como a paisagem, cuidadosamente reconstruída para abrigar os atores da cena como em um palco, com auxílio do recurso do claro-escuro para valorizar a cena principal”.¹³⁴

A paisagem era uma parte essencial no trabalho: ela deveria representar com fidedignidade o local onde o fato histórico se passou; deveria ser de forma tal elaborada que chamasse a atenção do expectador para a cena, jamais se tornando o principal objeto da apreciação; esperava-se que atuasse como coadjuvante, como pano de fundo, legitimando a cena. A meta era fazer com que o observador se sentisse uma testemunha ocular do episódio retratado.

Por isso, e não por acaso, essas obras eram realizadas em painéis, telas de grandes dimensões, o que lhes garantiria a possibilidade de impactar, fazendo com que o observador tivesse a impressão de assistir ao desenrolar do episódio.

A leitura e a composição de narrativas visuais são pontuadas por diversas complexidades. Uma delas, que se relaciona a esse trabalho, é a relativa à elaboração de uma imagem que reproduza a idéia de movimento presente em uma situação dinâmica, em uma única e estática cena: aqui é necessário adaptar o uso do espaço à reprodução do tempo, o que é geralmente feito a partir da escolha do clímax do processo a ser registrado segundo testemunhos da época e de acordo

¹³⁴ Apud Castro, 2005, p.58.

com as intenções que presidiram a decisão da encomenda da obra; nesse caso, o expectador deve ser instruído sobre a condensação efetivada. Para suprir essa demanda, muitas vezes o pintor opta pela produção de um texto explicativo da cena retratada e da sua própria concepção a respeito do episódio, como fez Pedro Américo. Habilitar a compreensão da obra era tão importante quanto realizá-la, pois as imagens são compreendidas como agentes históricos, não apenas por registrar acontecimentos, mas também por influenciar a maneira pela qual os mesmos foram vistos na época e deverão sê-lo no futuro; são indissociáveis de intenções políticas, podendo - e muitas vezes devendo - direcionar a percepção de pessoas comuns, em especial em sociedades pouco letradas.

A pintura histórica, para autenticar o seu lugar de fala sobre o passado, alimentou-se do cuidado extremo de buscar as fontes históricas e de se respaldar por sólida e séria pesquisa documental. Pautou-se por métodos de investigação científica. Era fundamental que fosse representado, o que realmente havia ocorrido, o passado jamais deveria ser distorcido. Esses cuidados conferiam legitimidade a uma obra, permitindo que ela cumprisse seu propósito, o de encantar e instruir.

A pesquisa não só se compunha da observação da região onde o episódio havia transcorrido, mas também de um comprometido levantamento bibliográfico relativo ao assunto. A tela não poderia ser apenas fruto da imaginação do artista, mas o produto final de uma elaboração que se compunha do estudo da região, da entrevista com personagens ainda vivos, de um levantamento bibliográfico e documental. Rigor era a palavra de ordem, o elemento que permitiria a identificação do observador/educando com o evento histórico representado e, por meio do conhecimento absorvido, com o projeto de construção/afirmação da identidade nacional.

A seriedade dos procedimentos que presidiram a realização do trabalho de Pedro Américo valeu-lhe a seguinte crítica do jornal *Corriere Italiano*¹³⁵:

“A ação foi estudada no próprio cenário e habilmente representada com todo rigor histórico [...]. Em resumo, a nova tela de Pedro Américo é uma obra colossal... e que traz o cunho de uma imaginação criadora e de um robusto engenho; qualidades que se manifestam na concepção, no desenho, na verdadeira

¹³⁵Apreciação publicada no jornal *Corriere Italiano*, no dia 26 de abril de 1888, a respeito do quadro de Pedro Américo, exposto em Florença. Apud Castro, 2005, p.61.

reprodução dos tipos e dos costumes locais assim como o cenário onde se passou o fato histórico e que o autor faz representar com tanta robustez de idéia e de execução”.

Mantendo-se fiel a esses princípios, Pedro Américo legou à posteridade o registro do ato fundador do Império e da nação, cumprindo, dessa forma, a missão a que se havia proposto e correspondendo à expectativa dos dirigentes imperiais: fora retomada a projeção da imagem e do significado de D. Pedro I nos moldes em que os saquaremas o fizeram nos anos 60; os mesmos delineados pelas mãos de José Bonifácio, que em 1822 o havia aconselhado a se alinhar à causa brasileira - ao ver dos homens que estavam no seu entorno, alguns dos componentes da parte mais seleta da sociedade, a mais propensa a aceitar a autonomia do Brasil sob a direção de uma dinastia simpática e próxima a ela - o que acabou por alçá-lo à condição de herói e à admiração dos que aspiravam pela liberdade. Relançado como imagem, dessa vez sob belíssima e inquestionável matriz, em meados dos anos 80, quando em um esforço espetacular facções diversas da camada dominante procuravam ressignificar o Príncipe e, por meio dele, o regime monárquico, rememorar e novamente engrandecer o que ele nos legou, o porvir da liberdade. Os dirigentes imperiais procuravam restaurar o registro da propriedade do regime realçando-lhe o legado para justificar-lhe a permanência.

Havia sido mais uma vez rearticulada a relação entre o passado e o presente, metas tanto da AIBA quanto do IHGB, instituições igualmente comprometidas com o paradigma da Ordem; atuavam cumprindo o papel de reconstruir e de narrar o passado nacional de tal forma que a geração dos mais jovens se alinhasse aos parâmetros de progresso e civilização europeus.

Em ambas as instituições havia uma forte preocupação didática: escrita e imagem foram por elas colocadas a serviço do esclarecimento dos cidadãos, “[...] gravando-lhes no espírito as virtudes de uma boa sociedade, ditadas, claro, pela elite do Império [...]” (Castro, 2005, p.63). Desempenhando esse papel, articulando-se ao que fora idealizado pelos dirigentes saquaremas, tendo muitos de seus membros também atuando nos espaços político e burocrático, portanto, individualmente imbuídos dessa mesma concepção, as duas instituições tornaram-se instâncias de controle social por terem se afirmado como “lugares de construção do passado” (Castro, 2005, p.63).

Ensinar o passado por meio de imagens¹³⁶, desempenhando relevante papel no plano da educação, tornando a pena um complemento do pincel - sobre o qual se esperava que sempre fosse mergulhado na inteligência - era a função comum à AIBA e ao IHGB, instituições que se colocaram a serviço de um propósito maior, construindo, por meio das respectivas produções, um passado épico, no qual as grandes vitórias registradas ao longo da história nacional fossem os elementos sobre os quais se constituísse a identidade nacional. Coube a ambas registrar os acontecimentos que tornassem os brasileiros orgulhosos da pátria.

Mas não pararam por aqui os esforços do pintor para a composição de uma imagem apropriada da independência do Brasil na qual também estivessem presentes os ideais de nação delineados ao longo do Segundo Reinado. Ele buscou referências relativas às imagens de Napoleão para delas extrair elementos que consolidassem a imagem de D. Pedro I como herói. Por exemplo, a contraposição da majestade à agitação da tropa, presente na tela de Ernest Meissonier, *A batalha de Solferino*, também está presente no trabalho de Pedro Américo, que ainda transportou algumas qualidades de estadista de Napoleão para o jovem imperador, ainda um estadista em formação.

Trata-se, na verdade, de um teatro de imagens: o expectador “[...] é convidado a participar da cartografia do conto, na qual se move [...]. É desafiado a entrar na história, a aderir ao jogo que se estabelece entre a imaginação do desconhecido e a História do Brasil [...]”¹³⁷. Frente à tela, o observador - de qualquer temporalidade - se insere em um espaço de forte apelo cenográfico e se defronta com figuras que povoam a imaginação dos brasileiros desde a proclamação da independência e que, portanto, estão sintetizadas em conteúdos simbólicos capitais.

Pedro Américo pintou o que a sua pena havia deixado registrado¹³⁸. A eloqüente tela encanta e surpreende pelas dimensões, pelo espaço em que se situa no museu, pelo vigor expresso pelos firmes gestos do príncipe e da guarda.

¹³⁶ Por isso a pintura histórica foi o elemento central da relação entre a Academia e o Império.

¹³⁷ A expressão teatro de imagens aparece na Introdução do livro *O Brasil dos Viajantes*, editado pela Fundação Odebrecht em 1994; reporta-se a uma convocação ao expectador de uma obra para que ele partilhe da história por ela apresentada devendo funcionar como um verdadeiro estímulo para que tal ocorra. Dessa forma, o observador se comunica com o objeto retratado, pela imaginação, e a utiliza como instrumento para acessar o saber.

¹³⁸ Por oportuno, cabe a referência a que Pedro Américo escreveu e publicou *O Brado do Ipiranga* em 1888, com a preocupação de se esforçar “[...] por ser sincero reproduzidor das faces essenciais do fato [...]”. (Pedro Américo; Florença, 31 de janeiro de 1888). Cumpria, dessa forma, um dos

Houve a preocupação de procurar registrar o passado tal como ele havia transcorrido; por isso o quadro detalha, com precisão, o relato do padre Melchior Pinheiro Ferreira, testemunha ocular dos acontecimentos que transcorreram no Ipiranga no dia 7 de setembro de 1822, crônica pautada pela simplicidade e pela objetividade (Oliveira, 2002, p. 67) que se tornou registro fundamental na conformação da memória da proclamação da independência, conferindo relevância à data e ao lugar e atribuindo caráter heróico ao autor do brado.

Essa versão ganhou status de acontecimento histórico inquestionável a partir da publicação da História dos Principais Sucessos do Império do Brasil, elaborada por José da Silva Lisboa a pedido do Imperador; obra composta por quatro tomos, publicada entre 1827 e 1830 e que se tornou fonte de consulta e referência histórica inquestionável para os que se debruçaram sobre este tema, inclusive Pedro Américo, cuja obra se tornou a representação emblemática do episódio do Ipiranga. Silva Lisboa construiu seu texto pautado por uma linearidade presidida pela inevitabilidade da separação, ressaltou a atitude de D. Pedro e as qualidades do mesmo, “[...] figura talhada desde a infância para ser um monarca constitucional e que por suas qualidades individuais fora capaz de intervir na escrita da história e de determinar a ruptura com o reino europeu sem que, segundo o autor, a continuidade institucional fosse quebrada [...]” (Oliveira, 2002, p.69). Na obra de Lisboa, todo o espaço da política é ocupado pela figura do jovem imperador.

A narrativa do padre, simples e objetiva (Oliveira, 2002) se concentrou no momento em que D. Pedro e seus companheiros de viagem se encontraram com os mensageiros provenientes do Rio de Janeiro e procurou fixar a reação do Regente às ordens das Cortes e às notícias do Rio de Janeiro.

Pedro Américo relata que D. Pedro partiu da Corte para a Província de São Paulo no dia 14 de agosto para resolver questões concernentes à reconstrução da

maiores preceitos da pintura histórica, o que exigia o respeito à verdade e à reprodução das faces essenciais do fato .a ser estudado e registrado pelos canais da arte. Afirma nosso pintor que a não ser em circunstâncias “[...] acidentais, em que foi aconselhado e guiado pelo raciocínio, e em muitas figuras que não podem ser retratos, foi a pintura rigorosamente inspirada na realidade, tanto quanto se pode inferir do insuspeito testemunho de diversos presenciadores do fato, entre os quais o primeiro comandante, [...] que ainda se recordam daquela venerável tarde e me narraram minuciosamente [...] tudo quanto os impressionou; e finalmente de ilustrados historiógrafos e outros escritores, os quais, além de me ofertarem seus escritos especiais acerca do assunto, comunicaram-me [...] os documentos originais em que se basearam”. Apud Oliveira e Mattos, 1999, p.21.

ordem pública sendo, dado o sucesso de sua missão, recebido solene e festivamente na capital da Província, “[...] com esplêndida demonstração de regozijo [...]”¹³⁹; a estada em São Paulo foi pontuada por atos administrativos ainda relativos ao restabelecimento da ordem pública. No dia 5 de setembro, o Príncipe foi a Santos e retornou à capital, chegando à colina do Ipiranga às 16.00 horas. Foram dadas instruções à guarda de honra para que ela precedesse D. Pedro e o esperasse às portas da cidade; poucos foram os cavaleiros que permaneceram com o Príncipe, entre eles, o padre Melchior. Seguindo as ordens recebidas, a guarda desmontou próximo a um casebre, às margens do riacho, para lá aguardar o Regente.

Aproximando-se desse local, D. Pedro percebeu a chegada de dois cavaleiros provenientes do Rio de Janeiro, portando despachos que lhe seriam entregues: tratava-se de quatro decretos das Cortes, uma carta de D. João VI, uma carta de D. Leopoldina e outra, de José Bonifácio.

Prossegue Pedro Américo com o seu relato:

“Apenas as leu, como que concentrou-se D. Pedro num desses pensamentos cuja impetuosa evolução mal cabe no curto lapso do tempo que medeia entre dois instantes quase consecutivos da mesma impressão moral. Depois olhou para seus companheiros de viagem e disse comovido: “Tantos sacrifícios pelo Brasil... e entretanto não cessam de cavar a nossa ruína!”. Conta-nos o artista que o jovem príncipe prosseguiu com a fala perpassada por profundas emoções; “..Então expande a fisionomia, acende o brilho dos olhos, e, como se houvera descoberto o talismã da futura grandeza da sua pátria adotiva, puxa pela espada e grita resolutamente: *“Independência ou Morte!”*”¹⁴⁰ A ação que se desenrolou a partir desse momento é intensa e muito rápida, na medida em que todos os membros da comitiva estavam imersos em profunda surpresa: “O guarda de honra Miguel de Godoy (...) que estava de sentinela à porta da casa rústica, vendo assomar D. Pedro no alto da colina, alerta os camaradas, “aos quais escasseia o tempo de montarem todos a cavalo porque Sua Alteza Real...” apressa-se em clamar pelo primeiro comandante de sua guarda “(...) e excluir aos cavaleiros que o

¹³⁹ Mello. Apud Oliveira e Mattos, 1999, p.16.

¹⁴⁰ Pedro Américo (apud Oliveira e Mattos, 1999:17) Acrescenta-se que o Príncipe não deixou, na carta dirigida aos paulistas, escrita no dia 8 de setembro, nenhum relato do que ocorreu. A expressão “Independência ou Morte” não foi apenas retórica, estava impregnada de pragmatismo: havia o risco de guerra civil (Oliveira e Mattos, 1999).

rodeiam, pondo-se em forma tanto quanto lhes permitiam a rapidez do fato e a impropriedade do terreno” (Oliveira e Mattos, 1999, p.17).

Um brusco movimento de aproximação tomou conta da guarda que, já no entorno daquele que deflagrou a ação, escutou a fala que lhe era dirigida e, mais do que isso, participou da ação para a qual havia sido convocada.

A grandeza do trabalho de Pedro Américo também reside nesse ponto: passa-se da leitura do texto por ele elaborado para a contemplação da tela mantendo-se uma linearidade de percepção. Tela e texto repetem-se ao gravar para a posteridade a mesma mensagem. A perfeição do registro permite que, ao se contemplar a bela obra, seja possível se reconstituir a cena tal qual o padre a havia descrito. Possibilidade emocionante e motivadora acessível aos homens que testemunharam a inauguração do painel em Florença, a colocação do mesmo no salão de honra do Museu Paulista; possibilidade igualmente disponível a todos aqueles que têm a oportunidade de admirá-la.

Para que tal precisão fosse alcançada, Pedro Américo tomou por base fontes fidedignas e fez duas visitas a São Paulo, momentos em que visitou o sítio histórico em companhia de uma testemunha do momento, o barão de Ramalho, presidente da Comissão do Monumento que ali se erigia, em cuja presença desenhou por diversas vezes a região; visitou e efetivou pesquisas na Biblioteca Nacional e no IHGB.

Houve outros cuidadosos requintes: Pedro Américo foi agraciado pelo Visconde de São Januário, ministro da Guerra de Portugal, com um minucioso trabalho de desenho e texto, coordenado e redigido pelo general Cláudio de Chaby, no qual,

“[...] além de uma excelente coleção de figurinos militares portugueses destacados para o Brasil desde 1815 até 1823, cuidadosamente desenhada e colorida [...] e de algumas fotografias policromas de condecorações e medalhas da época, encontram-se preciosas indicações literárias acerca de particularidades de grande valor para a inteligência do assunto, considerando sob os aspectos materiais”.¹⁴¹

Apesar de envolvido com cuidados expressivos para consolidar um registro pautado pela realidade, Pedro Américo deixa claro em seu texto que esta

¹⁴¹ Pedro Américo (apud Oliveira e Mattos, 1999, p. 23).

“[...] inspira, e não escraviza o pintor. Inspira-o naquilo que ela encerra digno de ser oferecido à contemplação pública, mas não o escraviza [...]” (apud Oliveira e Mattos, 1999, p. 19). Pedro Américo aprofundou os seus cuidados em respeitar a verdade histórica, registrando os relatos ouvidos, as visitas ao local, a observação de objetos, a pesquisa na Europa, onde foi buscar esclarecimentos e onde pode confirmar tê-los encontrado de nível bastante significativo, aí incluindo-se “cartas e memoriais contendo particularidades de incontestável valor para a pintura” (Oliveira, 1999, p. 23); buscou, também, retratos dos que estiveram na colina. Contudo, uma preocupação deve perpassar todo o trabalho do artista, que deve ser “[...] dominado pela idéia da impressão estética que deverá produzir no espectador a sua obra” (Oliveira e Mattos, 1999, p. 21). O pintor deve se pautar pela busca do belo, do que impacta por que encanta, e que por isso se sobrepõe à passagem do tempo, preservando, ainda, a sua capacidade de convencimento.

A tela foi pintada em Florença, entre 1886 e 1888, tendo-se tornado a mais divulgada representação iconográfica do ato da proclamação da independência, a criação artística mais arraigada no imaginário social dos brasileiros, a ponto de se constituir em parte integrante de nossas lembranças culturais tanto quanto o episódio que, com sucesso, procurou perpetuar.

Na década de 1920, Afonso de Escragnolle Taunay, diretor do Museu paulista e componente da comissão formada pelo governo do estado de São Paulo para escolher o monumento a ser levantado para a comemoração do centenário da independência, ao manifestar a sua escolha a favor da proposta vitoriosa de Ettore Ximenes, justificou-se da seguinte maneira:

“[...] O projeto que a meu ver, indiscutivelmente, sobressai em intensidade de devoção nacional, [...] é o do senhor Ettore Ximenes. Sua lembrança de transportar para a escultura a idealização do quadro de Pedro Américo parece-me um achado absolutamente feliz [...] .Popular como é - e merece sê-lo - a grande e bela tela de nosso ilustre artista, não haverá brasileiro algum que de longe deixe de reconhecer no monumento [...] uma representação da cena majestosa de 7 de setembro de 1822”.¹⁴²

Deve-se ler esse depoimento à luz do que Taunay e muitos outros historiadores reconheceram e consagraram como sendo o diferencial da tela de Pedro Américo: a capacidade de proporcionar o imediato reconhecimento do que

¹⁴² Apud Oliveira, 1999, pp. 64-65.

ocorreu às margens do Ipiranga no dia 7 de setembro de 1822, tendo-se tornado um valioso documento não apenas da arte brasileira do final do século XIX, mas por excelência, o registro de uma cena carregada de significado capital”. (Oliveira e Mattos, 1999, p. 65). Atribuía-se à tela não apenas o status de produção simbólica, mas o de “[...] visualização verossímil e fidedigna da história, como se o artista em lance de inigualável inspiração, sensibilizasse o expectador a experimentar a “realidade de um evento transcorrido na época distante e que, de acordo com interpretações históricas correntes naquela ocasião, guardava enorme significado”.¹⁴³

A integralidade do projeto nos remete ao século XIX, bem como os motivos que presidiram a decisão do local da pública e permanente exposição da tela. Pedro Américo a idealizou para o lugar de honra de um palácio que vinha sendo erigido ao longo dos anos de 1880 no sítio histórico em que a independência fora proclamada, para marcar em definitivo o local e para celebrar o episódio, data maior do Império, em conjunto com a data da Constituição; assim seriam rememorados a independência e, ao mesmo tempo, o início da obra política da construção do Estado Nacional e da Monarquia Constitucional, processos concomitantes.

Na segunda metade do século XIX a questão da constituição da memória da independência ganhou um porte vultoso devido à concretização de projetos para a construção de monumentos dedicados a imortalizar o 7 de setembro e a figura do primeiro imperador, o marco fundador da nação e aquele a quem o Brasil devia o desbravamento de um novo horizonte. Ao longo dos anos de 1860 e de 1880, registros e relatos orais foram organizados para que perdurassem e fossem resgatados do esquecimento. Inserem-se nesse espaço, a estátua equestre e o projeto do Monumento do Ipiranga.

No século XIX os monumentos tiveram significativa importância para a construção e para a consolidação da memória nacional; tidos como fruto de uma ação deliberada de segmentos políticos específicos que desejavam registrar, para resguardar para a posteridade um feito relevante e o que o havia presidido, bem como poderes e saberes relativos às origens da nação que poderiam estar em risco

¹⁴³ Op. cit. p. 65.

devido à complexidade da própria evolução da história e dos decorrentes embates políticos.

Elementos dessa ordem também estiveram em pauta por ocasião da construção do Museu do Ipiranga, marco imaginário do ponto do qual nação se originou, projeto que se estendeu, da idealização à construção, de 1885 a 1890. O edifício-monumento foi erguido em um período em que se acentuava o desgaste do regime monárquico, em que se avolumavam os debates relativos à escravidão, ao centralismo administrativo, ao Poder Moderador, às questões da cidadania, em que se projetavam as mensagens dos republicanos; foram, também, tempos de tensões intra-partidárias.

Tratava-se de um projeto do Partido Conservador, o que garantiu ao edifício-monumento proporções únicas, capazes de torná-lo veículo de projeção para o futuro de uma mensagem que resguardasse a concepção de independência traçada pelos conservadores pela via da sensibilidade e da eloquência: concretizava-se, assim, mais um esforço para a consolidação da memória do 7 de setembro, de D.Pedro I e do regime monárquico como elementos afirmadores da liberdade legada aos brasileiros sob o paradigma da Ordem.

Os Conservadores dos anos de 1880, herdeiros dos mentores e gestores do projeto político-civilizatório delineado para o Império pelos Saquaremas, procuravam se sobrepôr ao inexorável desgaste do tempo e às diversas interpretações e reivindicações que pontuavam o ambiente político e buscavam mais uma vitória: tratava-se de nova reafirmação da memória oficial sobre a independência, o Império e sobre D.Pedro I.¹⁴⁴

As perspectivas da utilização de imagens diversas pelos historiadores têm horizontes mais amplos do que a possibilidade de operá-las como simples ilustrações. Elas permitem preciosas contribuições ao estudo e à compreensão do passado, pois nelas estão registradas informações acessíveis a um número maior de indivíduos, quer se considere a questão dos iletrados, quer se ressalte a capacidade de influenciar - e mesmo de determinar - uma leitura; constituem-se, por excelência, em um recurso de memória: sendo o espaço “institucionalizado” para a representação de heróis, potencializaram a possibilidade de divulgação da

¹⁴⁴ O ideal dos Conservadores a respeito do edifício resguardar “o fato independência” foi dotado de sucesso: ainda hoje é o espaço de maior afluência no dia das comemorações relativas ao 7 de setembro.

mensagem desejada e lhe garantiram a permanência, mantendo articulado o diálogo entre o passado e o presente.

Le Goff (2003, p. 525) nos ensina que “[...] a memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos [...]”, ambos suportes de memória coletiva, essenciais para que a história, entendida como conhecimento do passado, sobreviva. Procede-se, dentro desse imenso universo, a uma criteriosa seleção definida pelas forças no momento atuantes e pelos historiadores a elas ligados.

Retoma-se a idéia de Paul Zunthor¹⁴⁵: selecionar pressupõe fragmentar; significa efetivar uma triagem, processo do qual emergirão tanto o que será salvo do esquecimento, quanto o que a ele será legado. Fraciona-se para registra e para preservar para o futuro. Zunthor abriu uma nova vertente para se pensar a relação entre monumento e documento¹⁴⁶ e consolidou que o elemento que transforma o documento¹⁴⁷ em monumento é a sua utilização pelo poder.

A serviço desse poder colocaram-se em conjunto - conforme considerações já tecidas - a AIBA e o IHGB, e o vínculo existente entre eles ressalta o caráter do oitocentos no Brasil, designado como um tempo de pensar com a história¹⁴⁸. Ao mesmo tempo em que a História emergia como disciplina, o que também fora estimulado pelo Imperador como elemento componente das articulações que lhe garantiriam os mecanismos de convencimento essenciais para a direção saquarema, tornaram-se mais numerosas as produções a ela relacionadas.

Os trabalhos do artista e do historiador encontravam-se engajados, comprometidos com a construção de uma memória e de uma identidade nacionais vinculadas ao projeto político-civilizatório do Império, que também compreendeu a instrução pública, a organização de expedições científicas, a produção de livros de História, elementos tidos como ferramentas de convencimento, a pena e a tinta com as quais a ordem seria inscrita nas almas dos súditos do Império.

¹⁴⁵ Cf. Paul Zunthor. Poesia, Tradição e Esquecimento. Folha de São Paulo, 17/08/1988.

¹⁴⁶ Zunthor propôs que se diferenciassse os *monumentos lingüísticos* (os que têm a intenção de edificação, entendida quer como a edificação de um prédio, quer como edificação moral), dos *simples documentos* (os que respondem às demandas da intercomunicação corrente). (Folha de São Paulo, 17/08/88. Poesia, Tradição e Esquecimento).

¹⁴⁷ Considera-se documento, nesse trabalho, segundo a definição de Lê Goff, como um “[...] produto de uma sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder” (apud Burke, 2003, p. 536).

¹⁴⁸ Carl Schnonske, (apud Castro, 2005).

A força dessas imagens perpassou o século XIX, entranhou-se no século XX e continuou agindo no sentido de consolidar conhecimentos relacionados ao passado do Brasil; expostas nos museus, reproduzidas nos livros de História, reconstituídas em filmes, estudadas em trabalhos acadêmicos, o processo de registro dessas imagens se multiplicou e se aprofundou com a passagem do tempo.

Trata-se da permanência da expansão para dentro.

3.2. A tecitura da memória

A Academia Imperial de Belas Artes e o Projeto da Direção Saquarema

“No Parlamento, nas casas, nos pasquins e até mesmo nas ruas e praças públicas, aqueles que pretendiam dirigir os destinos de uma sociedade que julgava ter completado sua emancipação da tutela metropolitana, expunham suas idéias e programas, procuravam viver seus sonhos e utopias, expressavam seus temores e angústias. Servindo-se de imagens e conceitos cunhados em países distantes, buscavam referências para a compreensão do quadro em que se moviam, assim como procuravam ser semelhantes às nações que se apresentavam como portadoras de uma civilização. Ao lado dos que pretendiam dirigir, e até mesmo por vezes dos demais que suportavam o peso de uma dominação, não se envergonhavam de recorrer à força que insistiam em monopolizar como recurso para restaurar uma ordem que entendiam como justa, mas que insistia em lhes escapar”¹⁴⁹.

Uma das tarefas primordiais a ser efetivada pelos homens que se empenharam na construção do Estado imperial, foi a da definição de uma identidade nacional. O Brasil acabara de se tornar um corpo político autônomo e era fundamental que se distanciasse dos signos de um passado colonial ainda muito recente, em que os que aqui nasciam eram tidos como portugueses americanos, o que evidenciava um conjunto de valores pertinentes a um outro espaço sócio-político-cultural, matriz de referências vistas como impróprias após a independência. Moveram-se, os articuladores da independência, pelo desejo de elevar o recém fundado Império ao padrão das nações reconhecidas como civilizadas e para tal, e não por falta de originalidade, buscaram inspiração na Europa, em especial na França, onde o conhecimento se sobrepunha ao âmbito dos interesses particulares ou de grupo, e se colocava a serviço da recém formada nação.

¹⁴⁹ Mattos, 1994, p. 1

Trabalhando no universo do Tempo Saquarema, faz-se pertinente, ainda mais uma vez, efetivar o registro da intensa relação entre o Estado imperial, a classe senhorial e o seletto conjunto dos dirigentes saquaremas que “[...] por meio de uma ação estatal exercem uma direção intelectual e moral” (Mattos, 1994, p. 3). Defrontamo-nos com a concepção do Estado ampliado, que se confunde com o governo, com os diversos órgãos que compõe a estrutura administrativa, com a boa sociedade que os dirigentes saquaremas conformavam e civilizavam enquanto eles próprios também se depuravam e se aperfeiçoavam. Civilizar e se auto-civilizar, dar uma direção relativa aos costumes, aos padrões de comportamento, aos princípios estruturais sobre os quais essa nascente sociedade deveria se erigir, os referentes à Ordem e à Civilização, essa era a enorme tarefa a que esses homens convictamente se dispuseram. Todos os que participaram desse empreendimento chamaram a si a responsabilidade exclusiva de um complexo trabalho, monopolizaram uma sofisticada e trabalhosa missão que perdurou enquanto essa direção pontificou soberana¹⁵⁰, o que lhes demandou esforços de natureza verdadeiramente artesanal: compuseram, com fios de matrizes diversas, o tempo do qual se tornaram os senhores.

Registre-se, também, que não nos reportamos a indivíduos provenientes estritamente do universo político; saquaremas foram todos aqueles que comungaram do ideal de construir nos trópicos, sob o regime monárquico, uma nação reconhecidamente depositária e herdeira legítima das tradições européias. Mattos (1994, p. 3) nos diz quem são eles: os que compunham a burocracia imperial, aí inseridos ministros de Estado, juízes, deputados e senadores, proprietários rurais de todos os cantos do Império, bispos e conselheiros; mas havia ainda professores, jornalistas, escritores, médicos, enfim, “[...] um conjunto unificado pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão” (Mattos, 1994, p. 4). Temos, ao lado de Paulino José Soares de Souza, Eusébio de Queirós, José Joaquim Rodrigues Torres, Honório H. Carneiro Leão, Bernardo Pereira de Vasconcelos, J.J.da Rocha, homens como José de Alencar, Pedro Américo, Manoel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo, Gonçalves Dias, que se empenharam integralmente na

¹⁵⁰ Mattos delimita o que se denomina Tempo Saquarema, em um sentido bastante estrito, do final dos anos de 1830 ao início dos anos de 1860 (1994, p. 240).

construção de um padrão civilizatório. Tanto quanto os primeiros, os segundos também foram movidos por um ideal que se transformou em solene missão.

Figura exponencial desse grupo de homens, Manoel de Araújo Porto Alegre tinha convicção de que era essencial refinar os costumes da nova nação pela incorporação a ela do racionalismo europeu (Squeff, 2004). Ao defender essa tese, Porto Alegre acabou por propor dois caminhos distintos e não excludentes: a Europa nos serviria de modelo ao mesmo tempo em que deveria ser buscada uma suposta “essência” brasileira, o que ao ser aprimorado, dotaria o Império de uma identidade específica, permitindo-lhe progredir.

Esses homens, formados sob a experiência cultural européia, tinham premência de definir padrões e valores que fossem pertinentes aos aqui nascidos, bem como aos que se haviam identificado com a causa brasileira. Grupo seletivo, esses homens ilustrados, íntimos das concepções pautadas pelos ideais de Progresso e de Civilização - as aspirações maiores a serem incessantemente perseguidas e consolidadas - chamaram a si esta elevada missão articulando-se, para que tal meta fosse atingida, às demandas políticas do Estado Imperial.

Tiveram atuação concomitante nos planos da política e das artes; estas, colocadas por eles a serviço da primeira, o que pode lhes permitir uma unidade de ação, elemento crucial na medida em que almejavam a constituição de um projeto para o Império, projeto que tinha no plano das artes um dos seus mais importantes eixos, devido à possibilidade de se afirmar pelo enlevo, desdobramento imediato do belo.

A propósito dessa coerência, Squeff (2004, p. 94) se reporta à “Advertência” que foi apresentada no início do periódico *Nitheroy*¹⁵¹.

“As ciências, a Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria, e enchem de glória e orgulho os povos, que as cultivam, não serão negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se a simpatia geral para tudo que é justo, santo, belo e útil, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização, e tocar ao ponto de grandeza, que a Providência lhe destina”.

Era essencial definir quem eram os brasileiros e, feito isso, conformá-los, inscrevendo-lhes nas almas, por meio da constituição da memória do Império,

¹⁵¹ O projeto desenvolvido pela *Nitheroy*, bem como o da *Minerva Brasiliense* – segunda revista do grupo de Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães e Torres Homem, para as artes e para as letras – pautou-se nos ideais da Ilustração, a base de um projeto civilizatório de grande amplitude.

elementos que evidenciassem os pertencimentos e os valores elencados, padrões de comportamento regidos pelos parâmetros da civilidade. Única das nações americanas a se constituir sob o regime monárquico, o Brasil deveria se tornar, a partir da consciência e da ação dos dirigentes imperiais, o herdeiro dos padrões europeus centrados no esclarecimento.

Cada componente dessa geração de homens refinados pelo conhecimento teceu a própria trajetória vinculando-a à da nação e, sob essa perspectiva, projetou como tema de expressiva relevância o momento da independência, naturalmente dotado de apelos intrínsecos que o fizeram ocupar o espaço central das preocupações intelectuais por um amplo período. Essa geração se incumbiu de completar, atuando no plano simbólico-cultural, o processo de emancipação política.

Esses homens trabalharam no plano do convencimento para escrever e inscrever nas mentes dos brasileiros a história do Império¹⁵², fundar e consolidar a memória relativa ao novo corpo político. Realizavam um duplo empreendimento: enquanto desenvolviam uma tarefa de elevado espectro, legitimavam suas existências individuais e as do grupo.

Essa elite letrada primava pela erudição: tinha vastos conhecimentos literários e um bom domínio do francês e do latim; eram políticos, funcionários públicos, magistrados; bacharéis por Coimbra, São Paulo ou Olinda; médicos pela Bahia ou pelo Rio de Janeiro. Tendo tido formação pautada por um único conjunto de valores que acabou por lhes dar profunda coesão e referencial homogeneidade, atuaram professando, projetando e instalando os mesmos paradigmas no seio da boa sociedade. Reuniam-se ao redor do Paço, ocupavam funções relevantes na burocracia e na política; sempre estiveram convictamente comprometidos com o processo de consolidação do regime monárquico; foram, também, elementos centrais do projeto de construção da Ordem, com o qual se encontravam tão convictamente envolvidos que se converteram em agentes relevantes do pioneiro projeto expansionista por eles próprios delineado, a expansão para dentro, contribuindo para a consolidação da mesma por meio da

¹⁵² Nesse momento despontou com expressividade a elaboração de biografias, essenciais em um jovem país desprovido, ainda, de história própria. Havia nelas um caráter didático-pedagógico: projetavam-se elevados valores e feitos dignos de registro, com a preocupação de deixá-los como acervo para as gerações futuras, ao mesmo tempo em que se incrementava o trabalho de construção de uma memória nacional.

expressão de suas convicções e das atuações a elas integradas, nos seus respectivos campos de trabalho.

Squeff (2004, pp. 57-83) deixou registrado que em 1850 55% dos deputados eram funcionários públicos e representavam, na Câmara, o governo ao qual serviam e não a sociedade da qual provinham e que os havia escolhido¹⁵³. Tendo participado de instituições culturais diversas, eles potencializaram o seu campo de ação, efetivando os registros dos princípios difundidos pelo regime monárquico no espaço literário, o que contribuiu para a maior divulgação dos mesmos. Tinham consciência de que eram portadores de uma elevada missão, “...vinculada às artes e à literatura, cabendo-lhes atuar no Império de modo a dotá-lo, simultaneamente, de uma identidade e de uma alta cultura”.(Squeff, 2004, p. 59).

Os dirigentes saquaremas que se constituíram e se consolidaram - a si próprios ao mesmo tempo a que aos seus princípios - em concomitância com o processo de formação do Estado e da sociedade imperiais e de constituição da identidade nacional-, testemunharam o triunfo da obra por eles idealizada. Movidos pelo idealismo – e também por interesses – contribuíram para a enunciação e para a afirmação dos paradigmas que deram sustentação ao Brasil como corpo político independente e delimitaram uma cultura brasileira.

Nascidos no solo do Brasil, e não, segundo Porto Alegre, “[...] dentro de uma bolsa de dinheiro [...]” (apud Squeff, 2004, p. 62) esses homens, premidos pelas necessidades de prover a subsistência, reconheciam que por serem filhos dessa terra, estavam aptos a “[...] fazer todos os sacrifícios (que pudermos), porque é nosso dever e nossa obrigação”¹⁵⁴; lumes da sociedade do oitocentos, conscientes de que desempenhavam uma elevada missão de cujo desenvolvimento o Império dependia para progredir, brasileiros orgulhosos de sua condição¹⁵⁵ e da missão que abraçaram, cumpriram-na como o mais sagrado dos deveres; transitaram por espaços diversos, como o Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Paço Imperial e, por isso, suas vozes foram ouvidas nos campos da história, da literatura, do ensino e na publicação de periódicos.

¹⁵³ É também relevante o comentário de Quintino Bocaiuva a esse respeito: “O funcionalismo público e a carreira política, eis os dois grandes respiradouros abertos à inteligência nacional”.(apud Squeff, 2004, p.83)

¹⁵⁴ Porto Alegre, (apud Squeff, 2004, p. 62).

¹⁵⁵Squeff (. 2004.61) deixou registrado que “quase toda a produção literária vinha acompanhada da alcunha “brasileiro”.

Privando da proximidade do Imperador – ele, também, inteiramente envolvido no projeto da construção de uma identidade nacional, passível de ser efetivada por meio das letras, das artes e das ciências – Porto Alegre defendeu a idéia de que a construção dessa arte peculiar ligava-se muito menos a um estilo e muito mais a um elenco de temas, entre os quais deveriam pontificar a natureza brasileira e a história do Brasil, entendida como o desdobramento do projeto civilizador da monarquia. A brasilidade, entretecida com as recém criadas tradições – ainda em fase de afirmação – deveria ser o mais destacado traço das feições do Império.

Burke desenvolveu a idéia de que a sustentação de um regime monárquico se apoiou, em grande parte, no universo imagético por ele construído sobre si próprio, pois o poder real deriva, se afirma e se projeta a partir da elaboração de uma propaganda de caráter persuasivo¹⁵⁶. Está dito que imagens jamais foram produzidas ao acaso; tendo sido sempre elaboradas para comunicar mensagens, contar histórias, projetar valores, afirmar exemplos, enfim, servir a uma finalidade maior; sondam e refletem níveis profundos de experiências e de expectativas, o que leva muitos historiadores a se debruçarem sobre os testemunhos delas advindos, bem como sobre o dos monumentos, pois de ambos é possível a obtenção de relevantes testemunhos de etapas passadas do desenvolvimento, não só das sociedades, mas do próprio espírito humano, constituindo-se em verdadeiros portais que nos permitem o acesso às épocas passadas que nos propomos a analisar.

Se formos mais específicos, voltando as atenções para uma categoria artística em especial, a pintura, constataremos que ela oportuniza a leitura de níveis diversos da História, pois nela há registros que possibilitam o conhecimento e a compreensão das práticas, das artes e das nações¹⁵⁷, o que a torna tão cara aos dirigentes, em diversas temporalidades. Por isso, inúmeras vezes em épocas diversas, os que detinham o poder lançaram mão de uma abrangente gama de evidências inerentes às imagens para constituir um conjunto de valores, elementos essenciais em um projeto de direção política.

¹⁵⁶ Cf. Oliveira e Mattos, 1999, p. 80.

¹⁵⁷ Peter Burke, em *Testemunha Ocular* (2004, p. 13) se refere a esta colocação de Haskell. Cabe, também, elucidar que a sustentação teórica relativa à produção e à interpretação de imagens, presente nesta parte do capítulo, repousa sobre o referido autor.

Imagens exprimem projetos estéticos complexos e, pela fabulosa capacidade de gerar encantamento, de impactar, de sensibilizar e de perenizar mensagens constituem-se no melhor dos veículos de que se podem servir os que desejam projetar para a posteridade o significado de uma obra efetivada.

A produção de imagens, a divulgação de mensagens, a consolidação do poder, a associação do governante à sociedade, tudo isso se reporta à questão de que com a chegada da Corte, em 1808, iniciou-se para o Brasil um novo tempo de mais amplos horizontes, e que como desdobramento natural dessa situação, foi necessária a construção de uma simbologia cujo objetivo “era legitimar a nova imagem do Império português” (Oliveira e Mattos, 1999, p. 80). Foi dentro desse contexto e sob essa ótica que aportou no Brasil, em 1816, a Missão Francesa, tendo-lhe sido delegada a formação de arquitetos, artesãos e artistas cujos trabalhos engrandecessem o regime monárquico e o Príncipe¹⁵⁸.

A Missão Francesa marcou, de forma intensa e definitiva, a produção artística brasileira; posteriormente a AIBA, que nasceu em 1826¹⁵⁹ e se desenvolveu como um projeto político-estético, se tornou um dos órgãos fundamentais na legitimação do regime monárquico.

Sob os governos de D.João e de D.Pedro I a AIBA não conseguiu desenvolver efetivamente um projeto de produção de imagens associado às necessidades políticas então vigentes.¹⁶⁰

Mas tudo mudou sob o governo de D.Pedro II, o jovem imperador que recebeu uma esmerada educação pautada em moldes europeus, o que lhe permitiu a percepção da importância do papel a ser desempenhado pelas artes no processo de construção do imaginário nacional e o imediato e entusiasmado envolvimento com esse processo, pois ainda que tendo subido ao trono muito jovem, assumiu a condução dos rumos do Império e tomou como encargo pessoal o estímulo ao desenvolvimento de instituições cujas ações se consolidassem a serviço desse ideal, tendo delas participado ativamente. Em 1831, foram aprovados novos

¹⁵⁸ Cabe fazer referência a que o potencial político de uma academia brasileira foi um dos maiores estímulos para D.João ter assinado o decreto da criação da mesma (Mattos, 1999).

¹⁵⁹ Em 1816 foi criada a Academia de Bela Artes, que em 1826 se tornou a Academia Imperial de Belas Artes.

¹⁶⁰ Mattos (Oliveira e Mattos, 1999, p. 81) se refere a expressivos problemas internos, como por exemplo, as mortes de Lebreton e do Conde da Barca, este, protetor do primeiro diretor da Academia, Nicolas-Antoine Taunay, que foi afastado do cargo por Henrique José da Silva, português que assumiu a direção da instituição e que obstaculou, ao extremo, a atuação da academia como uma instituição de ensino.

estatutos que continham duas condições essenciais para a concretização dos encargos da Academia: D. Pedro II se tornou seu protetor perpétuo e a AIBA foi diretamente colocada sob responsabilidade do Ministro do Império, presidente do corpo acadêmico. Finalmente a Academia tornara-se um órgão do Estado.

Outro elemento que convém ser considerado, no domínio da efetivação desse projeto político-cultural, é a relevância dada à instrução pública, considerada elemento essencial para que o Império vivesse o processo de evolução que o tornaria um espaço afeito à civilização, também colocada sob responsabilidade do Ministro do Império, pasta que, dada a crescente diversidade de assuntos que lhe concerniam, teve a sua importância acrescida (Mattos, 1994). Estabeleceu-se, então, uma dupla ação do governo sobre os cidadãos, cabendo-lhe prover a educação, que se concentrava na difusão de disciplinas e de conceitos positivos, e a instrução, responsável pela divulgação de princípios éticos e morais e de valores privilegiados.

Mattos nos esclarece a respeito da relevância do binômio educação/instrução para a concretização do projeto saquarema:

“Educar tornava-se, pois, a ação por meio da qual cada um dos alunos deveria adquirir os princípios éticos e morais considerados fundamentais à convivência social, aderindo de modo consciente ao espírito de associação. Era assim o complemento de instruir, que propiciava a cada indivíduo os germes de virtude e a idéia dos seus deveres como homem e cidadão. Instruir e educar eram, em suma, uma das maneiras - quiçá a fundamental - de fixar os caracteres que permitiriam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil, assim como aqueles que lhe eram estranhos, para além da fria letra do texto constitucional”.¹⁶¹

Portanto educar, para os dirigentes imperiais, era sinônimo de homogeneizar os brasileiros, o que correspondia ao processo por meio do qual seriam delineados os padrões de civilidade que presidiriam a inserção na sociedade dos que seriam os cidadãos do Império.

Para que tal ocorresse, havia um conjunto específico de conhecimentos que deveria ser difundido, dele fazendo parte a “língua nacional”, informações matemáticas e de ordem geográfica, em especial as relativas ao território do Império, seu patrimônio maior e indivisível.

¹⁶¹ Ilmar Mattos. Op. cit., p. 251.

É oportuno enfatizar, mais uma vez, a relação existente entre a política de Instrução Pública e o processo de construção do Estado imperial, de formação da classe senhorial e da própria sociedade imperial, processo no qual ocupou lugar relevante a tarefa de educar os cidadãos à luz de um conjunto de valores presididos pela responsabilidade da constituição e da afirmação da identidade nacional. Uma tarefa de tão grande porte deveria ficar sob a incumbência do governo do Estado, compondo o seu “dever rigoroso e sagrado”¹⁶². A esse respeito, dizendo melhor, dada a expressividade do binômio educação/Instrução pública para o projeto da direção saquarema, consideremos o depoimento de Paulino José Soares de Souza “É preciso portanto juntar à instrução primária a educação, e educar o povo, inspirando-lhe sentimentos de religião e moral, melhorando-lhe assim pouco a pouco os costumes”¹⁶³ o que propiciaria a implantação e a efetivação de um “[...] conjunto de mecanismos que ela¹⁶⁴ procurava pôr em movimento de modo a levar a cabo uma expansão necessária [...]” (Mattos, 1994, p. 260), a pretendida expansão para dentro. A direção saquarema pressupunha e demandava, para que se efetivasse com sucesso o seu projeto, que uma parcela da sociedade tivesse acesso à instrução, o que permitiria que se estabelecesse uma linha de comunicação e não apenas um processo de dominação. Instruir significava, em uma instância mais elaborada, civilizar.

É mais uma vez pertinente se resgatar o pensamento do Visconde do Uruguai, ao refletir a respeito da centralização¹⁶⁵, a ela atribuindo tanto “[...] um controle sobre as infrações das regras impostas quanto uma moldagem daqueles que se tinha em vista civilizar” (Mattos, 1994, p. 191).

Consciente do profundo interesse do Imperador em questões dessa ordem, Porto Alegre lhe enviou uma carta, em 1853, sugerindo-lhe reformas na AIBA para que ela pudesse, enfim, viabilizar uma produção iconográfica que se colocasse a serviço do Estado Imperial; ressaltava Porto Alegre a pertinência da elaboração de imagens históricas belas, majestosas e encantadoras a serem fixadas nas almas dos brasileiros e colocadas a serviço de um Estado centralizado e enfatizava a necessidade do governo ser o ponto de apoio constante para a família

¹⁶² João de Almeida Pereira, (apud Mattos, 1994, p. 251).

¹⁶³ Apud Mattos, 1994.

¹⁶⁴ O autor se refere aos saquaremas.

¹⁶⁵ Sem dúvida alguma a centralização efetivada pelos dirigentes do Estado Imperial entre o início das décadas de 1830 e de 1860 também abarcou a questão da instrução.

artística, o que lhe permitiria ver o florescimento do seu trabalho e os resultados do mesmo na moral pública (apud Mattos, 1999, pp. 81-83). Tal empenho fez de Porto Alegre, ainda no ano em curso, o diretor da Academia.

Ao ingressar na Academia como aluno, em 1855, exatamente o ano da Reforma Pedreira, Pedro Américo encontrou em vigor os novos estatutos¹⁶⁶, tornando-se, portanto, um aluno formado a partir da nova filosofia da escola, o que o vinculou diretamente ao projeto nacionalista do Imperador.

A introdução de normas gerais para o ensino, empreendida pelo gabinete da Conciliação, pretendia ser um dos pilares do projeto saquarema de um Brasil “uno e coeso” (Squeff, 2004, p. 176), através da superação dos localismos presentes no setor da instrução. Era necessário formar, para o futuro, cidadãos que conhecessem as particularidades do país: a história e a geografia, a língua e a literatura; era necessário inseri-los nas estruturas racionais de pensamento que pontuavam a Ilustração. Além disso, era essencial que por meio desses canais se formasse e consolidasse um sentimento nacional pautado pelo respeito à ordem, à monarquia e à religião. Em conjunto, esses conhecimentos, valores e símbolos estimulariam - como o fizeram - a preservação da integridade e da indivisibilidade do território e a ausência de mobilizações no Império.

Porto Alegre era um dos homens empenhados na formulação de um projeto para o Império, projeto centrado na nação e na brasilidade, recriando fatos da história nacional para assim legitimar a Independência; recriá-la e exaltá-la na medida em que fora um acontecimento político pacífico, fruto da vontade do Príncipe, pautada nos ideais de Ordem, unidade e Civilização¹⁶⁷. Era tácito que cabia às artes completar o processo de emancipação política. Tratava-se de desenhar uma feição, dotar de traços próprios o Império do Brasil, portanto a AIBA deveria formar artistas, segundo Squeff, sintonizados com “um etos brasileiro, com uma suposta “essência” nacional” (2004, p. 218).

Logo após a maioridade e à definição de uma política mais precisa em relação às artes, teve início uma produção visual voltada para a construção de imagens da nação, vinculadas à imagem do soberano e da casa imperial. No

¹⁶⁶ Em 1854 o Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, empenhou-se pela aprovação da reformulação da AIBA, o Projeto da Reforma Pedreira, à frente do qual estava Porto Alegre, como um de seus executores. O projeto visava à reformulação no sistema didático e das normas internas, incluindo o ensino técnico; dessa forma a Academia transformou-se, definitivamente, em um órgão do governo, centro de concepção elitista das belas artes.

¹⁶⁷ Esse tema tornou-se recorrente entre os expoentes das artes da corte de D. Pedro II.

primeiro momento do projeto iconográfico, o Imperador aparecia cercado por indígenas e por outros elementos da terra, como abacaxis e folhas de café e de tabaco; esse tipo de registro evidenciava a identificação entre a iconografia do Imperador e o projeto nacionalista que se constituía.

Mattos (Oliveira e Mattos, 1999) indica que a iconografia diretamente vinculada à imagem de D. Pedro, que se fazia retratar como um rei dos trópicos, teve por base a tradição barroca do século XVII, registrada na corte do Rei-Sol - retratado cercado por elementos que identificassem a nação sobre a qual reinava soberano - e que exerceu forte influência sobre a iconografia da nobreza européia, aí se inserindo a nobreza portuguesa, espaço da casa de Bragança.

Constata-se, então, a existência de uma preocupação comum à Academia e ao Imperador, que foi a de “[...] criar alegorias que evocassem, ao mesmo tempo, a grandeza e a singularidade da nova nação [...]” (Oliveira e Mattos, 1999, p. 85) e, para produzi-las e organizá-las deveria ser criado um verdadeiro “arquivo nacional”, entendido como uma reunião de obras que formassem um acervo de trabalhos artísticos, segundo os que existiam nos países que serviam de referência ao Império, obras ainda segundo esse mesmo padrão, elaboradas por artistas aqui nascidos.

Os saquaremas, mentores e executores dos princípios centralistas, delinearam um conjunto de variáveis de tal forma que a arte tornara-se o palco da história, uma história cuja escrituração também fora por eles regida, na medida em que era produzida em uma das mais expressivas instituições do Segundo Reinado, o IHGB, de cujos quadros constavam alguns entre os principais políticos, funcionários públicos e homens de letras do Império¹⁶⁸. Criado no início do Regresso, o Instituto estava voltado para a pesquisa e a reunião de documentos, de tal forma que pudesse resgatar os fatos memoráveis da pátria.

A produção historiográfica da instituição, marcada pelo mecenato, estava comprometida com o projeto de constituição da idéia de nação brasileira e articulada à tarefa de fortalecimento e de consolidação do Estado Monárquico. A história era regida pelos paradigmas iluministas, sendo por isso dotada de um caráter pragmático e utilitarista, dela devendo ser possível a extração de exemplos

¹⁶⁸ Fundado por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, foi rapidamente colocado sob proteção de D. Pedro II (logo após a fundação, em 1838) e em 1840 passou a ocupar uma sala no Paço Imperial, contando também com um espaço para a biblioteca e para o arquivo.

que servissem como modelos de ação para o presente e para o futuro¹⁶⁹, estando diretamente envolvida com o progresso da sociedade, portanto sendo dotada de uma função civilizadora que convergia para a o esclarecimento dos governantes de forma a que eles não retornassem aos erros do passado.

Cabe complementar evidenciando que a produção do IHGB privilegiou as biografias, entendidas como forma privilegiada de conhecimento do passado, espaço em que eram enfatizadas as trajetórias exemplares, aquelas pontuadas por elevados testemunhos de patriotismo e de moral, destacadas atuação pública e consciência do dever a ser cumprido e envolvimento com a construção da obra civilizadora. Pelo entrecruzamento dos fios dessas vidas foi escrita a história do Império; com os elementos estruturais delas extraídos, foi construído um panteão nacional. O legado estava garantido.

Tanto a atuação da AIBA quanto a do IHGB dialogavam com os mecanismos de organização do Estado e da nação e com o processo de constituição da identidade nacional e de uma cultura brasileira. Da comunhão desses princípios inscritos nas almas e profundamente enraizados nas mentes dos que compunham a boa sociedade e dos que no entorno deles gravitavam advieram a força e a consistência do credo saquarema, bem como o sucesso e a permanência do mesmo, que por três décadas articulou direção e dominação.

Burke (2004) apóia-se na tese de que imagens se constituem em uma forma importante de evidência histórica devendo, portanto, ser consideradas como narrativas visuais: elas legam um depoimento à posteridade, contam uma história passível de ser lida e entendida pela análise da cena que apresentam, da composição dos personagens e do cenário. Tem-se, então, que pinturas eram encomendadas para comemorar acontecimentos em curso ou muito recentemente ocorridos, para rememorar fatos históricos significativos, os que a eles estiveram ligados e as mensagens neles contidas e que deveriam ser perpetuadas para as gerações futuras.

Imagens constituem-se em interessantes instrumentos persuasivos e por isso, ao longo dos tempos, foram colocadas a serviço dos dirigentes; as mensagens

¹⁶⁹ É próprio que se faça referência à “história mestra da vida”: Gonçalves de Magalhães, em Memórias da revolução da província do Maranhão”, ao escrever sobre a Balaiada, registrou que “[...] devem nossos filhos instruir-se com a lição do passado, e saber por que alternativas passamos, que lutas tivemos, que troços encontramos, afim de que, se possível for, evitem os males que sofremos, e prezem o legado que à custa de fadigas nossas lhes transmitimos [...]”. Gonçalves de Magalhães, (apud Squeff, 2004 p. 134).

que delas emanam, convencem e se projetam para o futuro, o que as transforma em agentes formadores de opinião. Esse ponto explica a razão pela qual as categorias dirigentes, considerando-se também os expoentes das artes a elas ligados, dedicaram-se a estudar as formas pelas quais uma obra pode persuadir ou direcionar um espectador para uma determinada interpretação, a partir da qual ele construirá uma identificação com o herói ou com a figura em evidência, disso decorrendo a constituição de uma identidade. Alternativamente, o observador pode ser colocado na posição de testemunha ocular, situação em que, envolvido pela ação da tela e passando a dialogar com a história nela registrada, torna-se um agente de divulgação da mesma.

A questão do sentido inerente às imagens pode ser explicada pela relação existente entre os artistas e os seus patrocinadores ou clientes, pois é essa relação que determina a expectativa que sobre ela é construída; o significado das mesmas prende-se ao contexto social¹⁷⁰ em que elas foram produzidas, aos interesses que determinaram a realização das mesmas e ao seu contexto material, o local que lhe foi destinado em origem, elemento primordial para a arquitetura do conto. O somatório de todas essas variáveis compõe o canal através do qual a capacidade de convencimento de uma tela fluirá.

Pedro Américo, conforme já foi dito, um dos elementos exponenciais da AIBA, quer sob o aspecto do fazer artístico, quer sob a perspectiva do seu envolvimento com o projeto nacionalista do Imperador, pintou a tela “Independência ou Morte” em meados dos anos 80, portanto sob os novos cânones que regiam a construção do imaginário nacional, centrados na ação de um herói e no registro da dimensão de seu feito.¹⁷¹

A Guerra do Paraguai, há pouco vencida pelo Império, marcou o apogeu e o início da decadência do Estado imperial e do Imperador, apesar de ainda acalantar o grandioso projeto nacionalista, vai deixando de ser a figura central do mesmo. Nesse contexto emergiram os quadros de batalha, que passaram a ocupar um lugar de destaque na produção da AIBA e que impuseram à Academia o afastamento do modelo alegórico – que no seu primeiro momento associou o

¹⁷⁰ Entenda-se por contexto social, os elementos de ordem cultural, política e religiosa sob os quais uma imagem foi criada.

¹⁷¹ Na década de 1870, logo após a Guerra do Paraguai, houve a substituição de um padrão de imagens por outro: durante o conflito, em alguns momentos, D. Pedro II se deslocou para o teatro das operações, trajando uniforme militar, o que contribuiu para que os grandes feitos de homens dotados de bravura passassem a ocupar o primeiro plano das atenções.

Imperador aos símbolos da terra – e a passagem para um outro, organizado sob um padrão narrativo no qual se projetava o princípio da ação¹⁷². São telas que contam uma história e que estavam sob a regência da lógica do feito glorioso.

Tornou-se essencial encontrar um padrão de produção de imagem que pudesse expressar com propriedade esses feitos que, por natureza, demandavam uma estrutura narrativa. Daí adveio a produção de imagens vinculadas à história dos grandes homens e de seus respectivos feitos, tendência que também predominou na historiografia do período e que passou a reger a construção de um imaginário nacional após a Guerra do Paraguai.

Entre as imagens às quais cabia dialogar com o patriotismo, passaram a predominar as representadas por batalhas e pela figura dos heróis e não mais as que estavam centradas na figura do Imperador. É exatamente nesse universo imagético que se insere a tela de Pedro Américo, que apresenta o Príncipe como um herói e explicita a grandeza da ação que ele protagonizou. Do vigor do gesto de D. Pedro emanam urgência, irritação, determinação: o pintor legou à posteridade, a imagem de um estadista determinado, senhor soberano de sua ação. A pompa conferida pelo artista à atitude do Príncipe assemelha a tela a uma estátua eqüestre.

O padrão que regeu a tela de Pedro Américo difere do que vigia em 1844, quando a obra de François-René Moreaux¹⁷³ foi pintada; nesta, o Príncipe aparece representado como o “consumador da vontade divina” (Mattos, 1999, p. 90). Não se observa a vontade do Príncipe, a sua habilidade, a sua liderança; da tela não emana ação. Há, atrás de D. Pedro, uma nuvem iluminada, clara alusão ao plano da Providência divina, o que lhe esvazia a autoria da decisão e do movimento para efetivá-la. Moreaux não registrou o heroísmo.

Partindo do princípio de que um herói se define pelo caráter singular de suas ações, Pedro Américo enfatizou essa qualidade no gesto do regente, apresentada através da estrutura narrativa da composição¹⁷⁴, que conta a história de um ato de bravura que legitimou o direito do Príncipe à posição de líder da nação brasileira.

¹⁷² Os grandes feitos de brasileiros durante a Guerra do Paraguai passaram a substituir a figura o Imperador e os atributos do mesmo como tema central na produção de imagens.

¹⁷³ Proclamação da Independência (2.44 x 3,83 x 3.83m), Museu Imperial de Petrópolis.

¹⁷⁴ Há, na tela, um núcleo discursivo básico, composto pelo Príncipe e pelo cavaleiro da guarda, a partir do qual a temática se desenrola.

Pedro Américo teve a preocupação de expressar, através do seu trabalho, uma sólida impressão de unidade, para tal mantendo um equilíbrio - também explicitado pela pontual articulação de um diálogo imagético - entre os elementos que o compõe; a tela retrata o desfecho vigoroso de um acontecimento histórico apresentado ao longo do Império, mas em especial sob a direção saquarema, como o maior de todos.

O artista articulou sentimentos patrióticos às características da paisagem paulista: na tela estão retratados a vegetação, um casebre, homens da região, a serra ao longe, o riacho, a colina, enfim, elementos que se tornaram essenciais à interpretação da cena como “um acontecimento histórico ligado à terra e ao seu destino como nação” (Oliveira e Mattos, 1999, p. 103). A aproximação entre a natureza e a história contribuiu para a retórica conferida à obra.

A contraposição majestade/ausência de movimentos – o Príncipe foi colocado em segundo plano, também o plano superior em relação às outras figuras – e a agitação vigente no entorno desse núcleo intensificaram a tensão existente no episódio retratado e evidenciaram a distinção entre os comandantes e os comandados, desta forma projetando a concepção utilitária que regia as artes.

Mais uma vez a história seria lida, através dos tempos, por meio de uma imagem produzida sob os auspícios do Império.

Mattos (Oliveira e Mattos 1999) relembra que a tela foi pintada no ocaso da monarquia, momento em que tanto o Imperador quanto a estrutura política do Estado imperial eram alvo de críticas severas e frontais que desarticularam a relação da monarquia com os ideais de civilização e de progresso. A seriedade e a beleza do trabalho de Pedro Américo, que nele apresentou a sua percepção do vínculo entre o Imperador e a nação, denotam o nível de envolvimento de artistas com a propaganda oficial do regime.

3.3. O ocaso da ordem: o lugar e a razão da tela

“Este é um mundo que
se acaba [...].
Sente-se o ranger das engrenagens
de um edifício que se esboroa”¹⁷⁵.

O processo de desagregação da ordem imperial - já esboçado para os que viviam na época - após a Guerra do Paraguai foi gradativo, abrangente, profundo e irreversível, como bem podemos constatar ao nos debruçarmos sobre o estudo das duas décadas finais do Império. Alonso (2002, p. 51) afirma que “[...] Até então – refiro-me ao final da década de 1860, momento de término da Guerra do Paraguai – embora a sociedade imperial estivesse passando por transformações profundas, sua ordem política mantivera-se como um universo fechado. Os valores e o funcionamento efetivo das instituições políticas limitavam a cidadania plena e o espaço de debate público a um seleto círculo de iguais”. Mas a partir do início dos anos de 1870, quando os dirigentes do Estado imperial deram início a um processo de reforma da Ordem efetivado por dentro da mesma e de cima para baixo¹⁷⁶, o que associado a outras reformas introduzidas na década de 1850 às quais os herdeiros dos saquaremas não conseguiram administrar com a presteza com que seus antecessores as efetivaram, abriram-se brechas pelas quais manifestaram-se as insatisfações. A tradição imperial começava a se esfacelar frente às novas demandas.

Nabuco (1936), ao periodizar o Segundo Reinado, dividiu-o em seis fases, sendo que as considerações feitas a respeito dos três últimos períodos em muito me auxiliam a construir e a conduzir o meu texto; então, cedamos espaço ao autor:

“(...) De 1871 a 1878, emancipação gradual, liquidação diplomática da Aliança, começo da democratização do sistema (imprensa e condução baratas - os bondes, que tinham começado em 1868, revolucionam os antigos hábitos da população-, idéia republicana, viagens imperiais e caráter democrático que o Imperador nelas ostenta e depois delas assume); de 1879 a 1887, eleição direta, agitação abolicionista, importância maior do Sul pelo progresso rápido de São Paulo, desaparecimento dos antigos estadistas, novos moldes, processos e ambições; de 1887 a 1889, doença do Imperador, seu afastamento gradual dos negócios, descontentamento do exército, abolição súbita, prevenções contra o Terceiro Reinado (da grande propriedade contra a Princesa dona Isabel; do exército contra

¹⁷⁵ Tavares Bastos, (apud Alonso, 2002, p. 51).

¹⁷⁶ Alonso (2002.51)

o Conde d'Eu, futuro Imperador); ouro abundante, febre da Bolsa, positivismo, surpresa final do 15 de novembro”¹⁷⁷.

Referindo-se ao período 1871/1878, Silvio Romero registrou que “um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós” (apud Mattos, 1989, p. 164), idéias essas advindas das novas atitudes e dos novos valores que lentamente se afirmavam, o que foi facilitado pelo que Nabuco definiu como um início de democratização do sistema. As novas idéias e os novos valores foram a força motriz dos agentes sociais que entravam em cena no bojo de um processo de modernização conservadora empreendido, anteriormente, pela direção saquarema: fim do tráfico intercontinental de escravos, entrada de imigrantes, crescimento do trabalho assalariado, taxas alfandegárias protecionistas, surto industrial e urbano, abertura de inúmeros estabelecimentos bancários e de caixas econômicas, o que se fez acompanhar pela intensificação da concessão de créditos, expansão do café pelo oeste da província de São Paulo- o que se efetivou gerenciado por uma fração de classe proprietária permeada por uma mentalidade capitalista -, dinamização do serviço de transportes públicos, o que faz pressupor a aceleração da circulação de idéias. Podia-se, enfim, constatar uma verdadeira “revolução” nos antigos hábitos da população.

Se os anos de 1840 e de 1850 hospedaram um processo de modernização empreendido pelos dirigentes do Estado imperial, os anos de 1860 testemunharam a ameaça expansionista de Lopez, as pontuais e bem sucedidas intervenções do Império no Prata em defesa de seus interesses, a expansão do sentimento nacionalista, da intensa mobilização dos brasileiros em defesa da pátria frente à guerra desencadeada e só poderiam ter um único desfecho, a vitória, pela qual foram efetivados os mais diversos esforços. A aspirada vitória se concretizou, mas custou muito caro ao Império; após a alegria dos festejos levantaram-se críticas severas a partir de todas as fragilidades e incoerências evidenciadas pelos diversos custos decorrentes da guerra e pelas profundas dificuldades do regime resolver as antigas e as novas pendências que se tornaram em clamores estridentes devido aos brados que emergiam da sociedade majoritariamente imersa em insatisfações.

Havia veios há muito abertos, como as questões que envolviam a abolição da escravidão, o federalismo e o republicanismo. Artífices da vitória brasileira, projetados aos olhos da nação, reorganizados ao redor da consciência da

¹⁷⁷ Apud Mattos, 1989, pp. 163-164.

relevância da corporação em que se percebiam constituídos, os oficiais do Exército não mais admitiam o silêncio em relação aos assuntos políticos e a subordinação aos dirigentes imperiais, aos quais eles se referiam pejorativamente como “os casacas”. Consideravam-se soldados-cidadãos, indivíduos detentores do legítimo direito à participação nos assuntos da nação. Homens engrandecidos pela vitória e reconhecidos pela nação à qual haviam defendido, para o que se colocaram acima das diferenças raciais e sociais, sentiam-se os mais adequados para conduzi-la a um outro horizonte, mais amplo e marcado por uma concepção de progresso pautada pela evolução tecnológica, pelo trabalho assalariado, pelo ensino técnico e pelo estabelecimento de um regime republicano, por eles implantado e dirigido. Mas o apurado olhar desses homens lhes permitia ver também, sob o prisma da razão e das demandas da modernidade, a questão da permanência da escravidão: além do acentuado progresso das economias industrializadas, como aceitar a subordinação a um regime que mantinha privados da liberdade, irmãos de raça de outros homens negros que lutaram pela pátria, mas que continuavam considerados não brasileiros e não cidadãos, sequer vistos como pessoas, por não serem donos de si?

Nove meses após a vitória do Brasil na Guerra do Paraguai, o jornal fluminense *A República* publicou o Manifesto Republicano¹⁷⁸, documento que contestava a ordem estabelecida e que se contrapunha à direção política, moral e intelectual por ela estabelecida. O Manifesto se dirigia aos “concidadãos” visando esclarecê-los; estabelecia que somente a opinião nacional poderia acolher ou repudiar as aspirações republicanas, tornava público o reconhecimento relativo à soberania do povo e revelava o objetivo maior, a vitória da causa republicana, associada à causa do progresso e da grandeza da pátria. O Manifesto, além de apresentar as prerrogativas do novo regime, também se reportava aos princípios que constituíam a tradição imperial, princípios estabelecidos e consagrados há muito tempo, os baluartes da ordem; evidenciava a presença soberana do privilégio, “elemento social e político do nosso país”¹⁷⁹, posicionava-se contra o que Nabuco de Araújo considerava a “missão do governo”¹⁸⁰, sempre revestida pelo centralismo e pelo elitismo.

¹⁷⁸ Cf. Mattos, 1989, p. 165.

¹⁷⁹ Idem, *ibid.*, p. 165.

¹⁸⁰ Idem, *ibid.*, p. 167.

Mas havia mais, o Manifesto determinava a origem de todos esses males, a Carta outorgada de 1824, que reunia sob o regime monárquico, dois poderes diversos e contrapostos: a monarquia hereditária, significando o poder pela graça de Deus, e a soberania nacional, o poder pela vontade dos homens¹⁸¹; a pedra angular dessa Constituição era o Poder Moderador, privativo do Imperador, um poder “ativo, onímido, onipresente, perpétuo, superior à lei e à opinião”¹⁸², contraponto da acelerada evolução testemunhada pela segunda metade do século XIX, um tempo marcado pelo progresso.

Sob essa perspectiva, era essencial reinscrever o nome do Brasil no conjunto das nações que evoluíam acompanhando o ritmo do progresso, por meio da restauração da soberania nacional; para tal seria necessário que se estabelecesse um governo que a todos representasse, que todos aderissem a uma lei única, promulgada por uma Assembléia Nacional Constituinte. Como bem se sabe, o Manifesto propunha e justificava o federalismo, “somente em âmbito local e em número restrito tornavam-se possíveis a proximidade entre os indivíduos e a visibilidade da gestão da coisa pública, assegurando-se, assim, o exercício e a preservação das virtudes que distinguiam o cidadão republicano”¹⁸³.

Em meados dos anos de 1880 elevavam-se as vozes que clamavam pelo federalismo e essas vozes ascendiam não mais das distantes províncias do Norte e do Sul do Império, mas da poderosa província de São Paulo, que se projetava no cenário nacional a partir da pujança de sua economia: o Brasil continuava sendo o café, mas o café era São Paulo. Por isso a província entendia que o eixo determinante da vida política do Império também deveria ser deslocado da decadente província do Rio de Janeiro para lá; há também a considerar que a coesão dos interesses daqueles que a representavam contrastava com a as fissuras existentes no seio dos Conservadores¹⁸⁴, o que lhe facilitava a projeção.

¹⁸¹ Idem, *ibid.*, p.167.

¹⁸² Idem, *ibid.*, p. 167.

¹⁸³ Idem, *ibid.*, p. 168.

¹⁸⁴ Em 1868, após o fracasso da Liga Progressista, quando os conservadores retornaram ao governo através de sua ala mais radical que desejava preservar o legado saquarema, responderam com firmeza, opondo-se às reivindicações por reformas. Segundo Alonso (2002:72), a oposição considerou tal reação um golpe de estado, abrindo-se e ampliando-se uma cisão intra-elite. Acrescente-se que os liberais, ao invés de se unirem, também se dividiram, formando o “Partido Liberal Radical”, em 1868 e, no ano seguinte, o “novo” Partido Liberal dos moderados, receptáculo dos que haviam saído da Liga; essa ala congregava os liberais históricos e os conservadores dissidentes de 1862 e se contrapunha pontualmente contra o que consideravam a “ditadura conservadora”.

Era inegável que havia uma disputa entre as duas províncias acima citadas, entre a fração mais competente e coesa da elite agrária e os desgastados conservadores que, da Corte, ainda se esmeravam por manter o sagrado princípio do centralismo, que se em outros tempos fora crucial para o Império, nesse momento significava uma ameaça à unidade política do Brasil.

O centralismo havia funcionado como o elemento estrutural na viabilização das propostas saquaremas: a sociedade imperial fora conformada; os súditos, constituídos; a identidade nacional, afirmada. Direção e dominação, mecanismos de exercício de poder de que se utilizaram os que anteriormente estiveram à frente da direção do Estado imperial¹⁸⁵, lhes havia permitido alcançar suas metas. Mas os ventos do progresso sopravam em outra direção, impulsionados por outros interesses, provenientes da Província de São Paulo, cujos dirigentes pleiteavam, no cenário político, um espaço compatível com a sua relevância econômica.

Retomando o elemento que embasa essa análise, está evidenciado que o Manifesto contrapunha o sentimento democrático, pleno de uma perspectiva de modernização em expansão, associada às aspirações dos setores sociais emergentes, ao declinante sentimento aristocrático, base da sociedade conformada pelos dirigentes saquaremas, cujas idéias e princípios de sustentação tinham as raízes no solo “em que se decompunha a velha sociedade escravista gerada pela colonização” (Mattos, 1989).

Havia uma profusão de novas idéias, todas divulgadas pela imprensa, por excelência o agente difusor das muitas novidades; entre essas idéias destacava-se o ideal abolicionista, desdobrado no princípio da regeneração, presente nos elaborados textos de Nabuco, associado à idéia de evolução moral, pois se a abolição fosse conduzida pelo “Partido Abolicionista”, a regeneração consistiria em resgatar a raça negra da ignorância, do despreparo, “desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativeiro, isto é, de despotismo, superstição e ignorância” (apud Mattos, 1989, p. 169). Presente também nos jornais, como por exemplo no Diário Popular, ligado ao

¹⁸⁵ É oportuno acrescentar que a hegemonia conservadora se consolidou no vértice do sistema, pois eles tinham a maioria no Conselho de Estado e no Senado(Carvalho,1980, p. 168), instituições vitalícias, o que lhes dava uma condição de ascendência sobre o Poder Moderador (Mattos, 1994). Retomando o que já foi afirmado, toda essa estrutura política passou a ser identificada com o “absolutismo”, segundo as vozes de expoentes como Zacarias, Nabuco de Araújo e de José Bonifácio, o Moço.(Alonso, 2002, p. 73).

Partido Republicano, que ao saudar a abolição registrou a ocorrência de “múltipla e salvadora regeneração: o escravo eliminado, o senhor abolido, o trabalho nobilitado e a pátria desafrontada”(apud Mattos,1989, p. 169).

Sob a perspectiva da evolução da liberdade, a obra de regeneração deveria ser concluída com o advento da República, que apenas não se concretizara em 1822 devido às ambições dos homens que a agenciaram. A propaganda republicana associou duas liberdades, a de 1822 e a de 1888: libertos da dominação metropolitana e tendo posto um ponto final na fase africana da história do Brasil, era mister que o país entrasse na era americana, pontuada pela autonomia. Estamos, portanto, frente a uma perspectiva evolucionista: a liberdade ganha maior amplitude ao longo dos anos e a forma maior dessa amplitude é a República, o que foi pontuado com clareza pelo Manifesto Republicano.

Para os republicanos, a monarquia não mais representava os interesses da sociedade; o regime não mais conseguia efetivar as transformações necessárias, tardava em compreendê-las e, quando as implantava, descontentava a uns – o ritmo e a profundidade não eram os esperados – e a outros – o que se propunha e se implantava era ousado demais. Os conservadores, em sua nova geração, ainda à frente da direção do Estado imperial, não dialogavam com as novas aspirações. Não conseguiram, como a geração anterior, fazer concessões, ceder para articular e dessa forma preservar a unidade conseguida; não se constituíram em interlocutores dos setores mais progressistas da sociedade em um momento em que esse diálogo poderia ter sido crucial. Ao contrário dos dirigentes saquaremas, não conseguiram efetivar o que Nabuco percebeu como um “movimento sinuoso e contraditório mesmo, para tal, por inúmeras vezes, terem precisado contrariar interesses poderosos” (apud Mattos, 1989, p. 169).

Apesar de os novos tempos clamarem por movimento e por dinamismo, permaneciam os conceitos essenciais do século XIX, elementos que embasaram as iniciativas dos saquaremas, só que nesse final de século, ressignificados pelas novas aspirações. Ordem e Civilização, Progresso e liberdade passaram a ser disputados por monarquistas e por republicanos.

Se o regime monárquico, através dos seus dirigentes, retomava o tema da independência como o momento maior da história do Brasil, marco do alvorecer de um tempo que em que a liberdade e a ordem foram concomitantemente asseguradas pela iniciativa de D.Pedro I, objetivando ressignificá-lo e se

ressignificar, fazia-se necessário - nesse momento de estreitas dificuldades – que os dirigentes do Estado imperial promovessem a restauração da sua grandeza e dos seus valores nas almas dos súditos, por meio da reapresentação do primeiro imperador.

A Ordem imperial procurava se reapresentar e se reafirmar, também, pelas vias da arte, para que por meio de recursos calcados no belo, pudesse varrer para longe os ventos republicanos que insistiam em soprar. Esse era o tempo de projetar os heróis do velho regime e os seus respectivos feitos. A partir da atitude de D. Pedro II, que se fez presente na Guerra do Paraguai, houve um processo de mudanças no teor e nas características das imagens que passaram a compor o imaginário nacional. Dos elementos exóticos dos trópicos, associados ao Imperador, passou-se ao registro dos grandes heróis da guerra e de seus feitos. Através do registro dos heróis do Império e dos respectivos feitos, passou-se à composição e à divulgação da história do Império.

Essas obras deveriam ter um teor descritivo, deveria nelas haver uma intenção didático-pedagógica veiculada para a posteridade por meio de formas grandiosas, capazes de impactar os observadores e de efetivar instrutivas lições relativas à história do Brasil. A função da pintura histórica era exaltar e resguardar para o futuro, momentos decisivos da história do Brasil.

Em meados dos anos de 1880 achava-se conveniente, entre os membros do Partido Conservador da Corte e de São Paulo, é bem verdade que por razões diversas, que se voltasse ao momento da independência, que se arquitetasse um grandioso e eloquente portal pelo qual os brasileiros pudessem passar por muitas e muitas vezes, ao longo dos tempos vindouros; era apropriado levar os brasileiros à província de São Paulo, para que daquelas terras eles pudessem contemplar o momento fundador da história do país consolidado em um grandioso monumento, um belo palácio que seria também o guardião do majestoso painel que Pedro Américo compunha em Florença.

Os dirigentes do Estado imperial mais uma vez se voltavam para o tema da independência e o retomavam para projetá-lo em um grandioso painel que resguardaria para a posteridade o momento do grito do Ipiranga, marco fundador da nacionalidade brasileira, gênese da liberdade e da preservação da Ordem e da unidade. Importava resgatar mais uma vez, como o fora em 1862, o legado do primeiro imperador, a liberdade sedimentada sob o regime monárquico. O

Príncipe, ao proclamar a independência, instituiu a idéia de Ordem; portanto, os valores que a estátua transmitiu em 1862 estavam muito próximos aos valores a serem projetados pela tela e esta, da mesma forma que a estátua, deveria agir sobre os brasileiros, conformando-os por meio da reafirmação da realeza e do regime monárquico. Os dirigentes conservadores esperavam que mesmo em tempos de propaganda republicana, os brasileiros, conformados pela Ordem imperial, se mantivessem fidelizados ao regime.

Nesse momento perpassado por um intenso movimento, a expansão para dentro procurava, não mais desbravar, mas consolidar as veredas constituídas no espírito dos súditos do Império. Também se tornara objetivo dos dirigentes da Província de São Paulo, que passaram a trabalhar para projetá-la, para dar-lhe visibilidade nacional ao construir, no entorno do pequeno riacho do Ipiranga, um prédio guardião dos registros de memórias que foram ao mesmo tempo relevantes para a respectiva província e para o Brasil. Dessa forma, as duas histórias seriam articuladas em uma só.

A expansão para dentro reativava o resgate da arte como eficaz recurso pedagógico, imprimia continuidade ao processo de formação da nacionalidade e ao se valer de recursos do domínio a arte, projetava-a para o cumprimento de um de seus papéis, o da conformação dos brasileiros. Afinal, rememorando os ensinamentos de Renan, é preciso lembrar certas coisas, bem como esquecer outras, para se consolidar o “plebiscito cotidiano”; por isso era o momento apropriado para, novamente, se reafirmar a Nação.

A lição a ser rememorada e legada à posteridade era clara: a fração superior da Província da São Paulo, quer os monarquistas do Partido Conservador, quer os republicanos, desejava ressaltar que daquelas terras a liberdade raiara para o Brasil em 1822. A grandiosidade do palácio e o eloqüente trabalho de Pedro Américo seriam os porta vozes da mensagem que São Paulo desejava inscrever não apenas nos livros de História do Brasil, mas no mais fértil dos territórios, aquele desbravado pela expansão para dentro.

É oportuno se lançar luz sobre a intensa movimentação que ocorria na Província de São Paulo, onde até meados da década de 1880, havia mais Conservadores do que Republicanos, equilíbrio que se modificou à medida em que chegava o final da década. Até 1884/1885 a burguesia agrária paulista era mais escravocrata do que emancipacionista, defendendo o imigrantismo. No

momento em que ficou evidenciado que a escravidão consumia recursos da imigração, os que a compunham tornaram-se abolicionistas; nesse mesmo momento, os republicanos seqüestraram a memória do 7 de setembro e quiseram seqüestrar a tela. Dentro dessa conjuntura, quando uma parte da burguesia agrária, ainda monarquista, percebeu que lhe era mais conveniente romper com a Ordem monárquica, tornou-se republicana.

Aproveito e reitero que quando o quadro foi pensado e quando o museu começou a ser construído, o projeto era Conservador e monarquista. Reitero, ainda, que a primeira disputa relativa ao portal da independência, ocorreu entre os monarquistas das Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ambas disputavam a direção do Estado imperial.

A intenção dos paulistas era clara: se episódios de significado capital para o país tinham se desenrolado nessas terras, se nos anos de 1880 a maior parte da riqueza do Brasil era gerada em São Paulo, os filhos dessas mesmas terras - as lideranças políticas que os representavam - viam-se como aqueles cujas vozes deveriam ser ouvidas no tocante à condução do Império.

Monarquistas e republicanos, fluminenses e paulistas, a desgastada aristocracia rural e os novos segmentos da burguesia agrária disputavam o sentido do que seria inscrito nas almas dos brasileiros.

Mas sob os amplos e dinâmicos horizontes do final do século XIX, os ideais de Ordem e de liberdade passaram a ter uma outra percepção, da qual os republicanos se apropriaram. Para eles, a república seria um avançado estágio do um processo de evolução da liberdade, que se iniciou em 1822 com a proclamação da independência, se ampliou em 1888, com a abolição da escravidão e se consolidaria com a proclamação do novo regime. A República era percebida e divulgada como a expansão do progresso material, do advento da democracia e da instauração de uma ordem mais racional; era apresentada como sinônimo de Progresso e de evolução, elementos essenciais para o Brasil merecer o reconhecimento internacional. Portanto, segundo Mattos (1989), a República era um ponto de chegada inevitável. À medida em que se projetavam, os republicanos confiscavam a memória e o significado da independência dos monarquistas, associando-a à liberdade, à abolição e à República.

Os habitantes do Império viviam todos os acontecimentos aos quais já se fez menção, testemunhavam a velocidade da difusão dos novos ideais, das novas

formas de se perceber o Brasil e de busca e luta por novos horizontes para o país; muitos precisavam compreender o sentido de tudo o que acontecia. A tela de Pedro Américo poderia e deveria, segundo os republicanos, ser o elemento de sensibilização para as novas demandas de Ordem e de Progresso dentro de uma concepção evolucionista; por isso a tela seria uma importante lição de história, ao projetar a recomposição da imagem primeira da liberdade – respaldada por séria e intensa pesquisa - concedida aos brasileiros e daquele que a legou e que deu início à construção de uma, então, nova Ordem. Assim, a figura de D. Pedro I também se encontrava em disputa, pois para os republicanos nela repousava o estágio inicial da liberdade e de um padrão de ordem aos quais caberia à República, respectivamente, ampliar e redimensionar. O primeiro imperador estava sendo, mais uma vez, ressignificado à luz dos múltiplos interesses e necessidades político-estratégicos de um determinado momento. Deve-se, entretanto, ter clareza de que o D. Pedro de Pedro Américo, não é o da estátua projetada por Mafra e fundida por Rochet, tampouco é o de 1822. Trata-se de uma figura dramática na grandiosidade que lhe foi atribuída, uma figura elaborada sob a percepção de uma séria crise.

A tela de Pedro Américo, para as vozes que proclamavam a propriedade do regime republicano, demarcaria, no espaço da percepção dos brasileiros, o lugar, as qualidades e o sentido atribuídos à República, este último perpassado pelas perspectivas de Ordem e de Progresso vinculadas ao cientificismo que predominava nos meios intelectuais – onde muitos republicanos eram encontrados – nos quais se preconizava uma atitude cívica exemplada, com ênfase, pelos propagandistas civis e militares do novo regime.

Quer sob a ótica dos monarquistas, quer sob a perspectiva dos republicanos, “Independência ou Morte” serviu à história ao cumprir o que da obra se esperava; o quadro deveria ser lido como um livro, da esquerda para a direita e a ação do herói deveria conter o desenvolvimento da história. Esse tipo de quadro, regido pelos princípios da pintura histórica, deveria ter um caráter exemplar: esse padrão de arte não deveria reproduzir a história segundo houvesse transcorrido, mas sim, extrair dela o seu caráter perene e, portanto, ideal (Oliveira e Mattos, 1999, p. 123).

Considero imprescindível que escutemos a voz de Pedro Américo:

“[...] o que vai dito convencerá o leitor da minuciosidade das pesquisas, da sinceridade do método, e da grande probidade de que carece o pintor de história para não desfigurar, e antes restaurar com a linguagem da arte um acontecimento que ele não presenciou, e todos desejam contemplar revestido dos esplendores da imortalidade.

Finalmente, comparando as tradições, as crônicas, as passagens históricas, os ditos e presunções individuais, os testemunhos artísticos a as diferentes opiniões acerca do sucesso “que fez estremecerem de júbilo as margens do Ipiranga”, consegui compor a fraca obra que agora submeto ao benévolo juízo das pessoas ilustradas do me país; certo de que, se não acertei, ao menos esforcei-me por ser sincero reproduzidor das faces essenciais do fato, sem esquecer as difíceis e severas lições da ciência do belo”.¹⁸⁶

¹⁸⁶ Apud Oliveira e Mattos, 1999, p. 27.

Conclusão

O Império do Brasil, anteriormente parte de um todo, o Império Luso-americano, nasceu pelo brado do então Príncipe D. Pedro, às margens do riacho do Ipiranga, no dia 7 de Setembro de 1822. O novo corpo político, herdeiro de um nome – Império do Brasil - e de um território contíguo e unificado, elemento de importância capital na medida em que se tornaria um dos elementos determinantes de quais indivíduos constituiriam a Nação brasileira, nascia sob o signo de uma singularidade: a impossibilidade de uma expansão nos moldes tradicionais, em decorrência das diretrizes da política externa do Império Britânico e da existência dos igualmente novos Estados hispano-americanos.

A limitação espacial do Império do Brasil conferiu ao território uma relevância excepcional e para se sobrepôr a ela – ao mesmo tempo em que preservava a unidade do território - os dirigentes do Estado imperial deram início a duas ações: o empreendimento de uma singular e necessária expansão e a definição de quais súditos comporiam a Nação brasileira, também a ser conformada, território simbólico de importância capital, espaço desta expansão, a expansão para dentro.

Por brasileiro, passou-se a designar todo aquele nascido no território do Império, quer fosse ingênuo, liberto ou filho de pai estrangeiro que não estivesse a serviço do respectivo país. O que à primeira vista parece bastante simples, na verdade estava inserido em um contexto social, o da sociedade imperial, marcado pela complexidade, pois nessa sociedade não havia apenas a simples diferenciação entre livres e escravos. Em primeiro plano estavam os proprietários de terras e escravos, seguidos pelos áulicos e por uma aristocracia burocrática, vindo a seguir os comerciantes, empregados urbanos, profissionais liberais e funcionários do Estado; a seguir, havia os outros.

Nesta sociedade, marcada por rígidas hierarquias, os nascidos no território do Império, livres ou libertos, não eram iguais, sendo que os critérios classificatórios estavam apoiados em atributos como a liberdade e a propriedade, definidores de direitos civis e políticos. Temos, então, os que compunham a boa sociedade, os cidadãos ativos; os homens livres e não proprietários, cidadãos não ativos, e os escravos, os não cidadãos.

A sociedade imperial, de base escravista, era composta por três grupos étnicos considerados, pelos que eram brasileiros, como componentes de nações distintas, “as outras nações”, a saber, as nações africana, crioula e indígena, todas convivendo no mesmo território – na medida em que o ocupavam, o que era essencial – sem que fossem homogeneizadas. A elas, estava sobreposta a Nação brasileira: homogênea, aristocrática e hierarquizada.

Definidos os que compunham a Nação brasileira, e estando esta em processo de conformação, os dirigentes saquaremas efetivavam esforços para a afirmação da Ordem imperial, entendendo-se por tal a preservação do perfil de uma sociedade pautado nas relações entre senhores e escravos e na propriedade da terra por um grupo minoritário e privilegiado, a manutenção das condições que garantiam a existência da massa de homens livres e pobres e da hierarquia sobre a qual essa sociedade fora constituída, manter o modelo primário exportador, preservar a integridade do território e a indiscutível autoridade da Coroa, tudo isso sob o símbolo maior do regime monárquico, o Soberano.

Manter a Ordem imperial, como já foi dito, era essencial para a difusão da Civilização – horizonte de expectativa das ilustradas elites do século XIX, por conseguinte, dos dirigentes do Estado imperial – condição garantidora da vinculação do Povo brasileiro à Ordem.

Com os olhos pousados sobre o território do Império, e sobre ele visualizando os brasileiros, sobre os quais centraram o foco de suas atenções e de seus esforços homogeneizadores, os dirigentes saquaremas instauraram um processo de expansão que atingisse os brasileiros no profundo espaço da formação das suas convicções para que, de tal forma aglutinados ao redor de seletos princípios que viessem a se tornar em um credo, estivesse assegurada a manutenção de um padrão de atitudes que os tornasse agentes mantenedores da Ordem imperial, o que permitiria a perpetuação da coesão da camada dominante.

Tratava-se de fidelizar os brasileiros por meio da afirmação da identidade nacional – esta também em fase de constituição – o que possibilitaria o florescimento de um forte patriotismo.

O Império efetivaria, então, essa singular expansão sobre si mesmo – melhor dizendo sobre os brasileiros espalhados pela imensidão do seu território – por meio de recursos como o patrocínio e a divulgação de obras de arte que louvassem temas ligados à terra e à história – nesse espaço tendo tido papel

primordial a Academia Imperial de Bela Artes, que chamou a si, passando a tê-la como missão, a conformação dos brasileiros – a produção de biografias de brasileiros ilustres que pudessem ser tomados como exemplo pelas gerações futuras, a consolidação de uma língua brasileira, a ser divulgada e consolidada por uma literatura tingida com as cores da brasilidade, com a criação de escolas, com os cuidados com a Instrução pública.

Entre outros da mesma natureza, esses foram fios com os quais os dirigentes imperiais teceram a identidade nacional.

Para dar andamento aos esforços concernentes à conformação dos brasileiros, os dirigentes saquaremas escolheram, em meados do século, momento correspondente ao apogeu de sua direção, a colocação na Praça da Constituição, da estátua equestre de D. Pedro I. Comemorariam dessa forma, como o fizeram, a vitória da Ordem imperial expressa no triunfo do projeto político-civilizatório por eles articulado, o que significava o triunfo da própria autoridade desses dirigentes, afirmada em meio a debates que os contrapuseram aos que a eles e à ressignificação de D. Pedro I se opunham.

Nos anos da década de 1880, quando já se divisavam fissuras na Ordem imperial, momento em que vozes polifônicas se levantaram, umas clamando pela reafirmação do regime monárquico e rememorando a relação entre ele e a condição da liberdade inaugurada para os brasileiros pelo Príncipe D. Pedro em 1822; outras, ainda alinhadas a esse regime, mas defendendo ardentemente o federalismo; outras, mais dissonantes, proclamando os ideais republicanos, os Conservadores das Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo mais uma vez se apropriaram da figura de D. Pedro I, imortalizando-a em meio ao seu ato maior em um belo painel, a tela “*Independência ou Morte*” de Pedro Américo, a ser colocada em um palácio monumento a ser erguido no sítio histórico que abrigou a proclamação da independência.

Nesse momento e sob as condições apresentadas, a expansão foi disputada pelos Conservadores do Rio de Janeiro e de São Paulo, pelos monarquistas e pelos republicanos, cada um deles associando a obra a um discurso em que a *liberdade* tornou-se a idéia recorrente.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (organização). **Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ALENCAR, José de. **Sonhos D'Ouro.** Rio de Janeiro: Livraria José de Olympio, 1951.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império.** São Paulo, Editora Paz e Terra, 2002.

_____. **Joaquim Nabuco.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AZEVEDO, Moreira de. **O Rio de Janeiro:** sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **São Paulo:** O Brasil dos Viajantes. Edição Publicação – Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand Metalífero, 1994.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial: 2004.

BURKE, Peter. **A escrita da história - novas perspectivas.** São Paulo, UNESP: 1992.

_____. **Testemunha ocular:** História e imagem. São Paulo, EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração de Bauru-: 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem/Teatro das sombras.** Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira: 2003.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e Tiradentes esquartejado. São Paulo: Unicamp, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia.** São Paulo: Ática, 2004.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

JANCSÓ, Istvan (org). **Formação do Estado e da Nação.** São Paulo, Editora Temática, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Contribuição a semântica dos tempos históricos. Editora. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEBRUN, Gerard. **O que é poder**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Três panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo: Editora Nacional – Coleção Brasileira – volume 286, 1956.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro, Editora ACESS, 1994.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em lições – A história como disciplina escolar in Joaquim Manuel de Macedo**. Rio de Janeiro: Acess Editora, 2000.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, Claudia Valladão de (organizadores). **O Brado do Ipiranga**. São Paulo: EDUSP, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Império em procissão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SOUZA, Iara Liz Carvalho. **Pátria Coroada**: O Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1999.

SQUEFF, Leticia. **O Brasil nas telas de um pintor**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da Civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**. São Paulo, Editora Arx, 2002.

Artigos:

ARAUJO, Valdei Lopes de. O tribuno do povo e a estátua do herói: breve estudo sobre as tradições políticas atuantes na corte durante o Segundo Reinado. **DIALOGOS**, Revista de História, Ano II, nº2-UERJ, p.133-157, 1998.

CASTRO, Isis Pimentel de. Os pintores de História: a Pintura Histórica e sua relação com a cultura histórica oitocentista. Perg@minho – **Revista Eletrônica de História**, UFPB, ano 1, nº zero, p. 53-68, outubro de 2005.

CORREA, Roberto Lobato. Documentos, política e espaço. Geocrítica Scripta Nova. **Revista eletrônica de Geografia y ciências sociales**. Universidade de Barcelona. Vol.IX, nº 183, p. 1-14, 15 de fevereiro de 2005.

CORREA, Wilma Peres. O Império do Brasil: dimensões de um enigma. Almanack braziliense, **Revista Virtual**, São Paulo, v.1, p.27-43, 2005.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco brasileiro” – A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**, nº 25. Rio de Janeiro. Tema: heróis nacionais, Ano 2000/2001.

MACHADO Lia. Osório. A questão da verdade territorial do Brasil. **Anais AGB**, Salvador, 3º volume, p. 717-725, 1990.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Leal Servidor Real. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 2, nº24, setembro de 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e Herdeiros: A trama dos interesses na construção da unidade política. Almanack Brasiliense. **Revista Virtual**, São Paulo, vol.1, nº1, p. 8-26, 2005.

_____. Do Império à República. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2. nº4, p. 163-171, 1989.

_____. Nem liberal nem corcunda: Don Pedro I no imaginário da Boa Sociedade Imperial. In Don Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do abolicionismo ao liberalismo. **Acta do Congresso**. Universidade do Porto, p. 365-384, 2001.

_____. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. **Faculdade de Letras da Universidade do Porto** (org.). Estudos em homenagem a Luis Antonio de Oliveira Ramos, 1ª edição, Porto Universidade do Porto, 2004, vol.2, p. 727-736.

_____. Entre a casa e o Estado. Nação, território e projetos políticos na construção do Estado Imperial brasileiro. **Instituto Rouca** (org.). La integracion del territorio en una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1846. Cidade do México: Instituto Cuoxa, UNAM, v.1. 2006.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Heranças recriadas: especialidades da constituição do Império do Brasil. **Almanack Braziliense**, v.1, São Paulo, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, p. 3-15, 1989.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? Maria Helena Rouanet (org.). **Cadernos da Pós/Letras**. UERJ, p. 12-43, 1997.

SALGADO, Manuel Luís. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 1, p.5-27 1988.

SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias: os heróis militares que a República manda guardar. **Varia História**, Belo Horizonte, nº 25, p. 231-251, 2001.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. A praça pública e a liturgia política. **Caderno CEDES**, v.22, nº 58, Campinas, dic. p. 1-14, 2002.

_____. Don Pedro e a sagração do Brasil in Don Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do absolutismo ao liberalismo. **Acta do congresso institucional**. Porto Universidade do Porto, p. 343-364, 2001.

SQUEFF, Leticia. Quando a história (re)inventa a arte: a escola de pintura fluminense. **Rotunda CEPAB-IA UNICAMP**, p. 19-31, Abril de 2003.

VON SMARTIUS, Karl Friedrich. Como se deve escrever a história do Brasil. Dissertação. **Revista trimestral de História**. Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, nº 24, Rio de Janeiro, p. 30-55, 1845.

ZUMTHOR, Paul. Poesia, tradição e esquecimento. **Folha de São Paulo** - 17 de agosto de 1988.

Outros (mídias especiais):

CD ROM 500 anos de Pintura Brasileira, organizado pelo Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Jornais:

Diário do Rio de Janeiro (de setembro de 1861 a março de 1862).

Jornal do Comércio (março de 1862).

Anexos



Figura 1: Estátua Equestre de D. Pedro I. Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes.

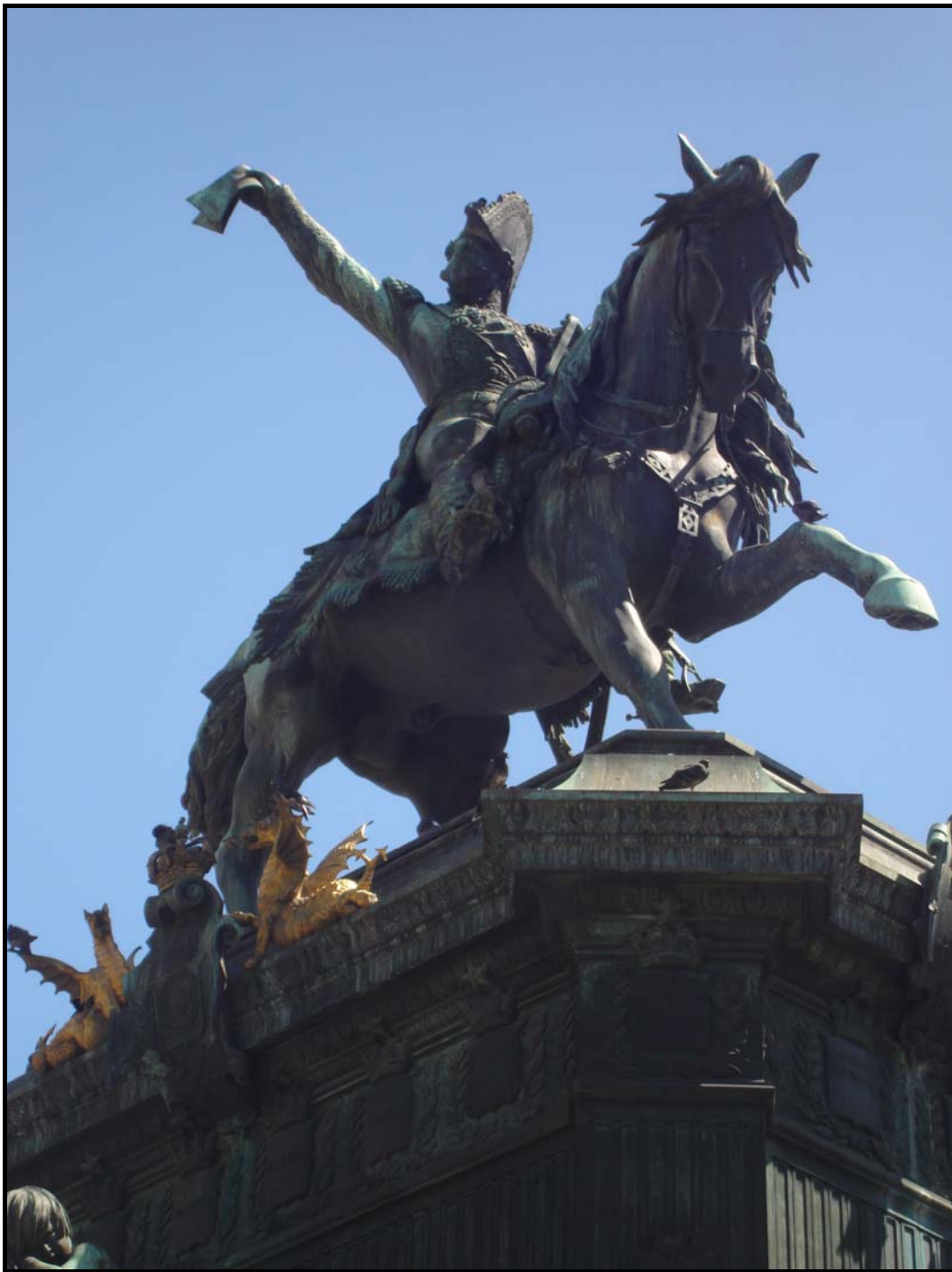


Figura 2: Estátua Equestre, detalhe: o Imperador legando a Constituição ao Império do Brasil.



Figura 3: Estátua Equestre de Dom Pedro I, detalhe: as armas do Império.



Figura 4: Estátua Equestre de Dom Pedro I, detalhes do gradil e de dois dos grupos indígenas.



Figura 5: Detalhe do piso da praça onde foi erguida a estátua.

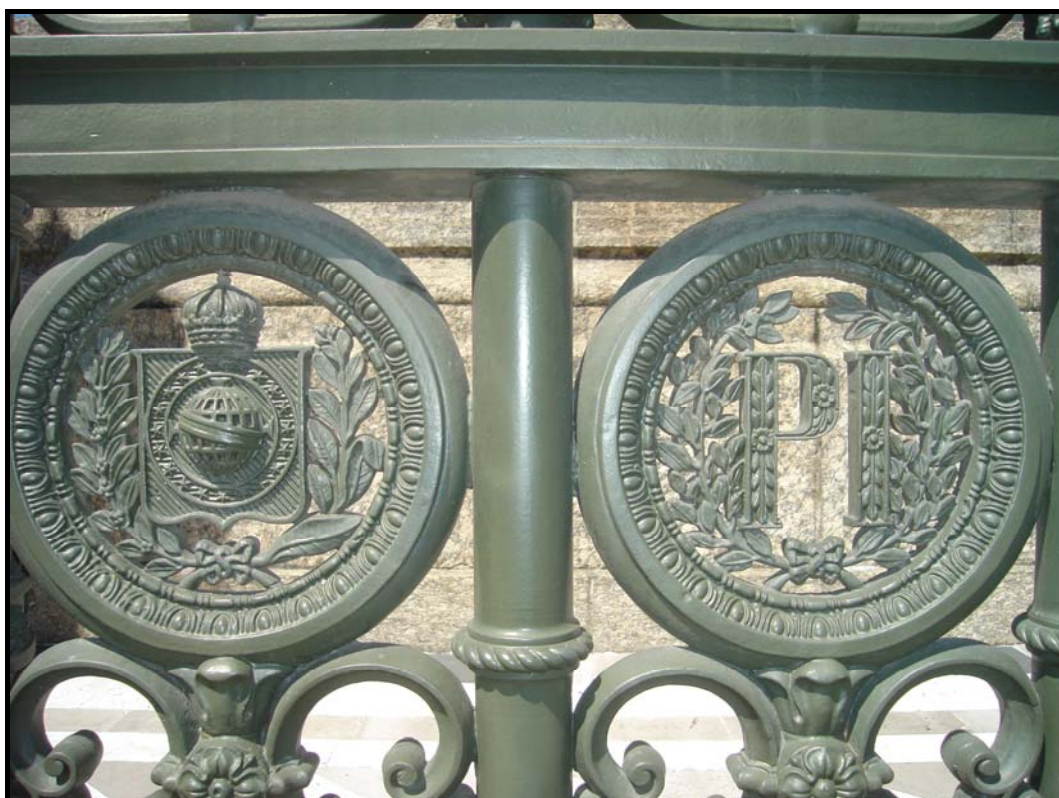


Figura 6: Detalhe do gradil.



Figura 7: Detalhes das datas relevantes também registradas para a posteridade.



Figura 8: Detalhe das datas relevantes também registradas para a posteridade.



Figura 9: Detalhe das datas relevantes também registradas para a posteridade.



Figura 10: Estátua Equestre, o grupo indígena que representa o Rio Amazonas.

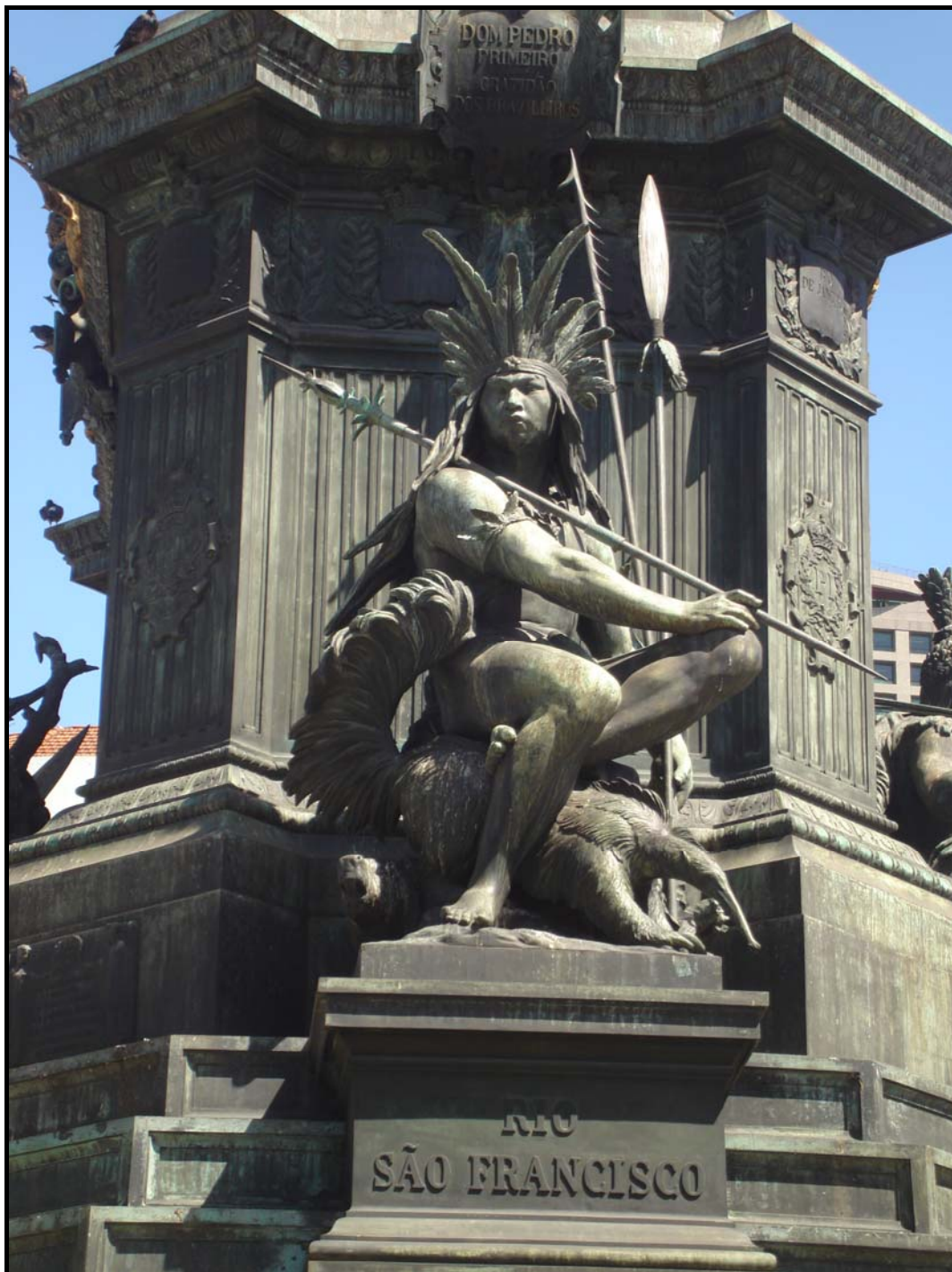


Figura 11: Estátua Equestre, detalhe do grupo que representa o Rio São Francisco.



Figura 12: Estátua Equestre, detalhe do grupo que representa o Rio Paraná.



Figura 13: Estátua Equestre, detalhe do grupo que representa o Rio Madeira.



Figura 14: Grito do Ypiranga – Independência ou Morte.
Fonte: <http://lcweb2.loc.gov/service/hisp/brfbnth/468557.gif>